



AVALIAÇÃO EXTERNA DO IMPACTO DA EXPANSÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS NO SISTEMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Social Europeu



AVALIAÇÃO EXTERNA DO IMPACTO DA EXPANSÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS NO SISTEMA NACIONAL DE QUALIFICAÇÕES

Equipa

A. Oliveira das Neves (Coordenador)

Catarina Pereira, Filipa Santos,
Rui Godinho e Tiago Pereira

Ana Cláudia Valente e Paulo Pedroso (Consultores)

ÍNDICE GERAL

APRESENTAÇÃO.....	1
CAPÍTULO A - ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO	3
A.1. OBJECTIVOS DO ESTUDO - PONTOS ESTRATÉGICOS DE OPERACIONALIZAÇÃO	3
A.2. QUADRO DE REFERÊNCIA DO ESTUDO	6
A.3. METODOLOGIA - INSTRUMENTOS DE SUPORTE AO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDO	8
CAPÍTULO B - ELEMENTOS DE ESTRUTURAÇÃO DA EXPANSÃO E ATRACTIVIDADE DA OFERTA DOS CURSOS PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS	13
B.1. ALTERAÇÕES NA PROCURA DAS OFERTAS EDUCATIVAS DE NÍVEL SECUNDÁRIO	13
B.2. ESTRATÉGIAS DE ATRACÇÃO DO PÚBLICO-ALVO	25
CAPÍTULO C - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS	37
C. 1. CONDIÇÕES DE SUPORTE ORGANIZACIONAL.....	37
C.2. DESENVOLVIMENTO DE REDES	48
C.3. CAPACIDADE ESTRATÉGICA E <i>MATCHING</i> DA OFERTA DOS CURSOS PROFISSIONAIS ÀS NECESSIDADES SECTORIAIS E TERRITORIAIS DE QUALIFICAÇÕES	57
C.4. MECANISMOS DE MONITORIZAÇÃO DA QUALIDADE DA OFERTA.....	73
CAPÍTULO D - ELEMENTOS DE IMPACTO DA EXPANSÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS	79
CAPÍTULO E - TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E ACTUAÇÕES RECOMENDÁVEIS	93

Índice de Quadros

Quadro 1. Distribuição da amostra por Direcção Regional de Educação	10
Quadro 2. Evolução da taxa de abandono escolar precoce e taxa de retenção e desistência no nível secundário, em Portugal	15
Quadro 3. Evolução do nº de jovens em cursos de dupla certificação de nível secundário	16
Quadro 4. Distribuição de vagas nas áreas de maior aumento da procura no ano 2009/10	22
Quadro 5. Principais Indicadores da Expansão do Ensino Profissional - uma visão de síntese .	24
Quadro 6. Tipologia de instrumentos de divulgação utilizados pelas escolas, por destinatário-alvo	27
Quadro 7. Modalidade frequentada, segundo o sexo dos alunos	28
Quadro 8. Média de idades dos alunos matriculados no ensino secundário, por modalidade ..	29
Quadro 9. Modalidade frequentada, segundo o nível de escolaridade dominante na família .	33
Quadro 10. Relação alunos/equipamento informático no ensino secundário, por natureza do estabelecimento de ensino (dados para o Continente)	39
Quadro 11. Caracterização do perfil do corpo docente e técnico das Escolas.....	42
Quadro 12. Necessidade de criação ou reajustamentos de referenciais de formação de Cursos Profissionais.....	62
Quadro 13. Mecanismos de acompanhamento dos alunos após a conclusão do curso desencadeados pelas Escolas	76
Quadro 14. Formas de apoio prestado pela Escola aos diplomados dos Cursos Profissionais na procura de emprego ou no prosseguimento de estudos.....	76
Quadro 15. Percepção do potencial contributo dos Cursos Profissionais face às restantes ofertas de nível secundário de educação.....	85
Quadro 16. Caracterização das trajectórias dos diplomados que concluíram o curso no ano lectivo 2007/2008.....	91

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Peso das várias modalidades de formação qualificante no total de jovens matriculados em ofertas qualificantes	17
Gráfico 2. Evolução do número de alunos matriculados no 1.ºano do ensino secundário, por modalidade de educação-formação (%).....	19
Gráfico 3. Evolução do número de vagas em Cursos Profissionais, por área de formação.....	21
Gráfico 4. Percepção do impacto das iniciativas utilizadas pela Escola na divulgação dos Cursos Profissionais	26
Gráfico 5. Profissão dos pais dos alunos matriculados no Ensino Secundário, por modalidade	30
Gráfico 6. Profissão das mães dos alunos matriculados no Ensino Secundário, por modalidade ...	31
Gráfico 7. Situação face ao emprego dos pais dos alunos matriculados no Ensino Secundário, por modalidade.....	32
Gráfico 8. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação de factores relacionados com os recursos materiais e financeiros	40
Gráfico 9. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação da qualificação dos agentes educativos	42
Gráfico 10. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação da oferta de formação de professores	44
Gráfico 11. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação de factores relacionados com as actividades de ensino-aprendizagem	46
Gráfico 12. Estratégias pedagógicas consideradas eficazes e implementadas com vista a motivar e apoiar a aprendizagem dos alunos dos Cursos Profissionais	46
Gráfico 13. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação do grau de autonomia para a adaptação dos planos curriculares	64
Gráfico 14. Percepção do potencial dos Cursos Profissionais face às restantes ofertas de nível secundário de educação quanto ao seu contributo para alguns factores	82
Gráfico 15. Adequação dos objectivos pedagógicos e conteúdos curriculares dos Cursos Profissionais.....	87
Gráfico 16. Apreciação global das Escolas acerca dos Cursos Profissionais.....	88
Gráfico 17. Apreciação das Escolas quanto ao contributo dos Cursos Profissionais para o desenvolvimento pessoal e escolar dos jovens	89
Gráfico 18. Perspectiva actual e futura acerca dos Cursos Profissionais	90

Índice de Figuras

Figura 1. Matriz de relação entre Objectivos, Questões e Pontos Estratégicos da Avaliação...	4
Figura 2. Dimensões de análise do Estudo.....	7
Figura 3. Intensidade das relações de parceria estabelecidas para efeitos de planeamento e estruturação da oferta e para a operacionalização dos cursos profissionais.....	49
Figura 4. Rede de funções dos actores dos Cursos Profissionais	54
Figura 5. Composição da Equipa Técnica dos Cursos Profissionais.....	55
Figura 6. Modelo lógico de estruturação da oferta de Cursos Profissionais	59
Figura 7. Elementos de estruturação da construção tipológica dos perfis territoriais	68
Figura 8. Quadro lógico de articulação dos objectivos específicos/dimensões de análise da expansão dos Cursos Profissionais no SNQ.....	74
Figura 9. Níveis de análise abrangidos no Estudo de Avaliação	80

APRESENTAÇÃO

No contexto da expansão dos Cursos Profissionais nas escolas públicas, designadamente nas Escolas Secundárias, a partir do ano 2004/2005, esta oferta de nível secundário permitiu aos alunos um maior leque de opções de conclusão do ensino, através de uma via qualificante com forte ligação ao mundo do trabalho.

Par além da forte ligação ao mundo do trabalho, reflectida na componente de formação técnica de 1.600 horas com 420 horas de formação em contexto de trabalho, os Cursos Profissionais, integram também uma componente de formação comum a todas as ofertas de nível secundário (componente de formação sociocultural), uma componente de formação comum aos cursos com afinidades de saberes científicos e tecnológicos (componente de formação científica) e uma componente de formação técnica específica da saída profissional em causa (componente técnica). O seu modelo curricular reflecte, assim, a orientação preferencial para integração no mundo de trabalho sem descurar uma sólida formação de base.

No enquadramento do alargamento da oferta de Cursos Profissionais às Escolas Secundárias, a **Avaliação Externa do Impacto da Expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações** foi organizada em torno de um conjunto coerente de componentes de trabalho que tiveram por objectivo captar as diversas dimensões-chave da estruturação estratégica e operacional que suportou o relançamento do Ensino Profissional na rede pública de estabelecimentos de ensino secundário.

A articulação de *componentes exploratórias* (entrevistas e estudos de caso) com *componentes extensivas* (Inquéritos às Escolas e a entidades da envolvente empregadora), permitiu dotar o Estudo de informação empírica abundante que se encontra reflectida neste Documento, ao longo de cinco capítulos:

CAPÍTULO A - ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO, que compreende a apresentação dos pontos estratégicos de operacionalização dos objectivos do Estudo, do quadro metodológico de referência e do perfil de componentes de trabalho realizadas e correspondentes instrumentos de suporte técnico.

CAPÍTULO B - ELEMENTOS DE ESTRUTURAÇÃO DA EXPANSÃO E ATRACTIVIDADE DA OFERTA DOS CURSOS PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS, que compreende uma visão de conjunto da evolução recente das ofertas de formação escolar de nível secundário e das condições de dinamização da procura potencial.

CAPÍTULO C - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS, que compreende a caracterização analítica das condições de

suporte organizacional da expansão da rede de Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias Públicas, bem como dos níveis de ajustamento alcançados na relação com as necessidades de qualificação, a nível sectorial e territorial.

CAPÍTULO D - ELEMENTOS DE IMPACTO DA EXPANSÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS, que compreende a sistematização de um conjunto de vertentes operacionais e estratégicas que correspondem a resultados adquiridos/impactos potenciais da expansão dos Cursos Profissionais na rede de Escolas Secundárias Públicas.

CAPÍTULO E - TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E ACTUAÇÕES RECOMENDÁVEIS, que compreende elementos relativos à transformação em curso do Ensino Profissional e às necessidades de (re)organização das Escolas e de programação da oferta, bem como elementos de reflexão em torno das políticas activas de emprego ajustadas ao investimento na expansão dos Cursos Profissionais.

No plano dos conteúdos, o Estudo resultou na produção de três documentos. Esta Edição corresponde ao Relatório Final, que se complementa com outros dois produtos (não editados): (i) *Dispositivo Operacional Estratégico*, que constitui um referencial de leitura rápida dos principais resultados da Avaliação (apresentados em forma de matriz de indicadores com a respectiva quantificação e qualificação); paralelamente, contém os mapas distritais e concelhios correspondentes às diferentes análises efectuadas e que constituem uma ferramenta de suporte à decisão política e de planeamento; e (ii) *Relatório de Boas Práticas*, que reúne os documentos elaborados a partir dos Estudos de caso realizados nas Escolas visitadas que servem como Dispositivo ilustrativo/*Framework* de boas práticas.

CAPÍTULO A - ENQUADRAMENTO DA AVALIAÇÃO

A.1. Objectivos do Estudo - Pontos estratégicos de operacionalização

No quadro das opções de política delineadas pelo XVII Governo Constitucional, em resposta ao desafio da qualificação de jovens e adultos, a *Iniciativa Novas Oportunidades* posicionou-se, desde 2005, como uma peça-chave de uma estratégia que contemplou, no caso da formação inicial, a reestruturação da oferta de cursos de nível secundário susceptível de proporcionar o envolvimento de um número crescente de jovens em percursos qualificantes, com especial ênfase na expansão da oferta de Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias públicas, a partir do ano lectivo 2004/2005, ano em que a oferta destes cursos nas escolas públicas passou a ser possível. Esta expansão teve início com 3 cursos (Técnico de Manutenção Industrial/Electromecânica, Técnico de Análise Laboratorial e Técnico de Frio e Climatização, 31 escolas e cerca de 650 alunos. Sete anos passados sobre o início do processo de expansão, os cerca de 130 cursos profissionais, distribuídos por 39 áreas de educação e formação abrangem cerca de 115.000 alunos em Escolas Profissionais e na esmagadora maioria das Escolas Secundárias.

A realização do Estudo de *Avaliação Externa do Impacto dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)*, da responsabilidade da ANQ - Agência Nacional para a Qualificação, enquadra-se na necessidade de **monitorizar o processo de expansão da oferta de Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias**.

De acordo com as Especificações Técnicas do Estudo, a arquitectura institucional e de operacionalização do desafio de reestruturar a rede e estimular a procura dos Cursos Profissionais, traça um conjunto de **objectivos específicos/dimensões de análise** para o Estudo de *Avaliação Externa do Impacto dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)*, designadamente:

- ✓ Analisar os resultados alcançados pela dinamização da oferta de Cursos Profissionais no contexto mais vasto da Reforma do Ensino Secundário.
- ✓ Analisar as continuidades e descontinuidades da rede de cursos nas Escolas Secundárias públicas face à rede das Escolas Profissionais.
- ✓ Analisar os mecanismos de organização da rede de estabelecimentos, ao nível dos recursos formativos, dos modelos pedagógicos e da estruturação das equipas formativas, bem como os mecanismos de orientação vocacional.
- ✓ Analisar as parcerias mobilizadas, designadamente com autarquias, empresas e outras instituições.

- ✓ Analisar os procedimentos adoptados na programação da oferta de cursos, nomeadamente em matéria de adequação às necessidades sectoriais e territoriais de qualificações.
- ✓ Identificar resultados preliminares no domínio da empregabilidade e do prosseguimento de estudos.

Os resultados do Estudo poderão contribuir para fortalecer a concretização do objectivo fundamental de consolidar esta aposta de formação qualificante dos jovens, no quadro da diversidade da oferta no secundário, expressa na revisão curricular da Reforma do Ensino Secundário. Neste enquadramento, importa ter presente os grandes objectivos estratégicos nacionais para o Ensino Profissional:

- Contribuir para a redução do abandono escolar precoce;
- Alargar o Ensino Profissional às escolas secundárias integradas na rede pública de estabelecimentos de ensino, devendo todas elas integrar na sua oferta cursos profissionais.
- Promover a escolaridade de 12 anos.
- Promover a inserção de quadros com qualificações intermédias no mercado de trabalho.

A Matriz seguinte correlaciona os objectivos enunciados com os pontos estratégicos da Avaliação, retratando a estrutura-base do roteiro metodológico seguido no desenvolvimento do Estudo.

Figura 1. Matriz de relação entre Objectivos, Questões e Pontos Estratégicos da Avaliação

Objectivo: Analisar os resultados alcançados pela dinamização da oferta de Cursos Profissionais (CP) no contexto mais vasto da Reforma do Ensino Secundário e as continuidades e descontinuidades da rede de cursos nas Escolas Secundárias Públicas face à rede das Escolas Profissionais.	
Questões de Avaliação	Pontos estratégicos da Avaliação
<p>Como tem evoluído a oferta dos CP no quadro da Reforma do Ensino Secundário?</p> <p>A divulgação dos CP tem utilizado os canais mais adequados e contribuído de forma determinante para a credibilização do Sistema?</p>	<p>Dinâmicas de expansão e Atractividade do Ensino Profissional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alterações na procura das várias ofertas educativas de nível secundário. • Estratégias de atracção do público-alvo para os Cursos Profissionais.
Objectivo: Analisar os mecanismos de organização da rede de estabelecimentos, ao nível dos recursos formativos, dos modelos pedagógicos e da estruturação das equipas formativas, bem como os mecanismos de orientação vocacional.	
Questões de Avaliação	Pontos estratégicos da Avaliação
<p>As infra-estruturas e equipamentos existentes nas Escolas são adequados às actividades de formação e às aprendizagens/desempenhos profissionais?</p> <p>A estrutura de recursos humanos afecta pelas Escolas aos CP garante uma resposta eficaz às necessidades?</p>	<p>Qualidade e Inovação: Condições de suporte organizacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dotação de recursos físicos e materiais. • Perfil e métodos de recrutamento dos recursos humanos.

Figura 1. Matriz de relação entre Objectivos, Questões e Pontos Estratégicos da Avaliação

(cont.)

Objectivo: Analisar os mecanismos de organização da rede de estabelecimentos, ao nível dos recursos formativos, dos modelos pedagógicos e da estruturação das equipas formativas, bem como os mecanismos de orientação vocacional.	
Questões de Avaliação	Pontos estratégicos da Avaliação
<p>Que mecanismos de orientação vocacional dos jovens são accionados e quais os resultados dessa orientação?</p> <p>Os programas e os conteúdos asseguram a aquisição de competências base e, simultaneamente, a aprendizagem de uma profissão?</p> <p>Os recursos didácticos e as práticas pedagógicas utilizadas adequam-se aos objectivos a atingir nos domínios da qualificação profissional e da equivalência escolar?</p>	<ul style="list-style-type: none"> Mecanismos de informação e orientação vocacional. Estratégias de estruturação curricular e métodos pedagógicos. Mecanismos de apoio à colocação e pós-colocação. Reflexividade do processo de implementação dos CP.
Objectivo: Analisar as parcerias mobilizadas, designadamente com Autarquias, empresas e outras instituições.	
Questões de Avaliação	Pontos estratégicos da Avaliação
<p>De que modo é que a intervenção dos diferentes elementos da rede educativa tem potenciado a qualidade das orientações estratégicas dos Cursos Profissionais? E em que medida a articulação entre os elementos da rede tem sido eficaz?</p>	<p>Qualidade e Inovação: Desenvolvimento de redes</p> <ul style="list-style-type: none"> Mecanismos de mediação com o mercado de trabalho e com a rede de actores locais e objectivos de parceria.
Objectivo: Analisar os procedimentos adoptados na programação da oferta de cursos, nomeadamente em matéria de adequação às necessidades sectoriais e territoriais de qualificações.	
Questões de Avaliação	Pontos estratégicos da Avaliação
<p>Os objectivos e prioridades dos CP são adequados ao contexto actual do mercado de trabalho?</p> <p>A tipologia e distribuição geográfica e sectorial dos CP correspondem às necessidades do tecido empresarial?</p> <p>Em que medida é que os programas e conteúdos antecipam verdadeiramente o contexto de trabalho (perfis profissionais previstos)?</p> <p>Que novos desafios são colocados aos CP por via da evolução do sistema produtivo nacional?</p> <p>Que patamares de qualificação considerar? Que domínios de formação/especialização promover? Que novos espaços de competências consagrar?</p>	<p>“Matching” e Capacidade estratégica da oferta:</p> <ul style="list-style-type: none"> Ajustamento das qualificações às necessidades do tecido produtivo (perspectiva territorializada). Elementos de estruturação das redes de oferta.
Objectivo: Identificar os resultados preliminares no domínio da empregabilidade e do prosseguimento de estudos.	
Questões de Avaliação	Pontos estratégicos da Avaliação
<p>Os CP asseguram a aquisição/desenvolvimento de competências para o exercício dos perfis profissionais correspondentes?</p> <p>Os conhecimentos adquiridos são aplicados nos desempenhos profissionais dos diplomados pós-formação?</p> <p>No final de um ciclo de formação os formandos detêm competências mínimas para prosseguir estudos noutros níveis de educação?</p> <p>Os jovens assumem, por via da formação no Ensino Profissional (EP), valores e atitudes que impliquem a (re)formulação de projectos de vida face à escolarização-formação e à inserção na vida profissional?</p> <p>O perfil de competências obtido corresponde às necessidades dos empregadores?</p> <p>Qual a percepção dos empregadores face às competências desenvolvidas pelos diplomados dos CP comparativamente com diplomados de outros sistemas de educação-formação?</p> <p>Qual a taxa de empregabilidade dos jovens após a frequência dos CP?</p> <p>Qual a taxa de prosseguimento de estudos de jovens após a frequência dos CP?</p>	<p>Sucesso da política educativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> Reflexos em termos de abandono/permanência no sistema Reflexos alcançados nas trajectórias dos diplomados, em termos de prosseguimento de estudos e de empregabilidade.

A.2. Quadro de Referência do Estudo

A Avaliação do impacto da expansão dos Cursos Profissionais no SNQ centra-se nos *domínios de suporte* (dinâmicas de estruturação da rede e ajustamento da oferta de cursos) e *organizacionais* (funções de coordenação da rede e estratégias de capacitação das Escolas), com aproximação qualitativa e preliminar a *perspectivas globais de articulação da oferta* de cursos com as necessidades do tecido sócio-empregador.

Os elementos de estruturação do processo avaliativo obedeceram a um modelo de articulação baseado em dois planos de incidência da avaliação: *macro* e *meso*. Estes planos visam captar o quadro lógico de incidência na produção de resultados do processo de expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificação, em duas dimensões:

(a) *Dimensão Formal/Política educativa (macro)*, que abrange as seguintes componentes de análise:

- Reflexo na (re)formulação dos projectos educativos e formativos;
- Sucesso da política educativa;
- Ajustamento das qualificações às necessidades do tecido produtivo (perspectiva territorializada);
- Reforço do SNQ por áreas de formação;
- Dinâmicas de expansão do Ensino Profissional;
- Alterações na procura das várias ofertas educativas e formativas (análise estatística);
- Reflexos em termos de abandono/permanência no sistema (análise estatística);
- Reflexos alcançados nas trajectórias dos diplomados, em termos de prosseguimento de estudos e de empregabilidade (elementos qualitativos).

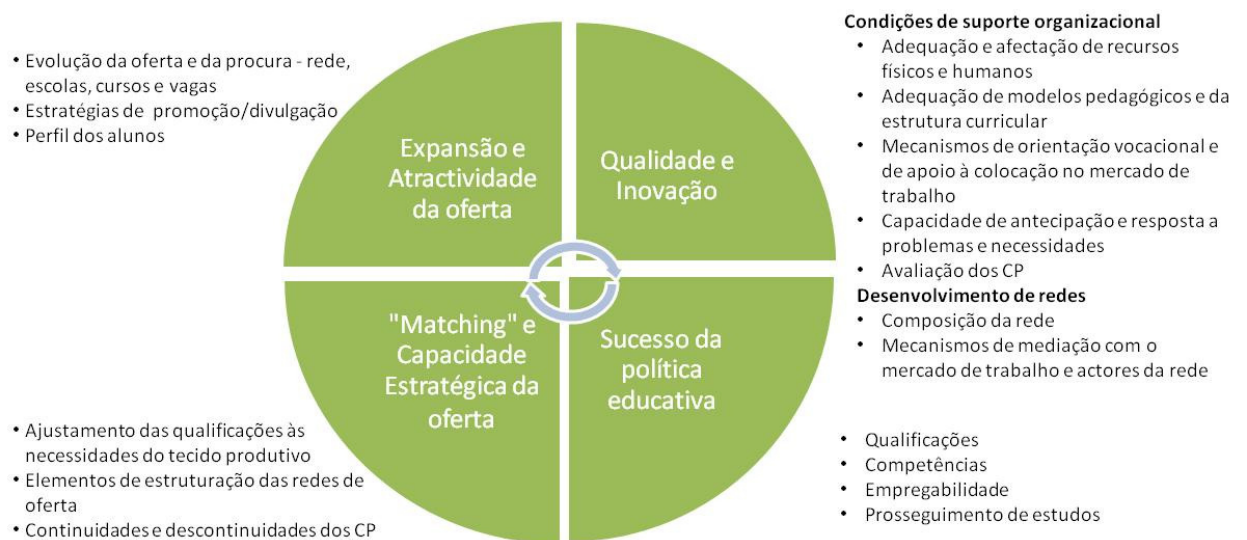
(b) *Dimensão Escola/Organização (meso)*, que abrange as seguintes componentes de análise:

- Dotação de recursos físicos/técnicos/equipamentos;
- Estrutura técnica para a orientação profissional;
- Mecanismos de apoio à colocação e pós-colocação;
- Mecanismos de mediação com o mercado de trabalho;

- Elementos de estruturação das redes de oferta;
- Estratégias de estruturação curricular;
- Estratégias de incorporação do Ensino Profissional pelas organizações/
/Escolas.

O Quadro lógico de articulação destes objectivos específicos/dimensões de análise encontra-se explicitado na Figura seguinte.

Figura 2. Dimensões de análise do Estudo



A.3. Metodologia - Instrumentos de suporte ao desenvolvimento do Estudo

O quadro metodológico do Estudo contemplou uma diversidade de instrumentos de suporte. O roteiro construído baseia-se num Dispositivo fundamental que consiste numa Matriz que associa Questões de Avaliação, Indicadores e Fontes de informação e que constitui o Quadro de Referência da Avaliação.

O referido roteiro é estruturado numa Metodologia de recolha de informação (fontes primárias e secundárias) e de tratamento da mesma, constituída por um conjunto de instrumentos específicos dos quais se destacam: o Inquérito às Escolas Secundárias Públicas; o Inquérito aos Núcleos Empresariais Regionais (NER's); o Inquérito às Autarquias Locais; e o quadro lógico da estruturação dos Estudos de caso.

As fichas técnicas seguintes sintetizam os vários procedimentos metodológicos empreendidos ao longo do Estudo.

Análise documental e estatística

A árvore de objectivos do Estudo de Avaliação inclui um segmento de vectores que pressupõe a exploração de informação de carácter documental e estatístico, designadamente os objectivos referentes aos resultados alcançados com o alargamento da rede e dinamização da oferta de Cursos Profissionais das Escolas Secundárias Públicas.

Na fase exploratória de análise documental foram analisados os documentos de orientação produzidos pela ANQ no âmbito do processo de acompanhamento da expansão da rede de ofertas de dupla certificação de jovens. Esta análise permitiu dotar a Equipa do Estudo de informação prévia acerca dos modos de organização das Escolas e da natureza da informação que lhes é disponibilizada para efeitos de definição da sua oferta educativa, essencial para a definição de um diagnóstico global do processo de implementação dos Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias Públicas. A análise dos fluxos de informação documental e estatística permitiu alimentar as seguintes dimensões principais:

- *Dinâmicas de Expansão e Atractividade dos Cursos Profissionais*: sobretudo no que respeita à evolução das alterações na procura das várias ofertas educativas de nível secundário, em particular os Cursos Profissionais, analisada com recurso aos dados estatísticos disponibilizados pelo Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação e pelo Gabinete Coordenador do Sistema de Informação, do Ministério da Educação.
- *“Matching” e Capacidade Estratégica da Oferta*: incluindo a análise do ajustamento das qualificações às necessidades do tecido produtivo, que partiu da tipificação da rede de oferta de Cursos Profissionais disponíveis (com recurso à informação disponível no SIGO - Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa), para propor a apreciação crítica da rede existente (numa perspectiva territorializada) a actores estratégicos, nomeadamente, Núcleos Empresariais Regionais e Câmaras Municipais.

Entrevistas às Direcções Regionais de Educação

As entrevistas semi-directivas realizadas junto das Direcções Regionais de Educação foram decisivas para a estruturação de boa parte dos instrumentos específicos de inquirição e para a sinalização estratégica das unidades de análise a aprofundar no contexto dos Estudos de caso.

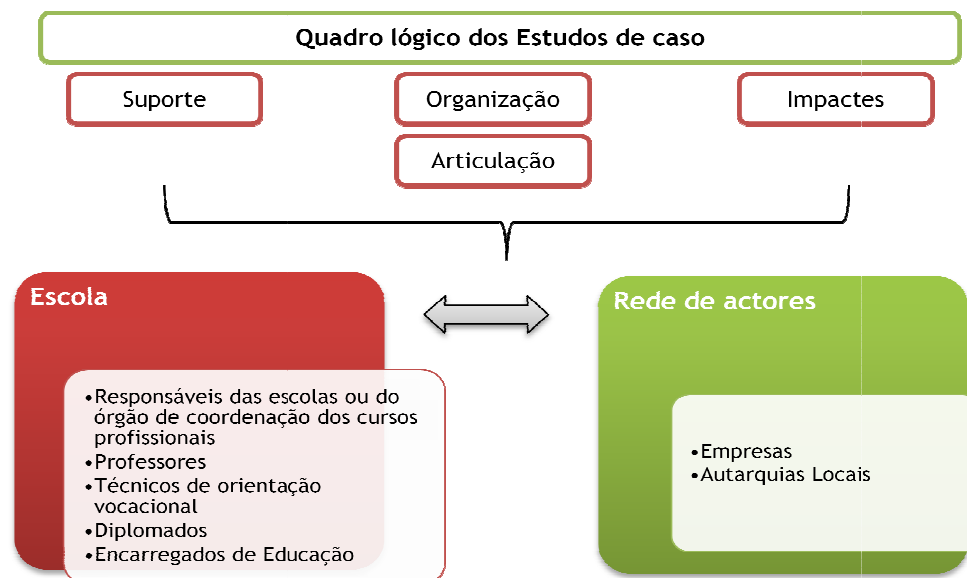
De facto, o processo de Inquirição iniciou-se após realizadas as entrevistas às cinco Direcções Regionais da Educação - Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, que tiveram como objectivo primordial a recolha de informação para uma caracterização prévia do contexto em que decorre o Ensino Profissional e, como objectivo último, a recolha de informação que apoiasse a elaboração dos questionários e guiões dos Estudos de caso.

As DRE indicaram Escolas de boas práticas em cada Região que, depois de terem passado por um processo de selecção criterioso, foram contactadas no âmbito dos sete Estudos de Caso.

Estudos de caso

Esta técnica permitiu a recolha de informação: (i) *contextualizada* (focada na unidade de análise Escola); e (ii) *cruzada* (visão da rede de actores que intervém na implementação dos Cursos Profissionais das Escolas Secundárias Públicas), de natureza qualitativa, sobre a experiência das Escolas em torno da implementação dos Cursos Profissionais.

Dois dos Estudos de caso foram realizados numa fase exploratória do Estudo, tendo servido o objectivo particular de recolher elementos para a construção dos instrumentos de inquirição extensiva e respectivo pré-teste.



(continua)

Estudos de caso (cont.)

A selecção dos Estudos de caso pautou-se por critérios que potenciaram a aprendizagem organizacional de “projectos” com elevada componente experimental/demonstrativa para a implementação desta aposta de formação qualificante de jovens, nomeadamente, ao nível de: (i) efeito demonstrativo das boas práticas para a expansão dos Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias Públicas; (ii) perfil de intervenção e parcerias mobilizadas designadamente com autarquias, empresas e outras instituições; (iii) representatividade territorial; (iv) valorização das qualificações produzidas por parte das entidades empregadoras; (v) grau de amadurecimento da execução da implementação dos Cursos Profissionais; e (vi) níveis de empregabilidade e prosseguimento de estudos.

Estes critérios foram cruzados com informação veiculada pelas Direcções Regionais de Educação, de modo a sinalizar os projectos educativos a analisar em maior proximidade.

Território	Escolas seleccionadas	Factores de selecção
Norte	Escola Secundária com 3.º Ciclo do E. B. Soares Basto	Forte aposta no ensino profissionalizante; Projecto estruturante de concertação de rede (com universidade de Aveiro).
	Escola Secundária com 3.º Ciclo do E. B. Padre Benjamim Salgado	Referência em termos de experiência na aposta em ensino profissionalizante.
Centro	Escola Secundária de Avelar Brotero	Maior diversidade da oferta, maturidade da experiência com CP.
Lisboa e Vale do Tejo (LVT)	Escola Secundária Dom Pedro V	Experiências de articulação com empresas e outras entidades e oferta em áreas diversificadas.
	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	Experiências com potencial de transferibilidade no contexto da ligação Escola/Empresas.
Alentejo	Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Vendas Novas	Experiência acumulada na aposta em ofertas profissionalizantes; Rede com Parque Industrial e Tecnológico de Montemor-o-Novo;
Algarve	Escola Secundária Júlio Dantas	Escola sem tradição de ensino profissionalizante mas com forte articulação com Escolas Básicas (no âmbito da informação e orientação vocacional a alunos) e com as empresas.

Questionário às Escolas Secundárias Públicas

O Inquérito às Escolas Secundárias Públicas teve um papel destacado nesta Avaliação na medida em que permitiu a inquirição ao universo das Escolas Secundárias Públicas que ministram Cursos Profissionais e a recolha de elementos relacionados com um dos domínios centrais do Estudo, o *Domínio Organizacional*, no que respeita às estratégias de capacitação das Escolas para responder ao desafio da expansão da oferta de Cursos Profissionais. O processo de inquirição às Escolas foi administrado numa plataforma *on-line* e resultou num total de 212 inquéritos válidos, o que representa uma taxa de resposta de cerca de metade do universo de Escolas, com a seguinte distribuição por Direcção Regional de Educação:

Quadro 1. Distribuição da amostra por Direcção Regional de Educação

	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Total
Universo	147	96	130	34	18	425
N.º de inquéritos recebidos	59	50	73	19	11	212
Taxa de resposta	40,14%	52,08%	56,15%	55,88%	61,11%	49,88%

Cerca de um quarto das Escolas que constituem a amostra do Estudo implementaram Cursos Profissionais no ano lectivo de 2006/2007, coincidindo com o ano lectivo do *boom* da expansão dos Cursos Profissionais nas Escolas Secundárias Públicas. Mais de um terço das Escolas iniciou esse processo depois de 2007/2008. Em termos de experiência no ensino técnico-profissional e/ou tecnológico, cerca de 35% das Escolas implementaram estas vias de ensino há 11-20 anos, o que revela uma experiência consolidada no ensino profissionalizante. No entanto, verifica-se que cerca de um quarto da amostra tem uma experiência concentrada nos últimos 5 anos.

Questionário aos Núcleos Empresariais Regionais (NER) e Autarquias Locais

Este instrumento específico alimentou a construção de tipologias de *matching* (oferta-necessidades do tecido empresarial), em duas componentes distintas de inquirição:

- “*Matching*” da oferta à procura, em que se pretendeu aferir o grau de adequação da oferta às necessidades do tecido empresarial, considerando os seguintes critérios: (i) Padrão de recursos/actividades potenciais; (ii) Perfil de especialização produtiva actual; (iii) Capacidade de atracção de novos investimentos; e (iv) Renovação dos factores de competitividade (design, marketing, inovação, ...).
- *Sustentabilidade e estratégia futura*, com vista a determinar quais as áreas de formação e/ou respectivos cursos que são fundamentais ou emergentes para o desenvolvimento económico da Região, no âmbito dos quais se deveria equacionar o reforço/criação de oferta de Cursos Profissionais.

Com estes objectivos, a construção do Inquérito (enviado/recebido via e-mail) procurou recolher a visão das Autarquias Locais do Continente (275) e dos Núcleos Empresariais Regionais (18), acerca dessas duas dimensões. No que concerne a inquirição aos NER, foi atingida uma taxa de resposta que ronda os 50%; todavia, a capacidade de resposta das Autarquias, ficou abaixo do expectável (em torno dos 28%).

No conjunto das Autarquias, o distrito de Viana do Castelo é aquele em que, em termos percentuais, se registou maior número de resposta (50%), seguido do distrito de Santarém, com 47,6%. A rondar os 30% de taxa de resposta encontram-se os distritos de Beja, Évora, Faro, Lisboa e Porto. De entre os distritos que menos participaram no Estudo (Braga, Bragança, Coimbra e Setúbal), destaca-se Portalegre com apenas uma Autarquia a responder ao Inquérito.

CAPÍTULO B - ELEMENTOS DE ESTRUTURAÇÃO DA EXPANSÃO E ATRACTIVIDADE DA OFERTA DOS CURSOS PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS

A educação e a formação profissional estão confrontadas com um conjunto de renovados desafios e exigências na dimensão e na urgência do esforço de qualificação que é necessário fazer, com vista à redução do peso das baixas qualificações da população portuguesa.

Do ponto de vista da formação de jovens, a Iniciativa Novas Oportunidades (2005-2010) veio definir metas ambiciosas e determinantes: aumentar a oferta de Cursos Profissionais e aumentar a participação dos jovens em cursos de dupla certificação ao nível do secundário. Estes objectivos são a resposta aos desafios e exigências do esforço de qualificação que é necessário fazer, com vista à redução do peso das baixas qualificações da população portuguesa, problema há muito identificado e para o qual não houve até agora uma resposta sistemática e em escala.

A expansão recente do Ensino Profissional nas Escolas Públicas tem constituído a medida política mais importante neste reforço da aposta na educação e formação de jovens.

B.1. Alterações na procura das ofertas educativas de nível secundário

O ensino secundário constitui um patamar educacional com forte expressão na estrutura de habilitações escolares da população dos países com melhores índices de desenvolvimento e é tido como condição indispensável de suporte às exigências de desenvolvimento das economias baseadas no conhecimento.

A importância de apostar na generalização do nível secundário de escolaridade é claramente assumida pela Comissão Europeia que estabeleceu o objectivo de, até 2010, 85% das pessoas com 22 anos de idade na União Europeia terem completado o ensino secundário (cf. Council Conclusions on Reference Levels of European Average Performance in Education and Training (Benchmarks) 8981/03, Brussels, 7 May 2003).

As mudanças económicas de ordem mundial originaram a procura por níveis mais altos de escolaridade e novas competências, em particular competências genéricas e abrangentes. O aumento da qualificação das populações é encarado como uma exigência para enfrentar mercados em constante transformação em que predomina o avanço tecnológico acelerado e a reorganização dos processos produtivos, com implicações nas estruturas de emprego. Além disso, na óptica dos indivíduos, a evolução demográfica das populações traz novas exigências associadas à necessidade de manter os indivíduos activos e aprendentes ao longo da vida, correspondendo às suas próprias aspirações, tendencialmente mais diversificadas social e culturalmente.

Como resposta a estes factores, os países membros da União Europeia estabeleceram como prioritárias as seguintes medidas de política (cf. Official Journal C 142/01 de 14/06/2002):

- Generalizar os níveis mais elevados de habilitações e conhecimentos entre os jovens;
- Desenvolver a Aprendizagem ao Longo da Vida e uma "sociedade de aprendizagem";
- Aumentar a atractividade das vias de qualificação profissional e promover a paridade entre as várias vias de formação;
- Incentivar uma educação de base ampla e a aquisição de competências transversais, com uma nova ênfase nas áreas de aprendizagem que incluem a compreensão linguística e cultural, a criatividade, a flexibilidade, a resolução de problemas, o trabalho em equipa, a inteligência colectiva e a proficiência no aproveitamento do crescente potencial das tecnologias de informação;
- Modernizar o currículo dos cursos de formação profissional e promover as competências e os conhecimentos genéricos, incluindo as competências-chave ou nucleares;
- Aproximar a educação e o trabalho, nomeadamente através do reforço de parcerias entre os parceiros sociais e as partes interessadas, assim como através de novas formas de alternância;
- Apresentar respostas flexíveis e criativas para o insucesso escolar e a exclusão social;
- Melhorar a eficiência e a responsabilidade dos sistemas de ensino, o que envolve a tentativa de desenvolver mecanismos de descentralização da governação e regulação, o que por sua vez pode estar associado a novas formas de financiamento e avaliação.

Ao longo dos últimos trinta anos, Portugal tem feito um significativo esforço de qualificação da população em todos os níveis de ensino, no sentido de recuperar o atraso que o distancia dos países mais desenvolvidos, em indicadores tão relevantes como a taxa de abandono escolar e a taxa de retenção e de desistência.

Ambos os indicadores revelam a recuperação de alunos no nível de ensino secundário, quer pela diminuição do abandono escolar (apesar do valor ainda elevado de 35% de jovens entre os 18 e os 24 anos que em 2008/09 não possui o ensino secundário completo), quer pela redução dos casos de retenção e desistência nesse nível de ensino (que em 2000 atingiu o valor mais elevado da última década, cifrado em 39,4%, e que tem vindo a diminuir progressivamente até atingir 19,1% em 2008/09).

Quadro 2. Evolução da taxa de abandono escolar precoce e taxa de retenção e desistência no nível secundário, em Portugal

	2000/01	2004/05	2008/09
Taxa de abandono escolar precoce ¹	43,6	39,4	35,4
Taxa de retenção e de desistência ²	39,4	32,1	19,1

¹ População com idade entre 18 e 24 anos, sem o secundário completo, que completou o 3.º ciclo de escolaridade ou não, e que não inserida em qualquer programa de educação/formação (Fonte: PORDATA; Fonte de Dados: INE - Inquérito ao Emprego).

² Relação percentual entre o número de alunos que não pode transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados nesse ano lectivo (Fonte: Educação em Números, 2010).

A Reforma do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 74/2004, de 26 de Março), em 2004, ao consignar o alargamento dos Cursos Profissionais às escolas públicas, criou o enquadramento para a implementação de medidas concretas de resposta aos inaceitáveis níveis de insucesso e abandono escolar que ainda caracterizam o sistema de educação português e uma resposta ao repto lançado pela OCDE de apostar na qualificação da população portuguesa tanto dos jovens, como dos adultos. Esta Reforma introduziu diversas alterações no desenho curricular e salientou a necessidade de expansão da oferta de formação profissional inicial no sistema de ensino regular, particularmente na vertente do Ensino Profissional que, desde a década de 1980, se encontrava confinado à actuação e oferta de um número limitado de Escolas Profissionais, muitas delas de natureza privada e muito dependentes do financiamento público (comunitário e nacional). Segundo Joaquim Azevedo (2003)¹, mais de metade da procura dirigida aos cursos das Escolas Profissionais não era satisfeita, impedindo, assim, muitos jovens, de aceder a uma formação pós-básica, em condições de sucesso.

Ao nível do secundário, o sistema de ensino português desenvolveu-se de forma muito subordinada ao prosseguimento de estudos, de que é indicador o grande predomínio do número de alunos matriculados nos Cursos Gerais em detrimento dos cursos de pendor mais vocacional. De facto, a concentração de jovens em cursos conducentes ao prosseguimento de estudos, em detrimento das variantes de ensino de natureza tecnológica e profissionalizante, era bastante superior em Portugal quando comparado, p.e., com outros países da OCDE (71,7%, Portugal - 48,5%, OCDE - dados de 2001).

O objectivo definido no Programa do XVII Governo Constitucional foi o de fazer com que as vagas em vias profissionalizantes representassem, em 2010, metade do total de vagas ao nível do ensino secundário. Devido ao impulso da Iniciativa Novas Oportunidades, iniciada em 2005. Os dados disponíveis evidenciam o esforço que tem sido feito nesse sentido, permitindo verificar que desde 2004/2005 a proporção de jovens que frequenta ofertas

¹ Azevedo, J.(coord.), (2003), *O ensino profissional em Portugal*, Porto, ANESPO.

qualificantes no ensino secundário tem vindo a crescer e representa, em 2008/09, mais de 40% dos jovens matriculados no ensino secundário.

Quadro 3. Evolução do nº de jovens em cursos de dupla certificação de nível secundário

Modalidades de educação e formação	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Cursos Tecnológicos	59.474	52.228	42.820	25.673	20.212
Cursos Profissionais ¹	36.765	36.943	49.660	70.177	93.438
<i>Estabelecimentos de ensino públicos e privados</i>	36.765	36.943	47.709	-	-
<i>Escolas de Hotelaria e Turismo</i>	n.d.	n.d.	1.951	-	-
Cursos de Aprendizagem	27.019	26.247	23.876	20.720	17.808
Cursos de Educação e Formação	2.832	3.422	5.224	8.425	4.388
Cursos do Ensino Artístico Especializado ²	1.582	1.338	1.712	1.688	1.827
Total de jovens matriculados em ofertas qualificantes	127.672	120.178	123.292	126.683	137.673
Total de alunos no ensino secundário³	333.945	309.363	319.859	323.475	333.703
% em ofertas qualificantes	38,2	38,8	38,5	39,2	41,3

Fontes: GEPE - Ministério da Educação e IEFP (Dados referentes aos Cursos de Aprendizagem. Estes valores são por ano civil e não ano lectivo).

Notas: À data da entrega deste Relatório, os dados disponíveis para 2009/10 eram provisórios e provinham de outra fonte, pelo que se optou por não os considerar nesta análise.

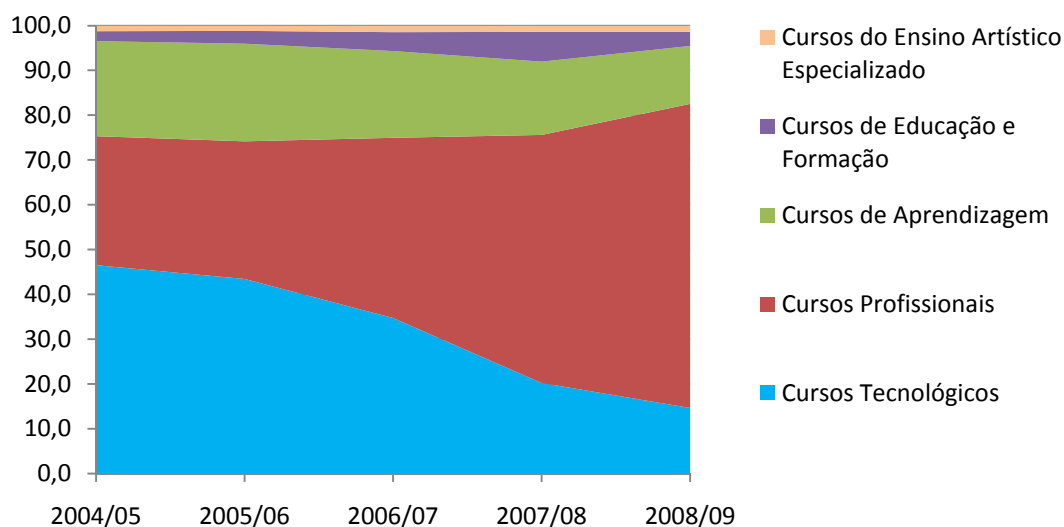
¹ Cursos Profissionais: aos dados de 2006/07 divulgados pelo GEPE foram acrescentados os dados do Turismo de Portugal referentes aos Cursos Profissionais promovidos por Escolas de Hotelaria e Turismo, uma vez que esses dados só começaram a ser recolhidos pelo GEPE no ano lectivo 2007/08.

² Ensino Artístico Especializado: os dados dizem respeito apenas aos cursos de Artes Visuais e Audiovisuais do ensino regular, sendo estas ofertas que conferem certificação.

³ Total de alunos no ensino secundário: inclui o total de jovens matriculados em ofertas qualificantes, o total de jovens matriculados nos cursos científico-humanísticos e o total de jovens que frequentam o ensino artístico especializado não qualificante.

Ao comparar o contributo de cada tipo de curso para as metas definidas, torna-se claro que é o crescimento dos Cursos Profissionais que mais contribuiu para o aumento global da procura das vias de dupla-certificação. Ao invés, e por uma opção de política educativa no sentido de promover as ofertas formativas cuja organização curricular privilegia a integração qualificada no mundo do trabalho, os Cursos Tecnológicos vêm reduzido o número de alunos, entre 2006/07 e 2008/09. Quanto às restantes ofertas qualificantes, tendem a manter números estáveis de procura, verificando-se apenas a partir de 2007/08 uma tendência para a diminuição de alunos no Sistema de Aprendizagem e nos cursos de educação e formação de jovens de nível secundário.

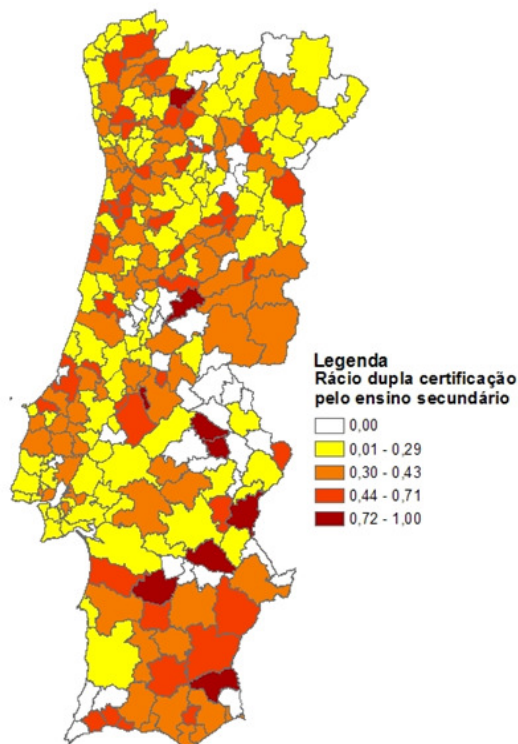
Gráfico 1. Peso das várias modalidades de formação qualificante no total de jovens matriculados em ofertas qualificantes



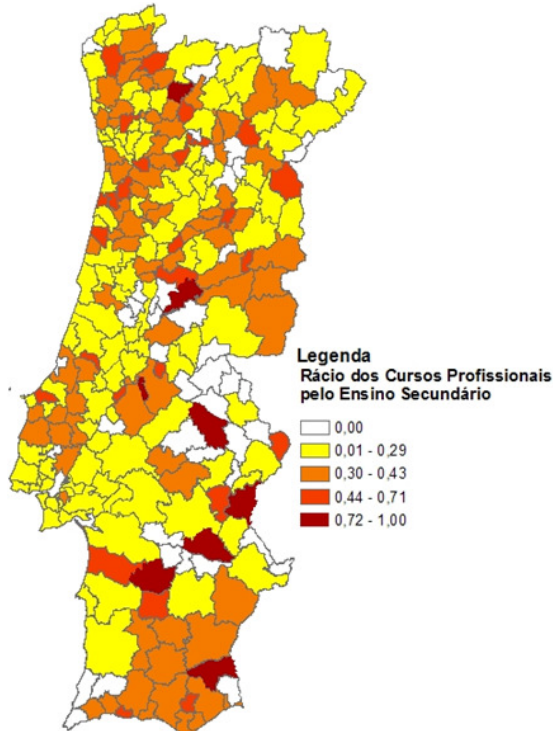
Os Mapas seguintes apresentam dois tipos de rácios que ilustram: (i) a expansão das ofertas de dupla-certificação no nível de Ensino Secundário; e (ii) o contributo particular dos Cursos Profissionais para essa expansão e evidenciam a distribuição destes rácios pelo território nacional.

Os dados mapeados respeitam somente à rede de escolas secundárias públicas, no âmbito da qual ocorre o processo de expansão dos cursos profissionais em que este Estudo se enquadra. Os territórios marcados a laranja e em tons de vermelho sinalizam concelhos em que os jovens matriculados em ofertas de dupla certificação (cf. Mapa 1) e em cursos profissionais (cf. Mapa 2) superam o valor médio do rácio “*dupla-certificação no ensino secundário da rede pública*” para o total do território nacional. As regiões do Algarve, Baixo Alentejo e Beira Baixa destacam-se pela proporção expressiva das ofertas de dupla-certificação nas escolas secundárias públicas, assim como dos cursos profissionais face ao total do secundário.

Mapa 1. Rácio de jovens matriculados em ofertas de dupla-certificação face ao total do ensino secundário (2009/10)



Mapa 2. Rácio de jovens matriculados em Cursos Profissionais face ao total do ensino secundário (2009/10)



Fonte: MISI - Ministério da Educação. Dados relativos a alunos no Ensino Secundário por modalidade de ensino, no ano lectivo 2009/2010 (final do 1.º período).

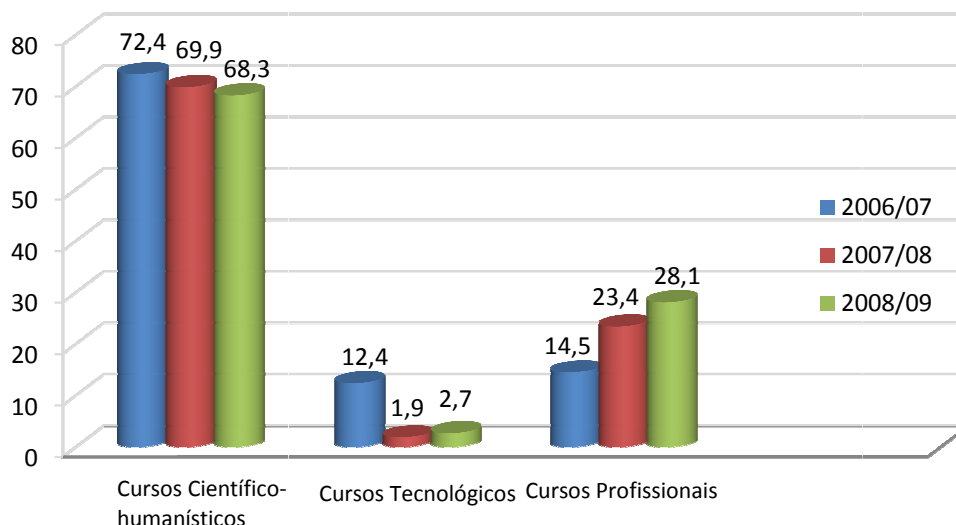
Notas: Nas ofertas de dupla-certificação estão incluídos os Cursos Profissionais, Cursos Tecnológicos, Cursos Artísticos e Cursos de Educação-Formação. Porém, os valores considerados apenas abrangem a rede de estabelecimentos de ensino públicos. Ambas as escalas têm como referência o valor médio do rácio “dupla-certificação pelo ensino secundário”.

A expressividade do crescimento das ofertas qualificantes nas escolas secundárias públicas é o resultado de um processo de expansão que arrancou em 2004/05. Nesse ano, apenas três dezenas de Escolas avançaram com a abertura de Cursos Profissionais. No ano seguinte, houve um acréscimo de 14 novas Escolas a leccionar essa oferta; somente no ano lectivo de 2006/07 se registou um crescimento exponencial do número de Escolas a aderir a esta via de ensino profissionalizante (263 Escolas) e, dois anos volvidos, no ano lectivo de 2008/09, 425 Escolas Secundárias Públicas ofereciam Cursos Profissionais. Em 2009/10, estima-se que a taxa de cobertura de Escolas Secundárias Públicas com Cursos Profissionais atinja cerca de 90%.

Esta adesão exponencial das Escolas a esta via de ensino fica, também, patente no aumento de vagas e no número de alunos inscritos, com o aumento gradual da percentagem de alunos matriculados no primeiro ano dos Cursos Profissionais face a outras ofertas de nível secundário, embora esse incremento seja menor relativamente ao registado entre o ano lectivo 2005/2006 e o ano lectivo seguinte (de 884 para 10.644 alunos inscritos)².

² GEPE - Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*.

Gráfico 2. Evolução do número de alunos matriculados no 1.º ano do ensino secundário, por modalidade de educação-formação (%)

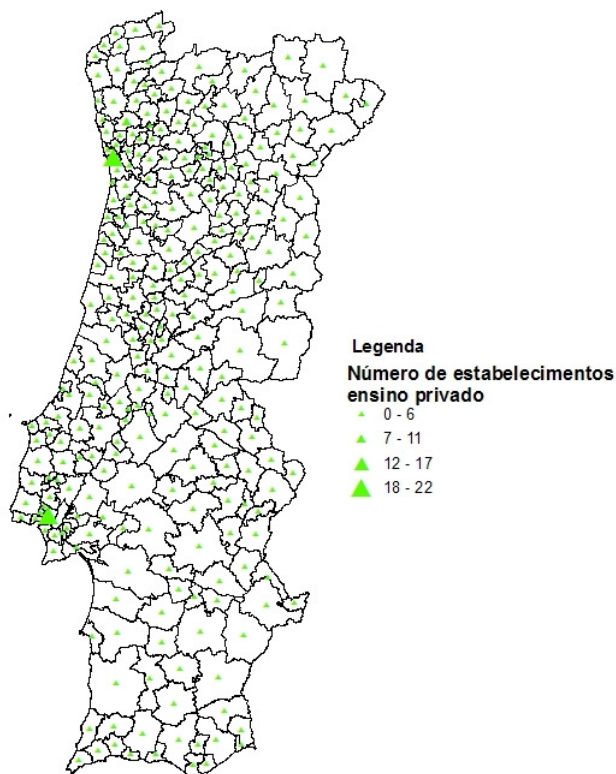


Fonte: MISI - Ministério da Educação. Base de dados de Alunos referente ao final dos Anos Lectivos 2006/07, 2007/08 e 2008/09.

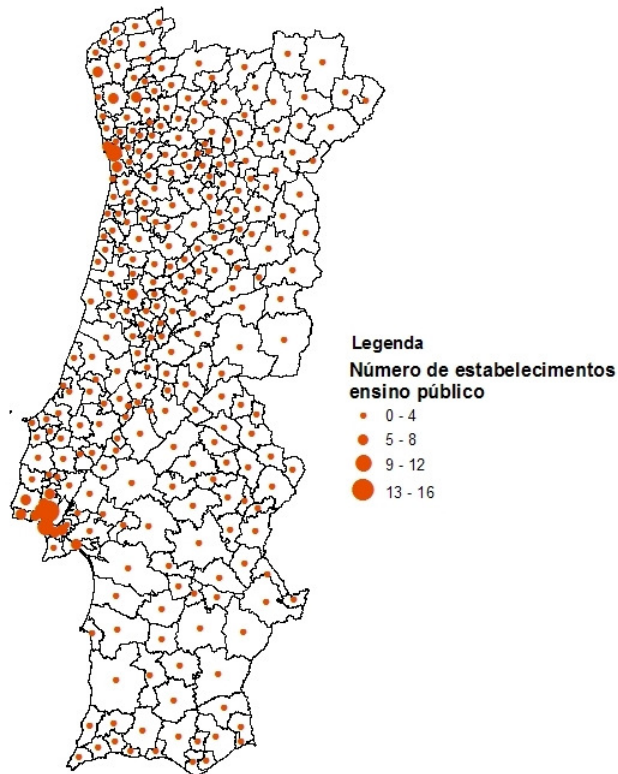
Importa também referir que o registado aumento de alunos dá-se indiscutivelmente ao nível das escolas da rede pública, verificando-se também o aumento da procura de Cursos Profissionais no sector privado, a partir do ano lectivo de 2008/2009, resultando numa distribuição muito abrangente desta oferta no território nacional, em ambos os sectores, público e privado: em 2008/09, cerca de 60% do total de jovens matriculados nos cursos profissionais frequenta uma escola secundária pública e cerca de 40% uma escola profissional privada, estimando-se que em 2009/10 essa proporção se mantenha. Em valores absolutos, até 2007/08 o total de jovens nas escolas profissionais da rede privada aproximou-se dos 30.000 alunos, sem variações significativas, mas a crescer para os cerca de 36.000 em 2008/09.

A procura é satisfeita por uma rede de escolas que cobre todo o território, como os Mapas seguintes ilustram.

Mapa 3. Distribuição territorial das Escolas Profissionais Privadas



Mapa 4. Distribuição territorial das Escolas Públicas com Cursos Profissionais



Fonte: Plataforma SIGO (2008/09).

Os *itens* seguintes sintetizam alguns dos principais traços da evolução dos alunos matriculados no Ensino Secundário:

- O número de jovens matriculados no Ensino Secundário que, desde 2000/01 vinha a decrescer (atingindo em 2005/06 o valor mais baixo desta década, com cerca de 309.000 alunos), começa a aumentar em 2006/07, atingindo 333.703 alunos em 2008/09 (GEPE - Ministério da Educação e IEFP - dados relativos ao Sistema de Aprendizagem). Este aumento do número de alunos matriculados no secundário, a partir de 2006/07 deve-se essencialmente ao aumento muito significativo do número de alunos inscritos em Cursos Profissionais e reflecte-se numa taxa real de escolarização³ crescente no ensino secundário de 58,8% em 2000 para 68% em 2009 (PORDATA: GEPE/ME; INE).
- O aumento exponencial de alunos inscritos em Cursos Profissionais nos últimos anos, não parece, contudo, estar a fazer-se à custa das outras vias de ensino eventualmente concorrentes, ou da oferta de Ensino Profissional das Escolas Privadas; em 2004/05, o número de alunos matriculados em Cursos Profissionais nas

³ Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

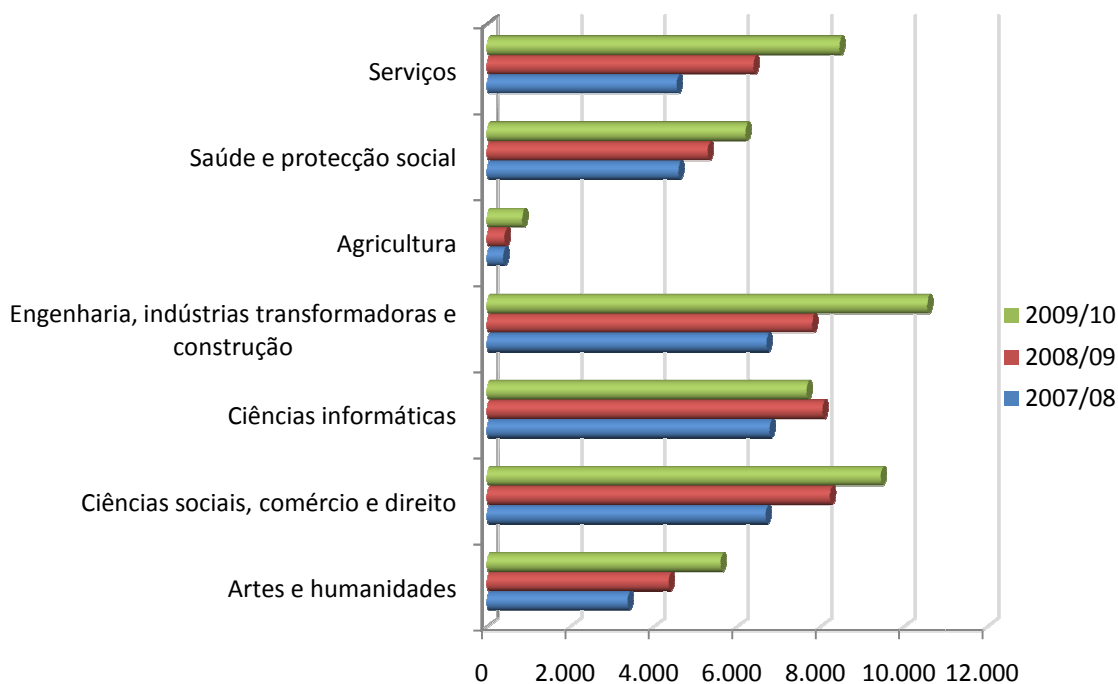
Escolas Profissionais (privadas) era de pouco mais de 33 mil, número que se manteve praticamente constante até 2007/08, aumentando para mais de 36.000 em 2008/09.

- Apenas os Cursos Tecnológicos viram reduzida a sua expressão em número de alunos, o que, aliás, já vinha acontecendo desde o ano lectivo de 2000/01 por opção de gestão política do sistema e da sua clarificação. Os Cursos de Educação e Formação de Jovens registaram menos procura no último ano lectivo, o que se prende com a redução de vagas neste tipo de curso ao nível do ensino secundário.
- No ano lectivo de 2009/10 foram criadas 50 mil novas vagas (no ano lectivo 2008/09 tinham sido criadas cerca de 40 mil) totalizando mais de 126.000 vagas nos Cursos Profissionais.

Este crescimento sustentado da oferta do ensino profissionalizante tem contribuído para o reconhecimento desta via de ensino, que colhe, actualmente, níveis de receptividade bastante elevados de procura por parte dos jovens.

Um dos factores que torna esta via de ensino atractiva é a variedade do leque de oferta formativa. Em áreas como os Serviços e as Ciências Sociais, Comércio e Direito, regista-se um incremento gradual do número de alunos matriculados, contudo, é na área de formação de Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção que se regista o maior aumento de vagas.

Gráfico 3. Evolução do número de vagas em Cursos Profissionais, por área de formação



Fonte: Plataforma SIGO.

Nota: Agregação de áreas de formação feita pelo IESE, com base na classificação CNAF-CITE.

Atendendo à distribuição das vagas disponíveis por curso, verifica-se que é no curso de Electricidade e energia que se concentra o maior número de vagas (3.919), seguido, na área das Ciências Sociais, Comércio e Direito, pelos cursos de Marketing e publicidade (2.419) e Gestão e administração (2.117). Na área dos Serviços, destacam-se dois cursos relacionados com o sector do Turismo (Turismo e lazer, com 2.943 vagas) e Hotelaria e restauração (2.679).

Quadro 4. Distribuição de vagas nas áreas de maior aumento da procura no ano 2009/10

Áreas de formação	Cursos	%	N.º vagas
Engenharia, Indústrias transformadoras e Construção	Electricidade e energia	37,2	3.919
	Electrónica e automação	17,8	1.876
	Tecnologia dos processos químicos	11,4	1.205
	Metalurgia e metalomecânica	9,4	994
	Construção civil e Engenharia civil	8,5	895
	Indústrias alimentares	8	847
	Construção e reparação de veículos a motor	4,3	451
	Arquitectura e urbanismo	1,7	178
	Indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro	1	106
	Materiais: indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros	0,7	77
	Total	100	10.548
Ciências sociais, Comércio e Direito	Marketing e publicidade	25,6	2.419
	Gestão e administração	22,4	2.117
	Contabilidade e fiscalidade	14,2	1.343
	Comércio	13,7	1.295
	Secretariado e trabalho administrativo	13	1.223
	Direito	5,5	516
	Finanças, banca e seguros	3,7	353
	Biblioteconomia, arquivo e documentação	1,8	170
	Total	100	9.436
Serviços	Turismo e lazer	34,9	2.943
	Hotelaria e restauração	31,7	2.679
	Segurança e higiene no trabalho	14,5	1.227
	Protecção do ambiente	10,5	884
	Protecção de pessoas e bens	6,6	557
	Serviços de Transporte	1,8	150
	Total	100	8.440
Saúde e protecção social	Trabalho social e orientação	62,8	3.888
	Serviços de apoio a crianças e jovens	29,2	1.806
	Saúde - programas não classificados noutra área de formação	4,3	264
	Ciências dentárias	2,1	132
	Tecnologias de diagnóstico e terapêutica	1,6	97
	Total	100	6.187

Fonte: Plataforma SIGO.

Nas áreas de maior procura, destacam-se os cursos de Gestão e administração, Construção civil e Engenharia civil, Trabalho social e orientação, Protecção do ambiente e Protecção de pessoas e bens por registarem um aumento de vagas superior a 400 de 2008/09 para 2009/10. Destaca-se, ainda, a Hotelaria e restauração, com mais 700 vagas em 2009/10, face a 2008/09; o aumento mais significativo ocorreu no curso de Electricidade e energia, que foi reforçado em mais de 1.000 vagas.

O processo de reajustamento das vagas disponíveis está relacionado com as recomendações de orientação da oferta para sectores de maior dinâmica e potencial de empregabilidade, de acordo com informação sistematizada pela ANQ relativa à análise da dinâmica do mercado de trabalho, sobretudo no que se refere à criação de emprego em domínios de actividade que empregam quadros intermédios. A título de exemplo, a procura dos jovens pela área da Informática é, comparativamente a outras áreas, bastante elevada, o que tem justificado orientações da ANQ no sentido de descontinuar a oferta formativa nesta área, com efeitos na oferta disponibilizada em 2009/10.

O aumento absoluto do número de alunos inscritos no secundário - mais cerca de 20.000 alunos entre os anos lectivos 2005/06 e 2007/08 - com uma distribuição mais equiparada entre Ensino Regular/via científico-humanística e cursos de dupla certificação - 60%/40%, respectivamente - reflecte a existência de uma margem de progressão significativa (cerca de 20%, em ambos os casos) e representa um contributo claro para a universalização do secundário em Portugal, pelo menos entre a população mais jovem.

Neste contexto, o contributo da iniciativa de expansão do Ensino Profissional foi evidente: pelo menos para já e tanto quanto possível, contrariar a tendência de decréscimo do número de alunos inscritos no Ensino Secundário.

Em síntese, os indicadores apresentados indiciam que a fase da expansão dos Cursos Profissionais está já assegurada e que no conjunto das várias ofertas de ensino profissionalizante, está dado um passo significativo na aproximação às metas da Iniciativa Novas Oportunidades: o conjunto de alunos matriculados nos Cursos Profissionais, nos Cursos Tecnológicos, Cursos Artísticos qualificantes, nos Cursos de Educação-Formação e no Sistema de Aprendizagem abrangia, em 2008/09, mais de 40% do total de jovens do Ensino Secundário.

Quadro 5. Principais Indicadores da Expansão do Ensino Profissional - uma visão de síntese

Pontos estratégicos da Avaliação/Indicadores	Resultados/ Elementos de evidência			
Taxa real de escolarização no nível secundário de educação em Portugal (Fonte: PORDATA)	2007 - 60,0%; 2008 - 63,2%; 2009 - 68,1			
Taxa de frequência do nível secundário de educação, por modalidade de ensino (Fonte: GEPE)		2006/07	2007/08	2008/09
	Científico-humanístico	61,3%	60,7%	58,5%
	Tecnológico	13,4%	7,9%	6,1%
	Profissional	15,5%	21,7%	28,0%
Proporção de Escolas Secundárias Públicas com Cursos Profissionais (Fonte: MISI)	79% (2008/2009)			
N.º de Escolas com Cursos Profissionais, por natureza do estabelecimento (Fonte: SIGO-2008/2009)	Públicas: 425 Privadas: 252			
Rácio de jovens a frequentar ofertas de dupla-certificação (Cursos Profissionais, Cursos Tecnológicos, Cursos Artísticos e Cursos de Educação-Formação) face aos inscritos no Ensino Secundário, nas Escolas Secundárias Públicas (Fonte: MISI- 2009/10)	0,31			
Rácio de jovens a frequentar Cursos Profissionais face aos inscritos no Ensino Secundário, nas Escolas Secundárias Públicas (Fonte: MISI- 2009/10)	0,26			
Rácio de jovens a frequentar Cursos Profissionais face aos inscritos nos Cursos científico-humanísticos, nas Escolas Secundárias Públicas (Fonte: MISI- 2009/10)	0,38			
Taxa de variação anual da procura dos Cursos Profissionais (Fonte: MISI)	2006-2007 para 2007-2008 - 46,20% 2007-2008 para 2008-2009 - 17,56%			
Anos de experiência das Escolas no Ensino técnico-profissional e/ou tecnológico (Fonte: Inquérito às Escolas)	≤5 anos: 26,8%; 6 a 10 anos: 18,7%; 11 a 20 anos: 34,4%; ≥21 anos: 20,1 %			

Em algumas Escolas, a implementação dos Cursos Profissionais representa um valor simbólico, para além do valor da oferta em si, na medida em que é encarada como uma forma de recuperar a identidade do ensino profissionalizante que marcou as antigas Escolas técnicas⁴. O alargamento desta oferta tem, também, um significado estratégico, enquanto meio privilegiado de atracção dos alunos, com vista a contrariar a tendência de abandono do ensino secundário ou de afastamento dos alunos para outras Escolas com ofertas mais atractivas. A este respeito, destacam-se iniciativas de articulação das Escolas Secundárias com as Escolas Básicas que têm como principal objectivo promover a oferta disponível junto dos jovens do 3.º ciclo e atrair os jovens para a Escola.

A receptividade dos actores internos da escola já foi conquistada, sendo comuns as referências à preferência dos professores pela leccionação de cursos profissionais, assim como por parte dos alunos que vêem na diversidade da oferta, na dimensão prática das aprendizagens e na expectativa de maiores e melhores oportunidades de emprego, os principais factores de atracção deste tipo de oferta formativa.

⁴ Na Escola Rafael Bordalo Pinheiro, nas Caldas da Rainha, um professor considera que “A Escola era apagada e os Cursos Profissionais vieram trazer um colorido especial”.

A atracção de uma maior diversidade de públicos é um indicador positivo da progressão vertical garantida pelo Sistema Nacional de Qualificações, na medida em que a aposta na dupla certificação veio garantir o prosseguimento de estudos, nomeadamente no que respeita ao interface entre o secundário, o pós-secundário e o ensino superior.

B.2. Estratégias de atracção do público-alvo

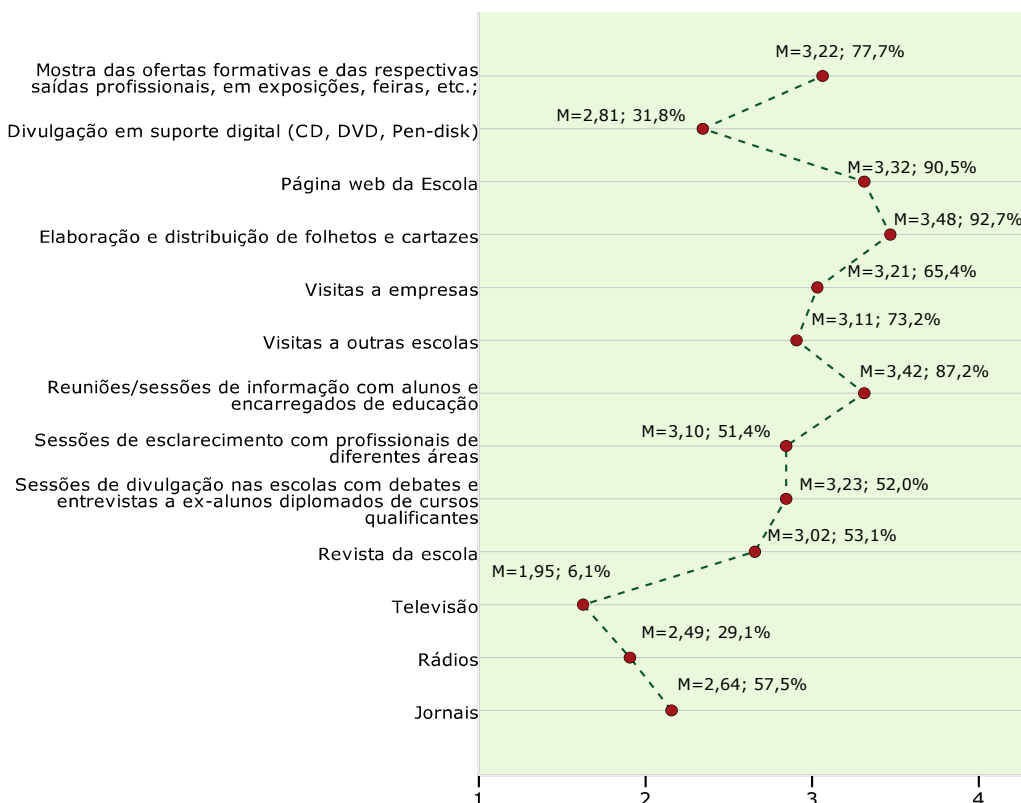
A expansão e atractividade da oferta de Cursos Profissionais, nos últimos 4 anos, assentou na definição de estratégias de atracção do público-alvo que se revelaram fortemente eficazes na mobilização do acolhimento do EP por parte das Escolas. A estratégia nacional desenvolvida a nível central (Iniciativa Novas Oportunidades), bem como as iniciativas promovidas pelas Direcções Regionais de Educação e Escolas, tem-se revelado meios privilegiados para a divulgação da oferta de cursos.

B.2.1. Iniciativas de divulgação - diversidade e percepção

Neste domínio da divulgação é possível registar elementos de sistematização da diversidade de medidas desencadeadas pelas Escolas que se traduziram em níveis elevados de sucesso na atractividade dos Cursos Profissionais. Entre as iniciativas de divulgação mais utilizadas pelas Escolas, salientam-se:

- ✓ Em primeiro plano, a elaboração e distribuição de folhetos e cartazes, a divulgação dos cursos na Página Web da Escola e a dinamização de reuniões/sessões de informação com alunos e encarregados de educação, sendo estas iniciativas percebidas como tendo maior impacto no público-alvo.
- ✓ Em segundo plano, surgem outras iniciativas que assentam no consenso entre Escolas e que para os directores de Escola e coordenadores dos Cursos Profissionais são consideradas mais importantes na respectiva divulgação, nomeadamente a mostra das ofertas formativas e das respectivas saídas profissionais em exposições e feiras e as visitas a outras Escolas.

Gráfico 4. Percepção do impacto das iniciativas utilizadas pela Escola na divulgação dos Cursos Profissionais



Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Legenda: M: valor médio atribuído ao grau de impacto expectável das iniciativas de divulgação, numa escala de 1- Impacto Nulo a 4 - Impacto elevado. P: percentagem de utilização de cada uma das estratégias por parte das Escolas

Alguns exemplos recolhidos, no âmbito dos Estudos de caso, ilustram as dinâmicas de divulgação, os actores envolvidos e o público-alvo abrangido.

As formas de **divulgação**, orientadas para a comunidade em geral, têm vindo a contribuir para a construção de imagens dignificadoras de uma modalidade de ensino com um enorme potencial de consolidação. Nesta lógica, é unanimemente reconhecido que os Cursos Profissionais constituem uma modalidade de educação de nível secundário que se caracteriza por uma forte ligação com o mundo do trabalho, sobretudo regional e local, e que visam uma aprendizagem que valoriza o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão.

O trabalho de divulgação realizado no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidade teve, assim, um campo de actuação mais vasto que o mero acréscimo de Escolas abrangidas, cursos oferecidos e vagas para preencher, representando um meio de aproximação das Escolas à comunidade envolvente.

Quadro 6. Tipologia de instrumentos de divulgação utilizados pelas escolas, por destinatário-alvo

Destinatários-alvo	Instrumentos utilizados
Informação à comunidade	Marketing da Iniciativa Novas Oportunidades (televisão, <i>muppies</i> ,...); Internet; Jornais e rádios locais; Exposições de trabalhos desenvolvidos pelos alunos nas instalações das DREs e das Escolas; Cartazes/Folhetos de divulgação da oferta formativa local/regional;
Informação e Sensibilização das entidades empregadoras	Iniciativas "Dia Aberto" ou "Dia da Escola" com convite dirigido às empresas e outras entidades do tecido empregador; Mostras de projectos; Visitas de estudo às empresas; Convites a formadores das empresas para participarem nos cursos;
Informação aos pais e encarregados de educação	Iniciativas "Dia Aberto" ou "Dia da Escola"; Jornais e rádios locais; Cartazes/Folhetos de divulgação da oferta formativa local/regional; Gabinetes de Psicologia/Apoio ao aluno; Atendimento dos directores de turma/professores;
Informação e orientação dos alunos	Marketing da Iniciativa Novas Oportunidades (televisão, <i>muppies</i> , Kit das profissões...); Internet; Sessões de esclarecimento sobre os cursos dirigidos aos candidatos (com participação de ex-alunos); Realização de semanas de Escola aberta para as Escolas Básicas; Participação em feiras de divulgação de formação; Envio de folhetos com a oferta de cursos para as Escolas Básicas; Informação e Orientação dos Gabinetes de Psicologia/Apoio ao aluno. Kit das Profissões

Anteriormente à Iniciativa Novas Oportunidades, estas ofertas formativas encontravam-se muito estigmatizadas no contexto da Escola Pública, a qual valorizava mais a aquisição de saberes disciplinares em detrimento do desenvolvimento de competências, daí resultando uma baixa procura. Com o impulso e expansão conferidos por esta Iniciativa, assiste-se a uma maior procura por parte dos alunos, um movimento que pode representar uma mudança da mentalidade dos próprios, das suas famílias e da população em geral. Para isso contribuiu a forte campanha televisiva realizada em torno da Iniciativa Novas Oportunidades, de valorização das ofertas qualificantes, no sentido de conferir visibilidade ao ensino profissionalizante.

Esse esforço acentuado em campanhas televisivas, não está, porém, reflectido nos dados do gráfico anterior, cuja percepção do impacto se situa, sobretudo, ao nível das iniciativas mobilizadas no seio das Escolas.

No entanto, alguns professores consideram que continua a ser importante investir na valorização desta oferta, de forma a reduzir o estigma de que os Cursos Profissionais são a “via da facilidade”, sobretudo em relação à informação que chega aos pais e encarregados de educação, os quais continuam a estar afastados do contexto escolar. Nos sete Estudos de Caso realizados, apenas dois abrangeram entrevistas a representantes dos encarregados de educação e em ambos os casos os pais confessam que preferiam que os seus filhos frequentassem os Cursos Científico-humanísticos porque essa via é mais coerente com a expectativa de que os filhos prossigam estudos para o ensino superior. Nas restantes Escolas, a Equipa do Estudo deparou-se com a inexistência de Associação de Pais na Escola ou com falta de interesse/disponibilidade em participar na entrevista.

B.2.2. Caracterização do perfil socio-gráfico dos jovens

A maioria dos jovens que frequentam os Cursos Profissionais é do sexo masculino, o que é uma tendência da escolha diferenciada, em função do género, dos cursos profissionalmente qualificantes: o sexo feminino está mais representado nos Cursos Científico-humanísticos (58,7%) e o sexo masculino nos Cursos profissionalmente qualificantes (52,9%).

Quadro 7. Modalidade frequentada, segundo o sexo dos alunos

Modalidades de educação e formação	Masculino	Feminino	Total
Cursos Científico-humanísticos	41,3%	58,7%	100%
Cursos Tecnológicos	51,8%	48,2%	100%
Cursos do Ensino Artístico Especializado	37,1%	62,9%	100%
Cursos Profissionais	53,3%	46,7%	100%
Cursos de Educação e Formação	54,1%	45,9%	100%

Fonte: Questionário OTES/GEPE -2007/2008, *Caracterização dos Estudantes à Entrada no Ensino Secundário*, Ministério da Educação.

No 1.º ano dos Cursos Profissionais, a maioria dos jovens tem, em média, 17 anos, mais dois que a idade esperada para a frequência do primeiro ano do ensino secundário.

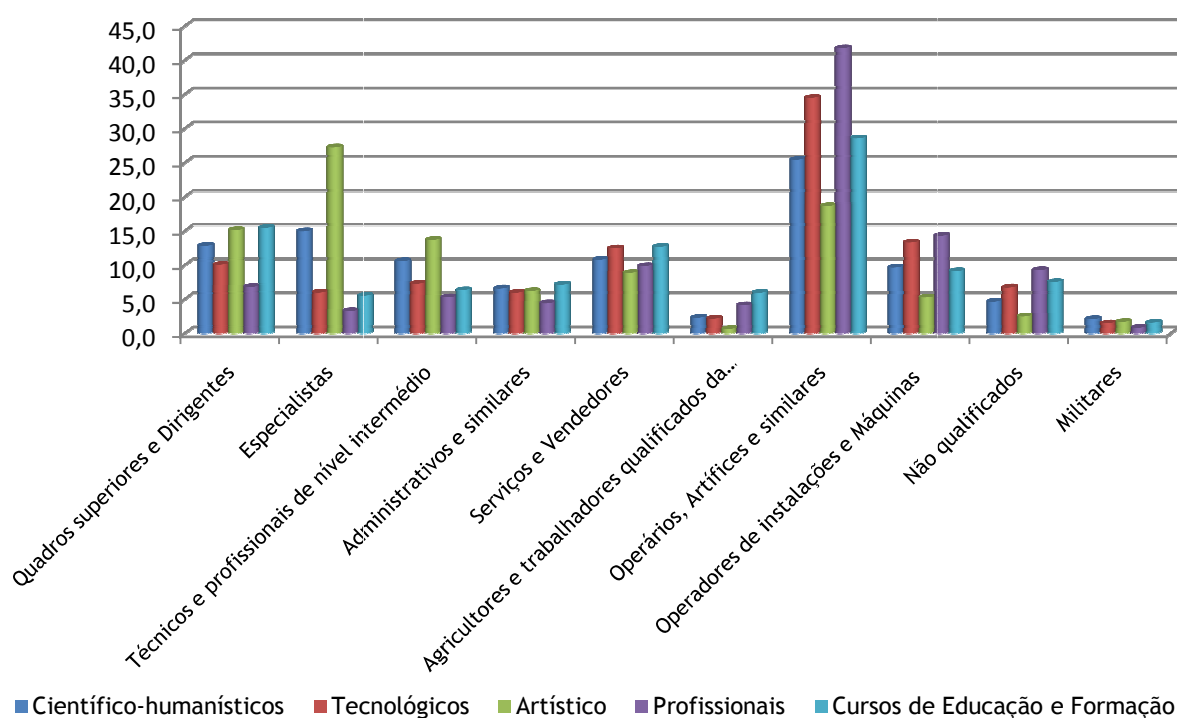
Quadro 8. Média de idades dos alunos matriculados no ensino secundário, por modalidade

Ano Lectivo	Sexo	Cursos Científico-humanísticos	Cursos Tecnológicos	Cursos Artísticos	Cursos Profissionais	Cursos de Educação e Formação de Jovens ¹
		10º Ano	10º Ano	10º Ano	1º Ano	
2006/07	Masculino	16	16	16	17	19
	Feminino	15	16	16	17	19
2007/08	Masculino	16	16	16	17	19
	Feminino	15	16	16	17	19
2008/09	Masculino	16	16	16	17	19
	Feminino	15	16	16	17	19
2009/10	Masculino	15	16	16	17	19
	Feminino	15	16	16	17	19

Fonte: MISI - Ministério da Educação, dados provisórios de 20/04/2010. Tratamento efectuado pelo IESE (valores médios). ⁽¹⁾ Compreende os percursos de formação T5 e T6 que permitem a obtenção de um certificado correspondente ao ensino secundário.

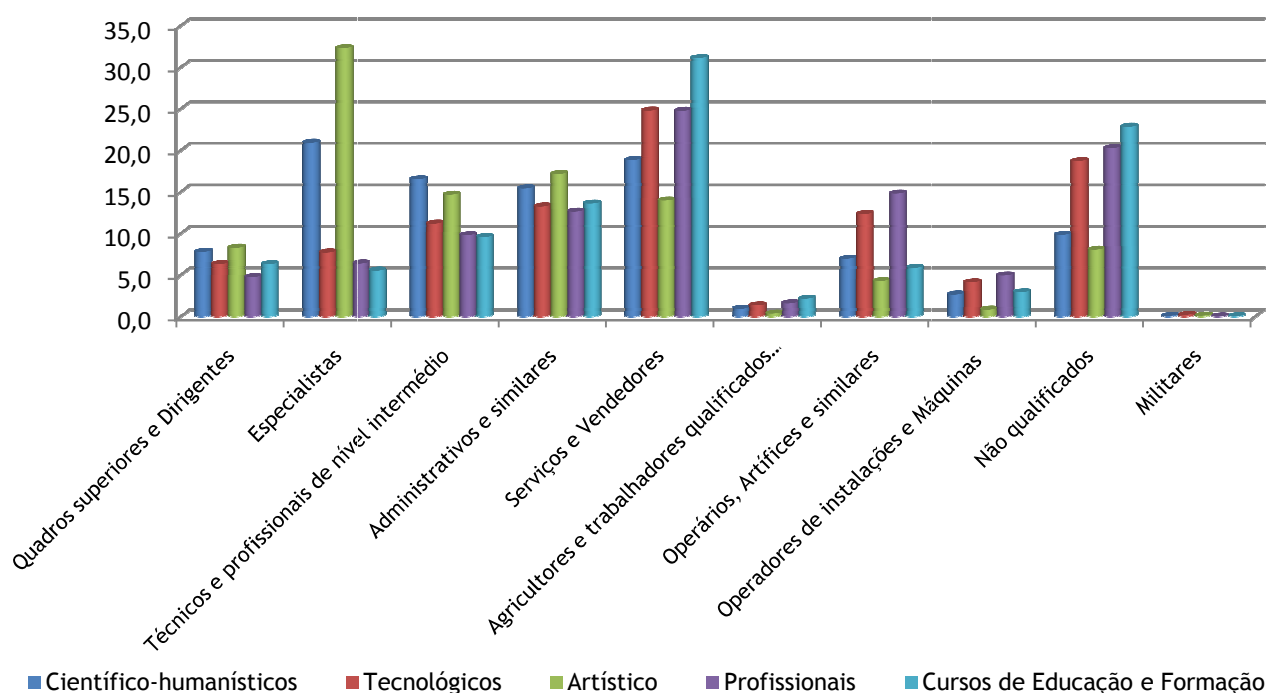
A comparação entre a idade média dos alunos nas várias modalidades de ensino secundário permite confirmar as diferenças entre os jovens que optam pela via de prosseguimento de estudos e as vias profissionalizantes: a maioria dos alunos dos Cursos Científico-humanísticos encontra-se na faixa etária esperada para a frequência do 10.º ano, opostamente aos jovens das outras modalidades. O carácter de recuperação dos Cursos de Educação e Formação é evidente e é indiciador da capacidade de manter e recuperar para a Escola jovens com idades superiores, que eventualmente terão interrompido a sua trajectória escolar e regressado anos mais tarde.

Uma análise à caracterização profissional do agregado familiar (pai e mãe) dos jovens dos Cursos Profissionais permite concluir que a grande maioria dos encarregados de educação do sexo masculino desempenha uma profissão correspondente às profissões abrangidas no grande grupo profissional “Operários, Artífices e Trabalhadores Similares”. Esta categoria é também a mais representativa entre os pais dos alunos dos Cursos Tecnológicos e dos Cursos de Educação e Formação. As profissões associadas ao topo da pirâmide salarial (Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa e Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas) são mais frequentes entre os pais dos jovens que frequentam Cursos Científico-humanísticos.

Gráfico 5. Profissão dos pais dos alunos matriculados no Ensino Secundário, por modalidade

Fonte: MISI - Ministério da Educação. Base de dados sobre a situação dos pais dos alunos do Ensino Secundário.

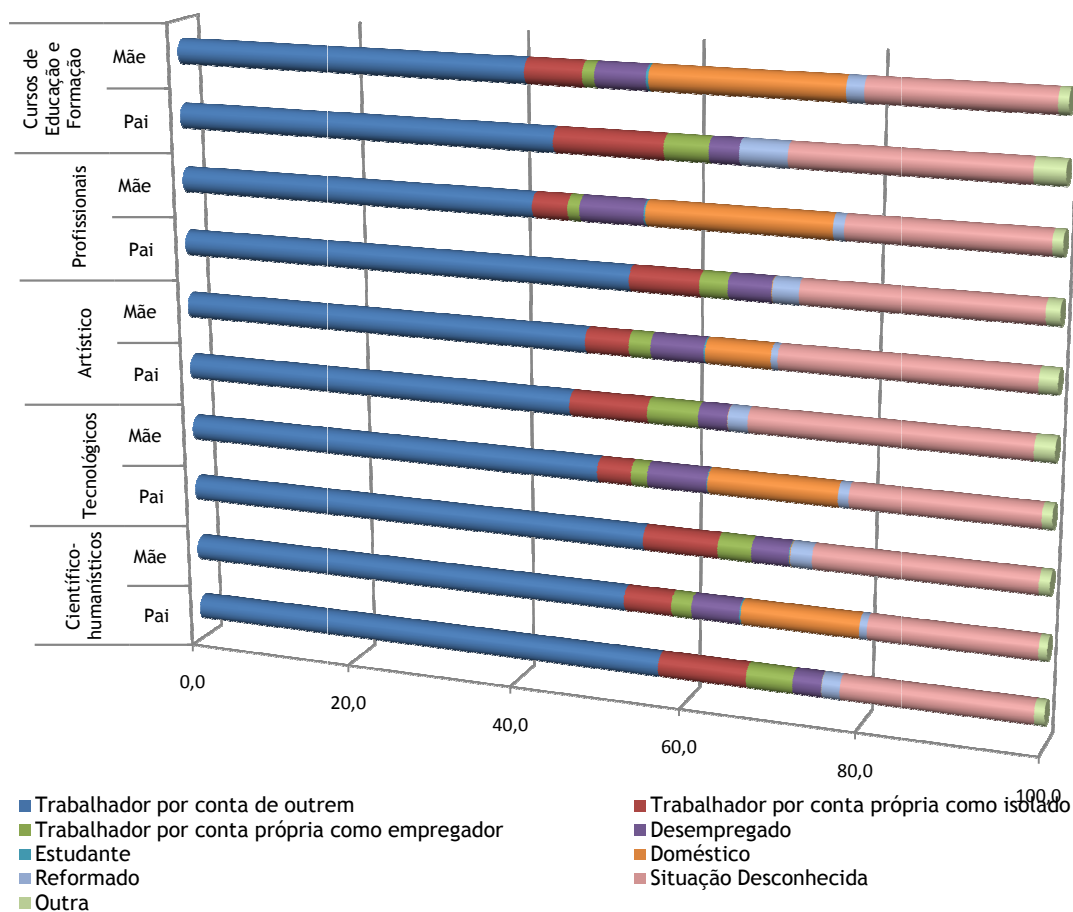
A maioria das mães dos jovens dos Cursos Profissionais ocupa uma profissão da categoria de Pessoal dos Serviços e Vendedores, havendo uma expressão ainda significativa de mães que não possuem qualificação profissional. A expressão da categoria de Pessoal dos Serviços e Vendedores é igualmente elevada junto das mães dos Cursos de Educação e Formação de Jovens, Tecnológicos e Científico-humanísticos, mas é no sub-grupo das mães de jovens matriculados em Cursos Científico-humanísticos, a par dos Cursos da Vertente Artística, que as profissões com níveis de qualificação mais elevados têm mais peso.

Gráfico 6. Profissão das mães dos alunos matriculados no Ensino Secundário, por modalidade

Fonte: MISI - Ministério da Educação. Base de dados sobre a situação dos pais dos alunos do Ensino Secundário.

Quanto à situação face ao emprego dos pais dos jovens dos Cursos Profissionais, em grande maioria, pai e mãe são trabalhadores por conta de outrem; contudo, as grandes diferenças entre sexos evidenciam-se nos números dos “Trabalhadores por conta própria” e “Reformados” que são mais expressivos nos encarregados de educação do sexo masculino e nos trabalhadores “Domésticos”, profissão maioritariamente do sexo feminino.

Gráfico 7. Situação face ao emprego dos pais dos alunos matriculados no Ensino Secundário, por modalidade



Fonte: MISI - Ministério da Educação. Base de dados sobre a situação dos pais dos alunos do ensino secundário.

No que respeita ao nível de escolaridade dominante dos responsáveis de educação por tipo de certificação, observa-se que são os dos alunos que frequentam Cursos Científico-humanísticos que possuem maior capital escolar (49,7% das famílias/responsáveis de educação dos alunos dos Cursos Científico-humanísticos possuem escolaridade superior à escolaridade obrigatória, opostamente a 24,8% das famílias/responsáveis de educação dos alunos dos Cursos profissionalmente qualificantes). Ao observar individualmente as modalidades dos Cursos profissionalmente qualificantes, verifica-se que são as famílias/responsáveis de educação dos alunos que estão actualmente a frequentar o Ensino Artístico especializado (61,5%) que possuem maiores recursos escolares (cf. Quadro 9).

Quadro 9. Modalidade frequentada, segundo o nível de escolaridade dominante na família (%)

	Igual ou inferior ao 1º CEB	Entre o 2º e o 3º CEB	Ensino secundário	Ensino superior	Total
Cursos Científico-humanísticos	10,2	40,1	24,2	25,5	100,0
Cursos Tecnológicos	16,2	53,8	20,5	9,4	100,0
Cursos Artísticos	6,1	32,4	35,1	26,4	100,0
Cursos Profissionais	22,6	53,8	16,8	6,7	100,0
Cursos de Educação e Formação de Jovens	37,1	33,6	21,6	7,8	100,0

Fonte: Questionário OTES/GEPE -2007/2008, *Caracterização dos Estudantes à Entrada no Ensino Secundário*, Ministério da Educação.

O conjunto de elementos de caracterização do perfil de jovens que frequenta os Cursos Profissionais evidencia as diferenças entre os que optam pela via de prosseguimento de estudos, estes últimos mais marcados por trajectórias de sucesso escolar e oriundos de contextos socioeconómicos mais favorecidos. O Estudo de *Caracterização dos Estudantes à Entrada no Ensino Secundário* (OTES/GEPE - Ministério da Educação, 2008) estabelece uma relação entre as opções escolares dos jovens e o Índice de Desenvolvimento Social (este índice procura constituir uma aproximação às condições sociais que prevalecem num dado espaço geográfico, e é representado através da média aritmética dos índices da Esperança Média de Vida, do Índice Global de Conforto e do Índice de Educação⁵) dos territórios onde as Escolas se inserem e conclui que “as Escolas que estão localizadas em territórios com um Índice de Desenvolvimento Social mais baixo têm, sobretudo, alunos que estão num curso profissionalmente qualificante - e mais precisamente num Curso Profissional ou Tecnológico, enquanto que as Escolas localizadas em territórios cujo índice é mediano ou elevado têm, em maior proporção, alunos dos Cursos Científico-humanísticos”.

Estes elementos não devem ser descurados na fase de expansão desta oferta, sob pena de se generalizar uma imagem dos Cursos Profissionais subordinada aos Cursos Científico-humanísticos. Assim, é necessário garantir que a diferenciação entre as ofertas não se faça pelo lado da segregação, mas pela natureza especializada das mesmas.

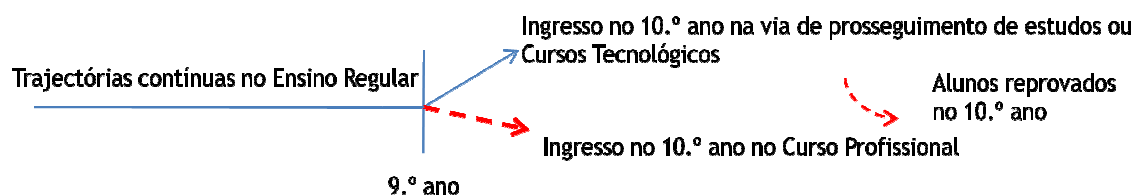
Sobre a diversidade dos alunos que procuram os Cursos Profissionais, os elementos que se apresentam centram-se no perfil motivacional e escolar dos jovens que optam por ingressar nos Cursos Profissionais e resultam, em grande medida, das percepções do conjunto de alunos e de actores que com eles interagem mais directamente, entrevistados no âmbito dos Estudos de caso. De uma forma geral, os alunos candidatam-se à procura de uma via de ensino de cariz prático, que lhes permita concluir o 12º ano e ingressar mais rapidamente no mercado de trabalho. Segundo os interlocutores entrevistados no âmbito dos Estudos de caso, esta modalidade de ensino é, também, frequentada por alunos que, para além da aprendizagem de uma profissão, optam por prosseguir os estudos a nível superior em cursos

⁵ Para mais informação, consultar a Portaria n.º 200/2004, de 4 de Fevereiro do DR 2ª Série.

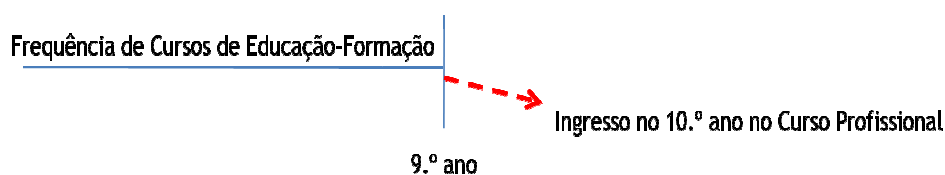
próximos da área de formação do secundário, decisão que, por vezes, é tomada durante a frequência do curso, adiando os planos de entrada no mercado de trabalho que fundamentaram o seu ingresso.

A análise exploratória e preliminar das trajectórias pós-formação dos jovens, assente na informação que as escolas possuem acerca das trajectórias pós-formação dos diplomados (e que revelou bastantes fragilidades) parece indicar uma preferência mais acentuada dos diplomados pela inserção no mercado de trabalho, face ao prosseguimento de estudos.

Quanto ao perfil dos alunos no que respeita às suas **trajectórias escolares anteriores**, as situações identificadas nos Estudos de caso, encontram-se sistematizadas no seguinte conjunto de perfis-tipo de ingresso nos Cursos Profissionais:



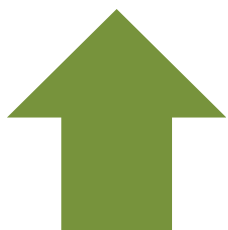
O ingresso contínuo após a conclusão do 9.º ano de escolaridade, por via do Ensino Regular, é apontado como uma situação frequente, que coexiste com casos de alunos que ingressam nos Cursos Profissionais após reprovação no 10.º ano da via Científico-humanística ou nos quase extintos Cursos Tecnológicos.



Também se verificam casos de transição de jovens que ingressam nos Cursos Profissionais após concluírem um Curso de Educação e Formação de Jovens (CEF). Neste sub-grupo de alunos sobressaem casos de reprovações e comportamentos mais indisciplinados, que fundamentam a crítica à extinção dos CEF de nível secundário, por parte de alguns interlocutores que consideram que a preparação-base adquirida com os CEF é desajustada ao nível de exigência dos Cursos Profissionais. Não obstante a taxa de insucesso no 1.º ano dos Cursos Profissionais ser mais elevada neste sub-grupo, reconhece-se, porém, que é a existência de Cursos Profissionais na mesma Escola que incentiva os diplomados dos CEF a

continuarem os estudos para o nível secundário. Ou seja, de outra forma, muitos abandonariam após o 9.º ano.

Síntese



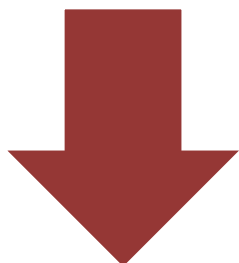
Perfil de iniciativas de atracção e divulgação do EP (estratégias inovadoras e eficazes, concertadas em parceria como organização de *fora*, feiras de emprego, “dias abertos”, exposições de trabalhos,);

Crescimento acentuado da oferta de Cursos Profissionais e receptividade por parte dos jovens;

Contributo para o combate da imagem estigmatizada das vias profissionalizantes (novos níveis de receptividade junto das famílias);

Incremento da oferta em áreas profissionais que potenciam a inserção profissional (p.e., as vocacionadas para a indústria e construção, o turismo, a hotelaria e restauração e os serviços, sobretudo nos cursos do trabalho social e orientação);

Diversidade de áreas de formação abrangidas e distribuição por todo o território nacional.



Risco de desvalorização social da oferta de Cursos Profissionais face ao perfil modal de alunos: actualmente, os cursos profissionais são maioritariamente procurados por jovens mais velhos e com menor capital escolar, em comparação com os jovens que frequentam os Cursos Científico-humanísticos.

Risco de excesso de oferta para o mercado de trabalho com a saturação de algumas áreas, p.e., a Informática.

CAPÍTULO C - PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS NAS ESCOLAS SECUNDÁRIAS PÚBLICAS

C. 1. Condições de suporte organizacional

A adequação das infra-estruturas, equipamentos e recursos (humanos e físicos) das Escolas face às especificidades dos Cursos Profissionais e às necessidades de qualificação do ciclo formativo desempenha um estatuto crucial no processo de qualidade do sistema. Duas razões principais sustentam esta ideia: por um lado, as situações de carência dos recursos (físicos e humanos) são percepcionadas como um potencial obstáculo à expansão e crescimento dos Cursos Profissionais; e, por outro lado, importa perceber até que ponto os recursos que a Escola dispõe condicionam a respectiva oferta.

C.1.1. Dotação de recursos físicos e equipamentos

A adequação dos equipamentos está longe de ser resolvida, embora as intervenções do Programa de Renovação do Parque Escolar e do Plano Tecnológico da Educação (PTE) transmitam coerência entre a estratégia da expansão dos Cursos Profissionais em termos de programação da oferta e as estratégias de reforço da dotação de infra-estruturas e equipamentos das Escolas.

(a) Modernização das Escolas Secundárias Públicas

O Programa de Modernização das Escolas com Ensino Secundário envolveu intervenções em 477 escolas e procurou responder à necessidade de qualificar uma rede escolar que sofreu durante décadas uma considerável expansão sem que os edifícios fossem sendo preservados. A reorganização do território, com a perda de população jovem no centro das grandes cidades, levou à construção de escolas nas periferias e ao abandono e degradação de escolas em localizações centrais, algumas delas situadas em edifícios com valor arquitectónico inegável. O objectivo inicial de lançamento do Programa incidiu precisamente sobre a reabilitação desses edifícios procurando devolve-los às comunidades educativas e dotá-los de flexibilidade funcional que permitisse acolher ofertas diversificadas que potenciassem a sua utilização. Este investimento foi enquadrado pelo Eixo Prioritário Desenvolvimento do Sistema Urbano Nacional integrado no POVT. O Programa acabou por se expandir de forma faseada, tendo em conta a eficácia demonstrada pelo modelo de implementação da fase-piloto⁶. Nessa expansão, que no final de 2009 envolvia três fases de implementação, os próprios objectivos foram sendo aprofundados e ao objectivo primordial de recuperação e modernização dos edifícios, juntou-se a abertura das escolas às comunidades que tem em

⁶ A este propósito veja-se OECD/CELE Review of the Secondary School Modernization Programme in Portugal, 2010.

vista precisamente a flexibilidade funcional, o ponto em que este Programa se articula com a Iniciativa Novas Oportunidades. O êxito do Programa na modernização das escolas ocorre precisamente por se tratar de uma intervenção arquitectónica que assume a preocupação de contribuir para uma maior eficácia dos processos de ensino-aprendizagem e para potenciar a capacidade de diversificação de ofertas formativas, objectivo central da recente política de expansão do ensino secundário. É no seu contributo para a criação de ambientes de aprendizagem mais eficazes que se opera também a sua articulação com o Plano Tecnológico da Educação.

A relação entre a modernização do parque escolar do secundário e a Iniciativa Novas Oportunidades ocorre a dois níveis que têm expressão diferente em cada caso concreto: 1.º nível - apoio à construção de espaços de aprendizagem adequados à oferta de formações profissionalizantes; os projectos envolveram sempre a construção de espaços oficiais potenciadores de uma oferta formativa de qualidade ao nível dos cursos de educação formação, mas sobretudo ao nível dos cursos profissionais. O impacto que a qualidade dessas instalações tem na melhoria da imagem destas ofertas, durante muito tempo consideradas de segundo nível, é inegável e a expansão do Ensino Profissional nas Escolas Públicas será também resultado desta possibilidade de dotar as escolas de espaços adequados para o seu funcionamento. O 2.º nível de articulação é o da concepção de espaços adequados e suficientemente flexíveis para o acolhimento dos adultos integrados na Iniciativa Novas Oportunidades, nomeadamente por via da instalação de Centros Novas Oportunidades. Neste sentido, as escolas foram preparadas para poder acolher progressivamente públicos mais diversificados o que corresponde ao objectivo de abertura à comunidade acima referenciado. Estas escolas pretendem, sempre que possível, constituir-se como modelo de articulação e de convivência de ofertas no mesmo espaço, assim, há escolas que passaram a partilhar os mesmos edifícios, p.e., escolas de ensino artístico especializado e escolas secundárias ou escolas secundárias e centros de formação profissional.

Em síntese, o Programa, sendo parte estruturante do eixo da política educativa centrado nos recursos e infra-estruturas oferece um contributo importante ao eixo das ofertas educativas.

(b) Plano Tecnológico da Educação

A relação com o PTE ocorre por via da partilha do objectivo de modernização das infra-estruturas escolares, dos equipamentos e dos ambientes de aprendizagem. O PTE abrange não apenas escolas secundárias, mas também escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico e centra a sua intervenção no domínio das tecnologias de informação e comunicação, indo ao encontro da necessidade de introduzir ferramentas que potenciem, na escola, o desenvolvimento de competências para o séc. XXI. Para além da articulação de objectivos, as próprias intervenções no terreno foram articuladas, com o PTE a intervir no plano dos equipamentos a vários níveis: fornecimento de computadores, quadros interactivos e

videoprojectores (Kit Tecnológico) para as salas de aula; instalação de equipamentos de vídeo-vigilância; instalação de redes de área local para acesso à Internet nas salas de aula. Ou seja, houve uma articulação no plano da execução entre os padrões de intervenção previstos no PTE e as intervenções da modernização da Parque Escolar. A articulação entre ambos os instrumentos faz-se no plano da execução propriamente dita, mas também no plano dos objectivos, uma vez que ambos são o foco da política de modernização do sistema educativo no eixo centrado nos recursos e infra-estruturas e ambos contribuem para a concretização dos objectivos do eixo das ofertas, no caso do PTE, é ainda importante o seu contributo para o eixo dos recursos organizacionais.

(c) A perspectiva das Escolas

Em termos de recursos físicos, as Escolas reconhecem o investimento que tem sido feito, nomeadamente pelo PTE e através de parcerias com empresas e outras entidades, em Bibliotecas/Centros de recursos e laboratórios, sendo, contudo, necessário dar continuidade a esse investimento.

Quanto a equipamentos, o investimento tem sido feito em equipamento tecnológico (computadores, impressoras e outro tipo de equipamento informático) e em software informático/audiovisual; no entanto, as Escolas consideram ser ainda necessário mais software informático/audiovisual actualizado, a par de outros equipamentos específicos para a leccionação de disciplinas dos Cursos Profissionais, nomeadamente nas áreas da Informática, Multimédia, Electricidade, Turismo, Restauração, Energias Renováveis e Mecânica. A evolução do rácio de alunos por computador e por computador com ligação à internet no ensino secundário é reveladora da intensidade deste investimento, aproximando a rede pública aos valores de rácio alunos/equipamento informático praticados nas escolas privadas.

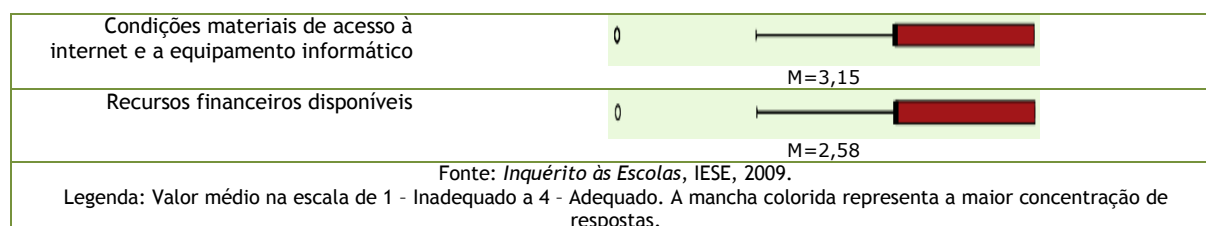
Quadro 10. Relação alunos/equipamento informático no ensino secundário, por natureza do estabelecimento de ensino (dados para o Continente)

	2001/02	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
Relação alunos/computador, em estabelecimentos com ensino secundário públicos	13,4	8,9	8,6	8,1	6,8	4,1
Relação alunos/computador, em estabelecimentos com ensino secundário privados	6,1	4,8	4,3	4,4	4,1	3,4
Relação alunos/computador com ligação à internet, em estabelecimentos com ensino secundário públicos	29,0	12,2	11,2	9,5	7,6	5,0
Relação alunos/computador com ligação à internet, em estabelecimentos com ensino secundário privados	9,0	5,4	4,8	4,8	4,0	3,7

Fonte: GEPE - Ministério da Educação.

No que diz respeito aos recursos financeiros disponíveis, a apreciação é menos positiva. A necessidade de reforçar os níveis de investimento deve-se, sobretudo, à exigência de aquisição de recursos e equipamentos que permitam melhorar a qualidade da componente tecnológica dos Cursos, assim como à necessidade de maior flexibilidade financeira no âmbito da contratação de formadores ou técnicos para apoio à organização da formação.

Gráfico 8. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação de factores relacionados com os recursos materiais e financeiros



Por via de candidaturas apresentadas ao POPH, são obtidos recursos financeiros que permitem a aquisição de consumíveis, a atribuição de subsídios de alimentação e de transporte aos alunos, a organização de visitas de estudo, a participação em acções de formação para os professores, etc. Segundo a visão dos actores institucionais, estamos perante uma intervenção contextualizada e integrada. Nessa perspectiva, as Escolas Secundárias Públicas, tendo financiamento para construir, equipar e restaurar, conseguem adaptar-se bem à expansão dos Cursos Profissionais (algumas Escolas têm efectivamente melhores equipamentos que algumas empresas com actividade na região), notando-se uma evolução positiva face aos primeiros anos de lançamentos dos Cursos.

A rentabilização da capacidade (recursos físicos e humanos) instalada na Escola não é considerada, pelas Escolas, um motivo importante para a introdução, nos três anos lectivos seguintes, de Cursos Profissionais em áreas de formação diferentes das actualmente oferecidas. Este é, contudo, um factor condicionante da oferta, sendo disso exemplo: a candidatura do curso de Energias Renováveis da Escola de Vendas Novas, recusada porque a Escola não possui os equipamentos necessários para o funcionamento do curso; os cursos de Informática, que em algumas Escolas se deparam com a dificuldade de adquirir licenças de software; e os cursos da área de Electrónica em que as Escolas se defrontam com a necessidade de reposição frequente de materiais consumíveis. Para solucionar estas dificuldades, algumas Escolas estabelecem parcerias com entidades fornecedoras de equipamento, as quais, em contrapartida, fazem marketing dos seus produtos. A partilha de recursos, em parcerias entre Escolas e actores locais, é outro aspecto capital no desenvolvimento dos Cursos Profissionais, sendo as parcerias com empresas e outras entidades evocadas pelas Escolas como uma via de obtenção de recursos necessários, visando a especialização tecnológica.

As Escolas recorrem, sempre que necessário, a parcerias/protocolos, nomeadamente com Centros de Formação do IEFP, assim como com empresas de formação. Na prática, todas as formas de articulação entre a Escola e outras entidades operacionalizam uma relação de partilha tanto de saberes, como de recursos, que permite aproximar a formação ao contexto do mercado de trabalho e facultar o conhecimento dos jovens acerca de equipamentos e ferramentas de trabalho específicas. De uma forma global, as experiências de partilha de recursos são ainda pouco expressivas, sobretudo entre Escolas, não obstante a existência de situações interessantes, como é o caso da parceria estabelecida entre a Escola Secundária Avelar Brotero e a Universidade Católica, no âmbito da utilização dos laboratórios da Universidade pelos alunos do curso de Química Laboratorial, ou ainda da parceria entre a Escola Secundária Soares Basto e a Universidade de Aveiro, no âmbito da utilização das oficinas da Escola pelos alunos a frequentar o CET nível 4 de Mecatrónica na Universidade de Aveiro.

As empresas não têm um conhecimento rigoroso dos equipamentos de que as Escolas dispõem para formação, pelo que a sua apreciação acerca da adequação dos recursos formativos face às exigências da actividade profissional assenta na apreciação que fazem dos conhecimentos que os jovens revelam no período de formação em contexto de trabalho. Nesse âmbito, não são referidas situações de desconhecimento ou falta de treino de uso de equipamentos específicos que mereçam especial destaque.

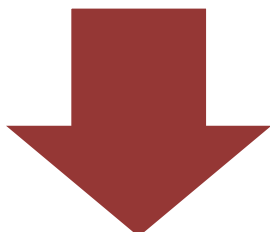
Síntese



Recurso ao financiamento do Programa de Renovação do Parque Escolar e do Plano Tecnológico da Educação, para intervenções ao nível do equipamento pedagógico e infra-estruturas da escola - adequado à nova oferta e em expansão por todo o País;

Estabelecimento de parcerias e protocolos com actores locais/regionais com vista a beneficiar de apoios técnicos e partilha de espaços (com margem para reforço);

Abertura e receptividade na articulação escola-empresa, no contexto da Formação em Contexto de Trabalho.



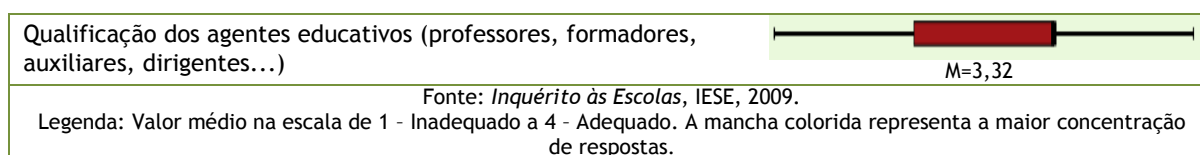
Ausência de condições de operacionalização dos cursos em algumas escolas - falta de infra-estruturas (oficinas e laboratórios) e equipamentos adequados e actualizados às componentes técnica e prática de alguns cursos (p.e., Energias Renováveis, Saúde e Metalomecânica);

Empresas menos proactivas na procura da “escola-formação” (p.e., na Região Norte).

C.1.2. Perfil dos recursos técnicos e humanos

A forma como as Escolas se têm apetrechado de recursos humanos adequados é um domínio que se revela decisivo para a qualidade do sistema. De facto, é assumido que muitas Escolas se têm mostrado competentes para, no âmbito da sua autonomia, gerirem os recursos humanos que possuem ou que sentem necessidade de recrutar.

Gráfico 9. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação da qualificação dos agentes educativos



De uma forma geral, verifica-se a existência de um critério prioritário na constituição dos recursos humanos afectos aos Cursos Profissionais, que privilegia o corpo docente da Escola, havendo vários casos de professores que deixam de leccionar as disciplinas da sua área disciplinar, para passar a assegurar a componente de formação técnica. As Escolas também podem recorrer à contratação a tempo parcial de formadores; com esta medida, pretende-se envolver nos Cursos Profissionais que desenvolvem a sua actividade na área de formação para a qual são contratados e, por isso, têm um conhecimento real e actualizado dos requisitos técnicos.

Cerca de 30% dos professores das Escolas leccionam Cursos Profissionais. Desses, menos de metade (cerca de 42%) tem experiência profissional na área de formação que leccionam.

Quadro 11. Caracterização do perfil do corpo docente e técnico das Escolas

	Total	%
Professores/formadores contratados especificamente para leccionar nos Cursos Profissionais	736	10,2
Professores do quadro da Escola que leccionam em Cursos Profissionais	6.458	89,8
Sub-total	7.194	100,0
Professores dos Cursos Profissionais que exercem/exerceram funções docentes noutras modalidades de ensino profissionalizante	1.855	25,8
Professores dos Cursos Profissionais com experiência profissional na área de formação que leccionam	2.991	41,6
Professores dos Cursos Profissionais que frequentaram formação contínua com vista a aprofundar competências relacionadas com a operacionalização de ofertas qualificantes	907	12,6
Profissionais de orientação escolar e profissional na Escola	204	0,962 por Escola
Outros técnicos existentes na Escola para apoio aos alunos	154	0,726 por Escola

Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Os critérios mais importantes para a contratação de formadores das áreas técnicas e profissionais são o número de anos de experiência enquanto formador na área técnica específica, a par da experiência profissional no sector de actividade da área do curso que lecciona.

No panorama da contratação de professores assinalam-se algumas situações críticas:

- dificuldade no recrutamento de professores em áreas técnicas específicas, porque há poucos professores profissionalizados para as necessidades de contratação, nomeadamente nos grupos disciplinares de “Informática” e “Contabilidade e Economia”;
- processo de contratação de pessoal docente por via de contratos a termo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35/2007 (contratos a termo com a duração de um ano), considerado uma solução não satisfatória na medida em que não favorece a criação de dinâmicas duradouras entre as equipas pedagógicas.

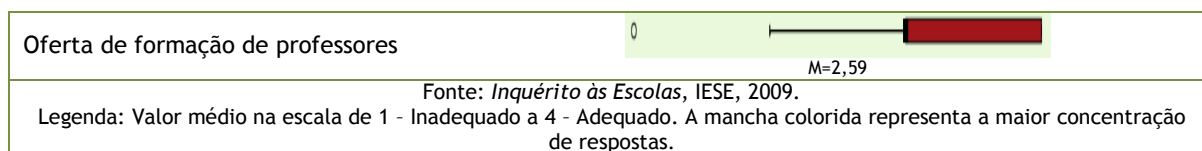
No que respeita à contratação de formadores, a legislação prevê que essa só possa ocorrer através de contrato de prestação de serviços a tempo parcial, com um vencimento pouco atractivo, o que leva a que, na maior parte dos casos, os formadores recrutados sejam pessoas com pouca experiência profissional, sobretudo recém-licenciados que acumulam a prestação de serviços em mais do que uma Escola. A título de exemplo, na Escola Padre Benjamim Salgado, no curso de Técnico de Óptica Ocular, essa situação não se verifica e os formadores são profissionais integrados no mercado de trabalho e que têm a particularidade de beneficiar de um horário flexível que lhes permite acumular a sua actividade profissional com o exercício da docência.

Não obstante as dificuldades descritas na contratação dos formadores, os actores educativos têm uma visão globalmente positiva da capacidade de integração destes profissionais nas equipas pedagógicas.

Os Cursos Profissionais são mais exigentes em matéria de organização prévia das aulas, de trabalho colaborativo entre os vários professores e de acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, pelo que a articulação permanente entre os vários elementos da equipa pedagógica é altamente valorizada, enquanto elemento diferenciador da qualidade desta oferta. Para facilitar essa articulação, as Escolas procuram, sempre que possível, manter a mesma equipa pedagógica ao longo do ciclo de 3 anos de formação e, em todos os casos analisados, há um elemento da equipa pedagógica que é identificado pelos pares como o elo dessa articulação, normalmente designado de Director de Curso (mas também Director de Ciclo ou Coordenador dos Cursos Profissionais), reconhecido pelas suas competências de liderança, organização e capacidade de motivação da equipa.

Outro dos aspectos centrais deste domínio prende-se com as necessidades sentidas ao nível da formação profissional de professores, em particular no que respeita à componente técnica.

Gráfico 10. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação da oferta de formação de professores



Os professores apontam a escassez de oferta de formação contínua adequada à leccionação de Cursos Profissionais, explicando que as suas necessidades recaem, sobretudo, no domínio de novos métodos e estratégias pedagógicas, e não tanto no domínio dos conhecimentos. Na Escola Secundária Padre Benjamim Salgado são organizadas acções formativas, no início do ano-lectivo, subordinadas ao modelo de formação modular (planificação, faltas, regime de precedências, ...). Noutras Escolas, os professores optaram por investir em acções de formação fora da oferta clássica disponível nos Centros de Formação de Professores, frequentando formação específica da área técnica que leccionam, promovida por entidades formadoras especializadas em determinadas áreas profissionais (p.e., na Escola Rafael Bordalo Pinheiro, os professores do curso de Turismo frequentaram um curso promovido pela Escola Superior de Turismo, recorrendo a apoios do POPH).

C.1.3. Mecanismos de informação e orientação vocacional

A informação e orientação vocacional dos jovens é realizada, sobretudo, por via da disponibilização de informação organizada e sistematizada sobre os perfis de saída dos vários cursos e pelo apoio e informação por parte dos docentes/directores de turma aos jovens antes de iniciarem o ensino secundário. Com menos frequência, verifica-se o recurso à aplicação de inquéritos e/ou entrevistas referentes às áreas de preferência dos alunos, à realização de sessões de informação/debate com profissionais de diferentes áreas ou antigos alunos dos cursos, e a aplicação de testes psicotécnicos.

A existência de técnicos de orientação escolar e profissional é percebida como uma mais-valia para a Escola, no sentido em que permite uma orientação vocacional dos jovens, bem como um acompanhamento do seu percurso escolar. No entanto, nem todas as Escolas estão apetrechadas com este recurso técnico, para o qual só agora começam a ser conferidas funções de orientação/monitorização de empregabilidade dos jovens diplomados.

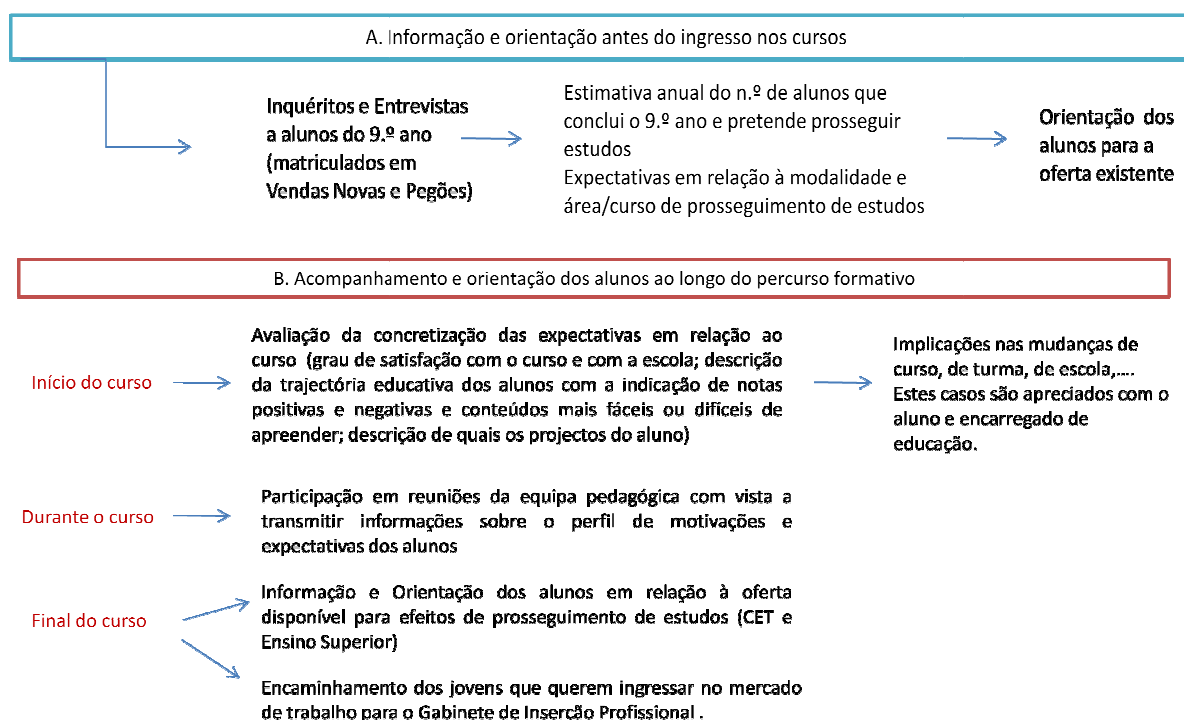
Nos Estudos de caso são referidas fragilidades ou ausência de **serviços de orientação vocacional**, mecanismos que, quando existem, se encontram pouco agilizados. As iniciativas de informação (p.e., sessões de apresentação da oferta formativa da Escola dirigida aos novos alunos) são comuns; no entanto, os processos individualizados de orientação

vocacional (centrados na apreciação da adequação do perfil do aluno quanto ao seu grau de motivação para frequentar o curso, expectativas e conhecimentos de base) aparecem associados a casos pontuais, nomeadamente quando a procura por parte dos alunos excede a capacidade de resposta da Escola.

Os Estudos de caso destacam a importância da adequação dos processos de orientação para a redução da taxa de abandono, uma vez que os casos de abandono se fazem sentir, sobretudo, no primeiro ano e reflectem a frustração de expectativas dos alunos face ao curso iniciado. A opção pelo curso nem sempre se fundamenta num projecto de vida pré-definido pelos alunos e, quando assim é, a probabilidade de os jovens se desinteressarem aumenta: a intervenção dos técnicos de orientação profissional é fundamental para desconstruir ideias pré-concebidas sobre a oferta e dar a conhecer os conteúdos e organização dos currículos, assim como as oportunidades conferidas pela dupla-certificação.

Informação e orientação vocacional na Escola Secundária com 3.º ciclo de Vendas Novas

Na Escola Secundária de Vendas Novas, a Psicóloga tem um papel muito activo no acompanhamento dos alunos, participando em duas fases fundamentais da respectiva trajectória escolar: antes do ingresso (A) e durante o curso (B), como se representa no esquema seguinte:

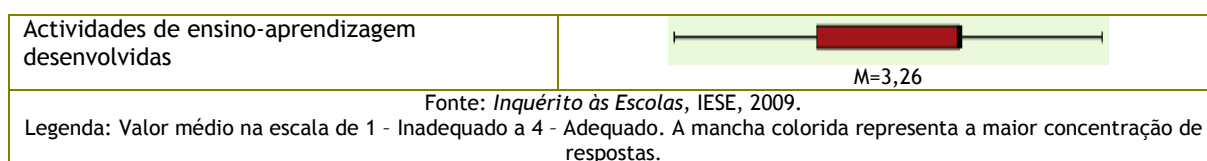


A proximidade do acompanhamento desta Escola merece ser destacada na medida em que se revela um elo-chave na transição entre o 3.º ciclo e o Ensino Secundário, sendo certo que a abrangência das actividades em que a Psicóloga participa é facilitada pelo facto de a população escolar ser pouco superior a uma centena de alunos. O processo de orientação individual levado a cabo junto dos alunos que frequentam o 9.º ano nas Escolas mais próximas é, também, uma fonte de informação útil para a previsão do total de candidatos a Cursos Profissionais, informação considerada na respectiva proposta de abertura.

C.1.4. Actividades de ensino-aprendizagem e métodos pedagógicos

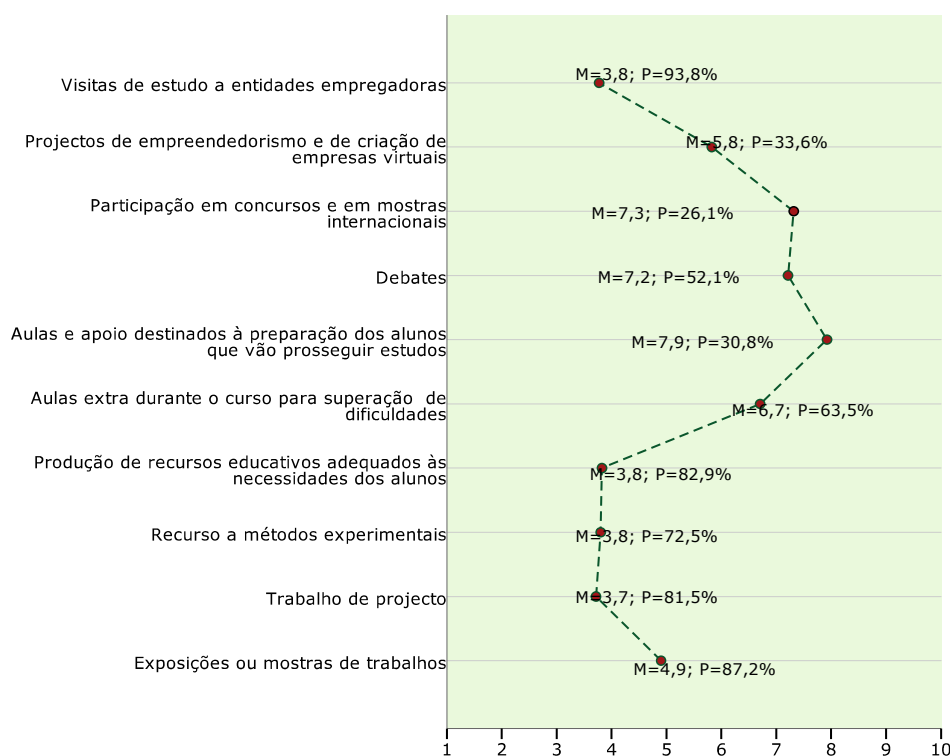
A adequação das actividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas no âmbito dos Cursos Profissionais é apreciada positivamente pelos inquiridos (em média, classificam este *item* com 3,26, numa escala de adequação que varia entre 1:inadequado e 4:adequado), destacando-se a proximidade do acompanhamento prestado aos alunos no decurso da sua trajetória escolar como um elemento fortemente valorizado.

Gráfico 11. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação de factores relacionados com as actividades de ensino-aprendizagem



No que respeita às estratégias pedagógicas implementadas pelas Escolas com vista a motivar e apoiar a aprendizagem dos alunos dos Cursos Profissionais, as visitas de estudo a entidades empregadoras, exposições ou mostras de trabalhos e a produção de recursos educativos adequados às necessidades dos alunos e trabalho de projecto são iniciativas e métodos pedagógicos que se encontram fortemente generalizados, com mais de 80% das Escolas a referir a sua utilização.

Gráfico 12. Estratégias pedagógicas consideradas eficazes e implementadas com vista a motivar e apoiar a aprendizagem dos alunos dos Cursos Profissionais



Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Legenda: M: valor médio atribuído ao grau de eficácia das estratégias, numa escala de 1-Menos eficaz a 10 - Mais eficaz.
P: percentagem de utilização de cada uma das estratégias por parte das Escolas.

O investimento das Escolas na dinamização de visitas às empresas e na organização de exposições/mostras dos trabalhos dos alunos é indicador da importância que atribuem à ligação com as entidades empregadoras como fonte de motivação dos alunos para os cursos. Porém, as estratégias mais utilizadas são percebidas como menos eficazes, comparativamente com outras que se afiguram mais inovadoras, mas cuja organização é mais exigente e menos frequente (p.e., concursos e mostras internacionais; debates; projectos de empreendedorismo e de criação de empresas virtuais).

Na óptica da eficácia das estratégias implementadas, o ónus é também colocado no reforço da componente lectiva, conforme foi relatado nos Estudos de caso, nomeadamente por professores que investem em aulas extra semanais (ou em períodos de férias lectivas), para recuperar módulos em atraso ou dar matéria de disciplinas necessárias para realizar os exames nacionais. Este tipo de medidas não tem uma implementação tão alargada como os Estudos de caso pareciam sugerir, sobretudo no que respeita ao apoio dirigido aos alunos que pretendem prosseguir estudos. Daqui se depreende que os actores consideram que para os alunos prosseguirem estudos para o Ensino Superior é fundamental beneficiarem de aulas de apoio suplementares, mas menos de 1/3 das Escolas proporciona este apoio. Dado que a organização de aulas extra durante o curso é relativamente frequente (66% das Escolas recorre a esta estratégia de apoio), depreende-se que os motivos para a reduzida frequência de aulas de apoio destinadas aos alunos que vão prosseguir estudos não estão relacionados com dificuldades de operacionalização das aulas, mas eventualmente ficam a dever-se à menor expressão dos alunos que pretendem prosseguir estudos após o ensino secundário.

A operacionalização de estratégias de apoio individualizado dos alunos passa também por aulas auxiliadas por mais que um professor e pelo desdobramento das disciplinas técnicas, de forma a garantir turmas mais pequenas. Outro elemento a destacar, prende-se com estratégias de reposição de aulas e substituição de professores, que visam garantir que não há tempos “mortos” por ausência de um professor e que, se o aluno faltar a uma aula, pode recuperar com outro professor.

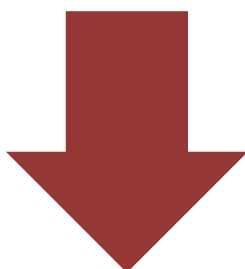
Cerca de 83% das Escolas inquiridas produz recursos educativos adequados às necessidades dos alunos, com vista a motivar e apoiar a sua aprendizagem, porém, alguns professores reclamam a necessidade de manuais para os Cursos Profissionais, como suporte para as actividades pedagógicas, apesar de considerarem que o processo de criação dos recursos pedagógicos pelos próprios professores enriquece o processo de ensino-aprendizagem.

Síntese



Participação de profissionais (formadores) com experiência técnica na formação;

Novos modelos de organização das equipas pedagógicas, com acentuação do trabalho colaborativo.



Desadequação da modalidade de contratação de professores em determinadas áreas técnicas (contratos de um ano) solução que quebra a dinâmica de desenvolvimento de processos de ensino continuados;

Dificuldade no recrutamento de formadores técnicos para áreas pouco exploradas ou áreas de inovação;

Modalidades de financiamento POPH (lógica de reembolso), pouco compatíveis com a lógica de gestão orçamental da escola pública;

Escassez de acções de formação especificamente dirigidas a professores e técnicos nas áreas de especialização dos cursos (p.e., acções de desenvolvimento e adequação de métodos pedagógicos e acções de desenvolvimento de competências em áreas específicas);

Serviços de orientação vocacional inexistentes ou com fragilidades.

C.2. Desenvolvimento de Redes

O domínio do desenvolvimento de redes constitui um elemento central na operacionalização dos Cursos Profissionais e emerge como um domínio com necessidade de aprofundamento por parte das Escolas e demais actores que compõem o Sistema.

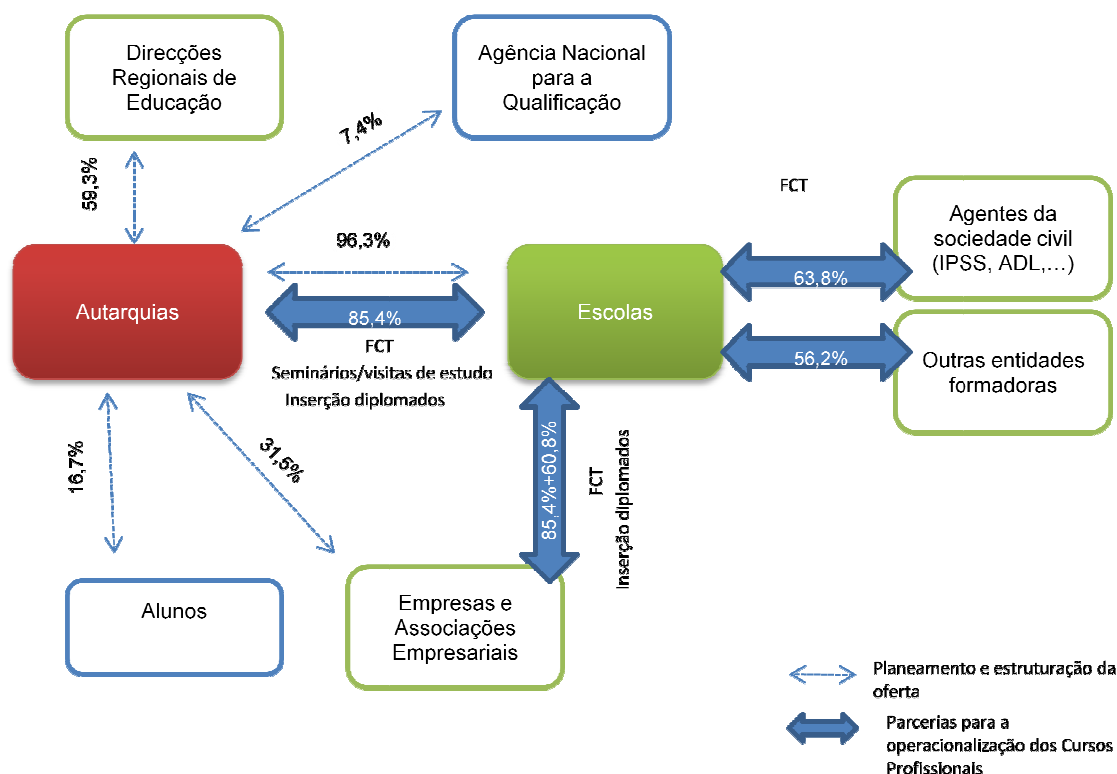
A organização existente no Sistema de Educação e Formação e a própria viabilização da expansão assumida depende de uma implicação e compromisso alargado, num contexto de significativa fragmentação dos actores do Sistema (Agência, Direcções Regionais de Educação, Escolas Públicas, Escolas Profissionais Privadas, Autarquias, Empresas, ...) e de contextos de regulação. O domínio do desenvolvimento de redes assume três planos de incidência:

- (i) Um *plano macro* a que se reporta uma abordagem concertada ao nível do planeamento e estruturação da oferta, a partir do objectivo de regulação e coordenação estratégica da oferta de formação com a dinâmica de mercado de trabalho, nos contextos locais de actuação. Neste plano, o espaço de coordenação regional é a sede que melhor potenciará contextos de articulação institucional capazes de planear a oferta no plano local.

- (ii) Um *plano meso*, constituído pelas redes de parcerias e práticas de relação externa desenvolvidas para a operacionalização dos Cursos Profissionais por parte das Escolas, a partir de modelos de articulação entre estes actores, tendo em vista diversos resultados operacionais como a articulação com o mercado de trabalho, a inserção profissional dos jovens diplomados nas vias de dupla certificação e o desenvolvimento dos contextos práticos de formação. Este plano impõe o reforço da coordenação, através de estratégias de cooperação entre os diversos operadores, p.e., ao nível da partilha de recursos mobilizáveis para a componente prática de formação.
- (iii) Um *plano micro*, composto pela estruturação de redes internas de actores associadas ao funcionamento dos Cursos Profissionais no seio das Escolas e cuja constituição/fragmentação constitui um desafio substancial à lógica organizacional escolar.

A Figura seguinte sintetiza os resultados alcançados no âmbito da Avaliação Externa, a partir da triangulação entre os dispositivos de inquirição às Escolas, às Autarquias e aos Núcleos Empresariais Regionais, resultados construídos nos dois primeiros planos de relação acima descritos.

Figura 3. Intensidade das relações de parceria estabelecidas para efeitos de planeamento e estruturação da oferta e para a operacionalização dos cursos profissionais



Fontes: Inquérito às Escolas, Inquérito às Autarquias e aos Núcleos Empresariais Regionais, IESE, 2009.

No *plano macro*, espaço de criação de práticas de planeamento estratégico da oferta para reforçar a articulação entre as áreas de formação abrangidas e as dinâmicas de recrutamento do mercado de trabalho num quadro regional, a articulação entre actores revela uma relação positiva entre a estrutura institucional, designadamente a ANQ e as Direcções Regionais de Educação, e as estruturas operacionais, i.e., as Escolas.

Embora este modelo-tipo não esteja imune a contingências ou a iniciativas de estruturação de redes diferenciadas, é notória a intensidade elevada de relação tripartida entre Direcções Regionais de Educação, Autarquias e Escolas. As diferentes configurações que esta malha de actores pode assumir dependem significativamente da natureza e qualidade efectiva das parcerias locais ou regionais de suporte ao desenvolvimento dos Cursos.

Dos Municípios que procederam à avaliação das suas redes, dois terços indicaram participar ou ter participado na (re)estruturação da rede de oferta educativa de Cursos Profissionais nas respectivas Regiões. A configuração de contactos directos nos processos de estruturação das redes revela um perfil de relações privilegiadas entre Autarquias, Escolas e Direcções Regionais de Educação.

A estruturação da rede é feita e coordenada pelas estruturas regionais, com base em informação sobre a estrutura da oferta formativa e das dinâmicas do mercado de trabalho e orientações disponibilizadas pela ANQ que assume um papel nuclear na dinamização de estratégias de reforço e qualificação das práticas de regulação e de coordenação da rede promovidas ao nível local e regional, assegurando, também, a gestão e dinamização do Catálogo Nacional de Qualificações, principal instrumento de regulação curricular.

As restantes práticas de coordenação de rede são desenvolvidas regionalmente sob coordenação das Direcções Regionais de Educação e, também, das próprias Autarquias.

Um aspecto que pode merecer alguma preocupação consiste na excessiva implicação da oferta na estruturação dos Cursos em detrimento de mecanismos de auscultação à procura e da utilização alargada de *forums* de análise, discussão e concertação a montante e a jusante promovendo a actuação em rede. Neste contexto, a dimensão da procura (alunos, empresas e Associações Empresariais) aparece menos implicada nas práticas de estruturação, com envolvimento parciais, numa clara evidência da reduzida integração/utilização de análises de curto e médio prazo que combinem projecções macro económicas, estudos quantitativos suportados em inquéritos a empregadores e estudos sectoriais e regionais, instrumentos que articulam e potenciam uma dimensão qualitativa de análise da procura.

No *plano meso*, referente às parcerias desenvolvidas no âmbito da operacionalização dos Cursos Profissionais, a análise centrou-se em duas dimensões chave: a natureza e a qualidade das parcerias.

Quanto à natureza, o recurso a instrumentos de parceria regulares e formalizadas (protocolos e acordos), encontra-se consolidado e generalizado, embora a situação possa, naturalmente, assumir algumas variantes. De acordo com os dados do Inquérito às Escolas, das 212 Escolas que constituem a amostra do Estudo de Avaliação, 96,7% estabelece parcerias com outras entidades no âmbito da operacionalização dos Cursos Profissionais, sendo mais frequente a parceria com autarquias e com empresas (cada uma com 85,4%). A articulação com agentes da sociedade civil (IPSS, Associações de Desenvolvimento Local, ...), Associações Empresariais e Outras Entidades Formadoras (Escolas, Centros de Formação, ...) é menos representativa (ronda os 60%), o que evidencia uma lacuna ainda a colmatar no quadro de funcionamento dos Cursos Profissionais. A utilidade atribuída às parcerias com as empresas é muito elevada (média 3,90, numa Escola de 1 - nenhuma utilidade a 4 - elevada utilidade), o que se pode explicar pelo grau de importância que a formação em contexto de trabalho tem nos Cursos Profissionais, no que respeita à articulação das Escolas com entidades externas. Ainda no que respeita aos objectivos subjacentes a cada parceria, as autarquias são as mais valorizadas quando se pretende organizar seminários/visitas de estudo e preteridas relativamente às empresas quando se pretende inserir os diplomados no mercado de trabalho.

A fragilidade da articulação entre entidades formadoras (Escolas, Centros de Formação, ...) decorre do facto de as Escolas não reconhecerem níveis de utilidade relevantes nesse tipo de parcerias. Os Estudos de caso ilustram, no entanto, algumas dinâmicas que se distanciam deste cenário, nomeadamente no que respeita à articulação com Escolas Básicas em actividades destinadas a informar e sensibilizar os jovens desse nível de ensino para as ofertas disponíveis nas Escolas Secundárias, ou à articulação com o Ensino Superior, através do estabelecimento de parcerias para o funcionamento de Cursos de Especialização Tecnológica que estabeleçam correspondência com a oferta de Cursos Profissionais.

As parcerias com os Municípios (e outras parcerias locais) são indicadas como “imprescindíveis” porque têm permitido não só melhorar a adequação da oferta às necessidades do concelho, como se têm revelado importantes na divulgação da oferta. Com efeito, já se verifica a articulação entre Escolas do mesmo concelho, com vista à adequação da oferta ao tecido empresarial, assim como para a obtenção de recursos humanos e equipamentos, através da apresentação conjunta de candidaturas de Escolas para partilha de recursos humanos e físicos. O desafio actual é colocar as Escolas Privadas, Públicas e os Centros de Formação Profissional em diálogo permanente para atenuar a duplicação da oferta.

Com o intento de dinamizar a componente de formação em contexto de trabalho, as Escolas estabelecem parcerias maioritariamente com empresas privadas (73%), estabelecendo critérios de selecção das entidades que colocam em primeiro plano o “Interesse da Entidade

em acolher estagiários” e em segundo a “Localização da Entidade” e a existência de “Contactos/protocolos anteriores”.

De uma forma geral, o processo de aproximação às empresas não constitui problema: existe receptividade para o acolhimento no âmbito da formação em contexto de trabalho, as empresas são convidadas a participar em actividades promovidas pelas Escolas, são visitadas pelos alunos, são directamente envolvidas na avaliação dos Cursos Profissionais e marcam presença nos júris das Provas de Aptidão Profissional.

As estratégias desencadeadas pelas Escolas com vista a favorecer a proximidade com as empresas são diversificadas. A esse nível, existe uma preocupação evidente das Escolas em adaptar o modelo de organização dessa componente formativa às necessidades das empresas, consoante estas demonstrem preferência por concentrar o período da formação em contexto de trabalho no final do curso ou dispersar o total de horas previstas para essa componente por vários períodos. Outra preocupação prende-se com o acompanhamento prestado aos alunos, pelo Director de Turma ou Director de Curso, durante este período, o qual prevê momentos de articulação bastante regulares entre os actores - professor, monitor da empresa e aluno.

Para além das formas mais tradicionais de articulação, este é um terreno onde surgiram iniciativas e projectos inovadores (p.e., na área das energias renováveis e da robótica), bem como o concurso “Euroskills”, enquadrado nos Cursos Profissionais como forma de mostrar projectos inovadores. Refira-se, também, o estabelecimento de protocolos com empresas nacionais e multinacionais com vista ao desenvolvimento de projectos com forte visibilidade (p.e., uma turma na área das Energias Renováveis, numa Escola em Silves, está a construir uma casa com energias renováveis, com o patrocínio da SONAE e outras empresas em Espanha e Itália).

Na maior parte dos casos, é o Director do Curso que estabelece o primeiro contacto com as empresas, dando a conhecer os programas das disciplinas técnicas e o perfil do estagiário, embora esse contacto possa ser estabelecido pelo Director de Turma, ou ainda, quando essa figura existe dissociada do Director de Turma, pelo Orientador da Formação em Contexto de Trabalho. Neste âmbito, a boa-prática que se destaca consiste na constituição de um grupo de trabalho - Gabinete de Estágios para a Formação em Contexto de Trabalho -, composto por professores/directores de curso, que estabelecem o contacto com as empresas, eliminando o contacto de vários professores da Escola com a mesma empresa.

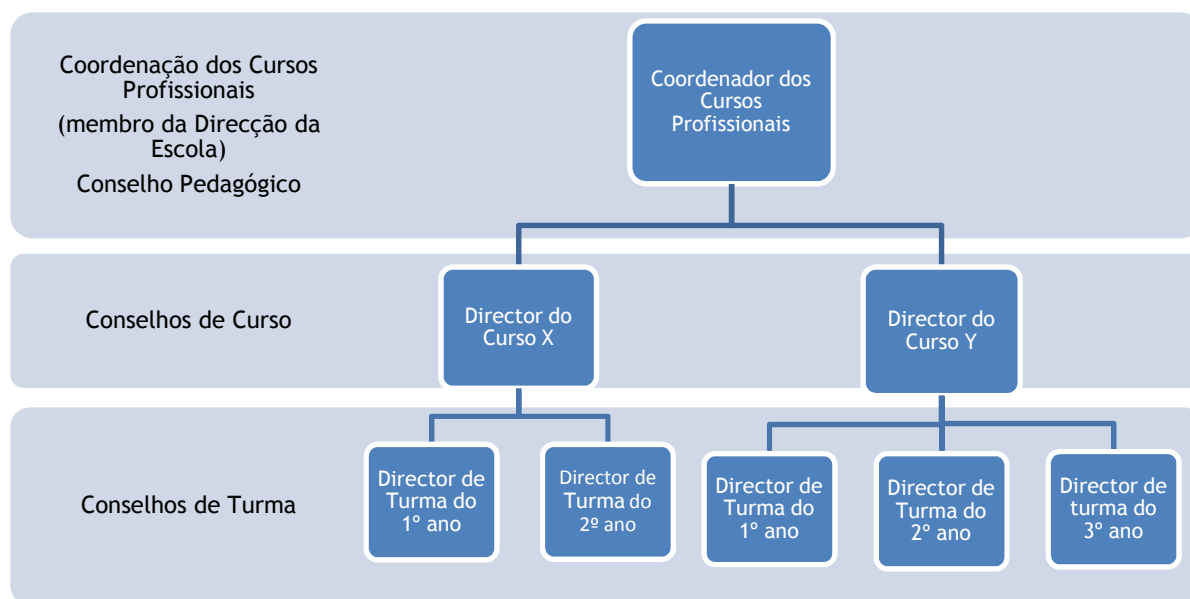
O acompanhamento dos jovens durante o período de estágio e a articulação com o Monitor da Formação em Contexto de Trabalho são assegurados pelo Orientador da Formação em Contexto de Trabalho, que também apoia o jovem nas suas aprendizagens e na preparação da Prova de Aptidão Profissional (PAP). A figura do Orientador da Formação em Contexto de

Trabalho pode ser a mesma do Director de Curso ou do Director de Turma ou, ainda, a de um professor da componente técnica.

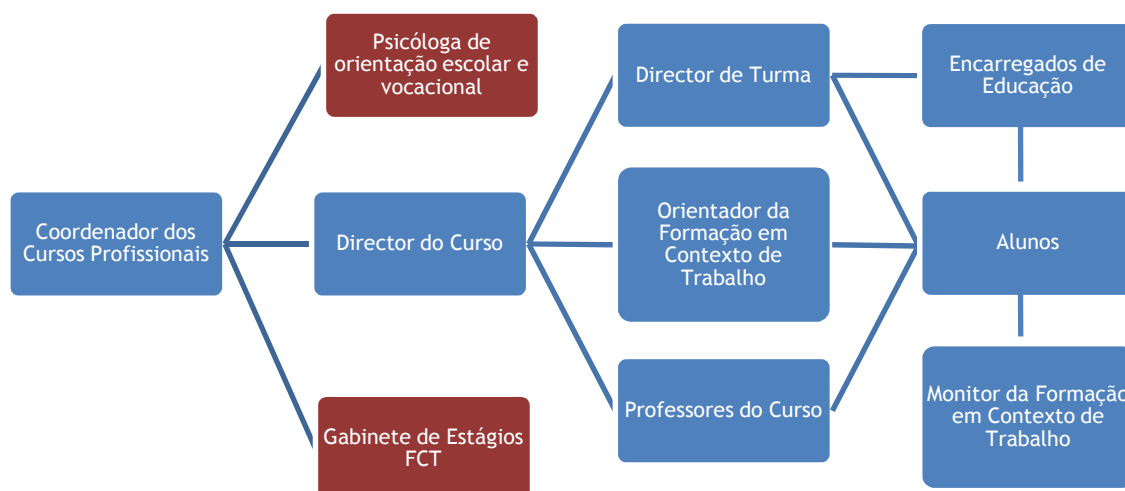
A articulação com as entidades é conseguida mormente através de reuniões preparatórias (antes do início do período da Formação em Contexto de Trabalho), de visitas de elementos da Escola à entidade e de Reuniões de acompanhamento (durante o período da Formação em Contexto de Trabalho). Esta articulação com os actores empresariais representa uma nova exigência para os professores, com responsabilidades acrescidas, p.e., as deslocações aos locais de estágio e a sobrecarga de tempos de afectação. No entanto, os empresários são unânimes a valorizar a proximidade do acompanhamento realizado pela Escola (através de reuniões semanais ou quinzenais na empresa e contactos telefónicos) quer porque entendem que esse acompanhamento permite regular o funcionamento dos estágios, quer porque reconhecem o investimento da Escola na ligação com a empresa. Os momentos de articulação com o Monitor contribuem, também, para ir ajustando as actividades do estagiário às exigências do trabalho da empresa, mantendo a necessária ligação com os conteúdos centrais do estágio na sua dimensão formativa e para ir acompanhando o trabalho dos alunos, com balanços do trabalho desenvolvido pelos jovens.

No *plano micro*, associado à rede de funcionamento dos actores dos Cursos Profissionais no seio da Escola, existe um referencial razoavelmente estabilizado da estrutura organizativa. O coordenador dos Cursos Profissionais, figura interna à Direcção da Escola, coordena os Directores de Curso, e estes, por sua vez, coordenam os Directores de Turma e restantes Professores dos respectivos Cursos.

Figura 4. Rede de funções dos actores dos Cursos Profissionais



Numa visão mais alargada dos elementos que participam no funcionamento dos Cursos Profissionais, são identificáveis: (i) os Gabinetes de Estágios para a Formação em Contexto de Trabalho, que nem todas as Escolas adoptaram, mas que tem a máxima importância no desempenho da função de ligação da Escola às entidades externas para a realização da Formação em Contexto de Trabalho; (ii) o orientador da Formação em Contexto de Trabalho (cf. Competências, adiante); (iii) o encarregado de educação; (iv) o monitor da formação em contexto de trabalho (cf. Competências, adiante); e (v) o Serviço de Psicologia e Orientação Escolar e Vocacional, que, regra geral, serve todos os alunos da Escola, com uma abrangência mais alargada do que os Cursos Profissionais.

Figura 5. Composição da Equipa Técnica dos Cursos Profissionais

Os **Coordenadores dos Cursos Profissionais** asseguram a articulação dos Directores de Curso, fornecem atempadamente informação sobre os Cursos, coordenam o funcionamento destes e marcam reuniões de coordenação.

No início do ano lectivo, os **Directores de Curso** entre outras competências: verificam e ajustam as horas de cada disciplina de acordo com o calendário lectivo; participam nas reuniões do Conselho de Turma, no âmbito das suas funções; presidem ao Conselho de Curso; asseguram a articulação pedagógica entre as diferentes disciplinas e componentes de formação do curso; promovem a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos; organizam e coordenam as actividades a desenvolver no âmbito da formação técnica; promovem a comunicação entre a empresa de estágio e a Escola; informam os alunos das saídas profissionais do Curso, alertam-nos para o plano de estudo em função ao acesso ao ensino superior, identificam e seleccionam as entidades de acolhimento da Formação em Contexto de Trabalho; preparam protocolos com as entidades de acolhimento da Formação em Contexto de Trabalho; participam na elaboração do plano dessa componente de formação e dos contratos de formação; procedem à distribuição dos alunos pelas entidades de acolhimento e coordenam o acompanhamento dos mesmos, em estreita relação com o orientador e o monitor; desenvolvem os procedimentos necessários à realização da prova de Aptidão Profissional (PAP); coordenam o acompanhamento e avaliação do Curso; efectuem o controlo do cumprimento das cargas horárias das diferentes disciplinas e mensalmente entregam mapa de aulas previstas e dadas.

Os **Directores de Turma** presidem os Conselhos de turma de avaliação, asseguram a articulação entre os professores da turma e os alunos, pais e encarregados de educação; promovem a comunicação e formas de trabalho cooperativo entre professores e alunos;

coordenam e adequam, com a colaboração dos docentes da turma, as actividades, os conteúdos, as estratégias e os métodos de trabalho, de acordo com a turma e a especificidade de cada aluno; coordenam o processo de avaliação dos alunos, garantindo o seu carácter globalizante e integrador; articulam com os professores e alunos o processo de reposição de aulas em termos de calendário e materiais, entre muitas outras competências.

Os **Orientadores de formação em contexto de trabalho** são preferencialmente os professores da componente técnica de formação, a quem compete articular com o monitor da formação em contexto de trabalho na entidade de acolhimento, nomeadamente no acompanhamento do aluno no que respeita a assiduidade, comportamento, cumprimento de objectivos, etc.

Quanto aos **Monitores da Formação em Contexto de Trabalho**, a sua selecção fica a cargo das próprias entidades e são estes os principais elementos que asseguram o acompanhamento do período de estágio.

No seio da Escola existe uma fraca **articulação entre professores** que pouco tempo têm para se dedicar a iniciativas de inovação de processos, implementação de novos procedimentos, definição de estratégias específicas para motivar os alunos, dado o tempo investido no contacto com as empresas no contexto da Formação em Contexto de Trabalho. Ainda assim, são realizadas reuniões pedagógicas (em todos os períodos e duas vezes por período), nas quais participam professores, psicóloga e representante da Associação de Pais, onde se transmite informação quanto ao desempenho dos alunos. As reuniões são mais frequentes junto dos professores da componente técnica. A participação entre os vários elementos da equipa formativa e entre os professores e os alunos é bastante facilitada pela Plataforma Moodle, na medida em que permite que todos os actores estejam permanentemente em contacto e facilita a troca de informação entre si.

Síntese



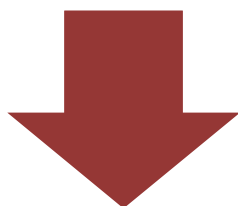
Importância das práticas de coordenação desenvolvidas regionalmente pelas DRE e pelas autarquias, no sentido de estruturar a oferta e organizar o planeamento curricular;

Relevância das parcerias com os Municípios e parceiros locais;

Recurso à partilha de boas práticas/experiências de implementação do EP e a estratégias de estruturação conjunta da oferta entre escolas;

Estruturação de redes internas de actores associadas ao funcionamento dos CP no seio das escolas (desafio ganho);

Lógica de progresso na capacitação insitucional da ANQ no processo de estruturação de redes.



Dificuldades na mobilização do tecido empresarial para a estruturação da rede de ofertas;

Envolvimento directo pontual com os segmentos da procura (alunos e empresas) nos momentos de estruturação da oferta.

C.3. Capacidade estratégica e *Matching* da oferta dos Cursos Profissionais às necessidades sectoriais e territoriais de qualificações

C.3.1. Estruturação da oferta formativa

Esta componente de trabalho tinha em vista contribuir para a avaliação da sustentabilidade da rede de oferta educativa, numa perspectiva de articulação, cooperação e complementaridade estratégica com a restante composição das redes locais de educação e formação (Autarquias, Empresas, ...). Nesta lógica, considerou-se fundamental recolher, no âmbito desta Avaliação, o contributo das Associações/Núcleos Empresariais Regionais e Autarquias.

A necessidade de um *modelo de governação* da rede de oferta de Cursos Profissionais constitui um factor fundamental face à fragmentação dos actores em presença. Aliado a este aspecto, junta-se a necessidade de uma coordenação estratégica com objectivos regulatórios, fazendo emergir a necessidade de coordenar a produção de qualificações com aquelas que são as necessidades induzidas pela evolução da actividade económica, exigindo que se apurem metodologias de acompanhamento e antecipação dessas necessidades. Neste sentido, a iniciativa da Comissão *New Skills for New Jobs* reconhece, inequivocamente, a utilidade de se antecipar a dinâmica de procura de qualificações e mais significativamente,

que a produção e disponibilização de informação sobre a oferta e procura de competências no mercado de trabalho são fundamentais.

Na experiência portuguesa, tem sido pouco sistematizada a produção de informação que suporte essa abordagem. Ao invés, tem subsistido como boa prática a realização de reuniões de rede de âmbito regional que, envolvendo os principais operadores e decisores a esse nível, permitiram alguma capacidade de concertação e regulação da oferta que estará, no entanto, longe de se poder afirmar como uma verdadeira intencionalidade estratégica.

De acordo com uma tipologia proposta pelo CEDEFOP⁷, é possível considerar diferentes metodologias de integração de instrumentos e capacidade de resposta à evolução das necessidades de qualificações. Nesta tipologia, Portugal surge classificado entre os países que limitam a sua intervenção a análises de natureza sectorial e local sem implementar abordagens sistemáticas, onde se promovam análises de curto e médio prazo que combinem projecções macro-económicas, estudos quantitativos suportados em inquéritos a empregadores e estudos sectoriais e regionais (exemplos da França ou do Reino Unido correspondentes a um “sistema coordenado e integrado”).

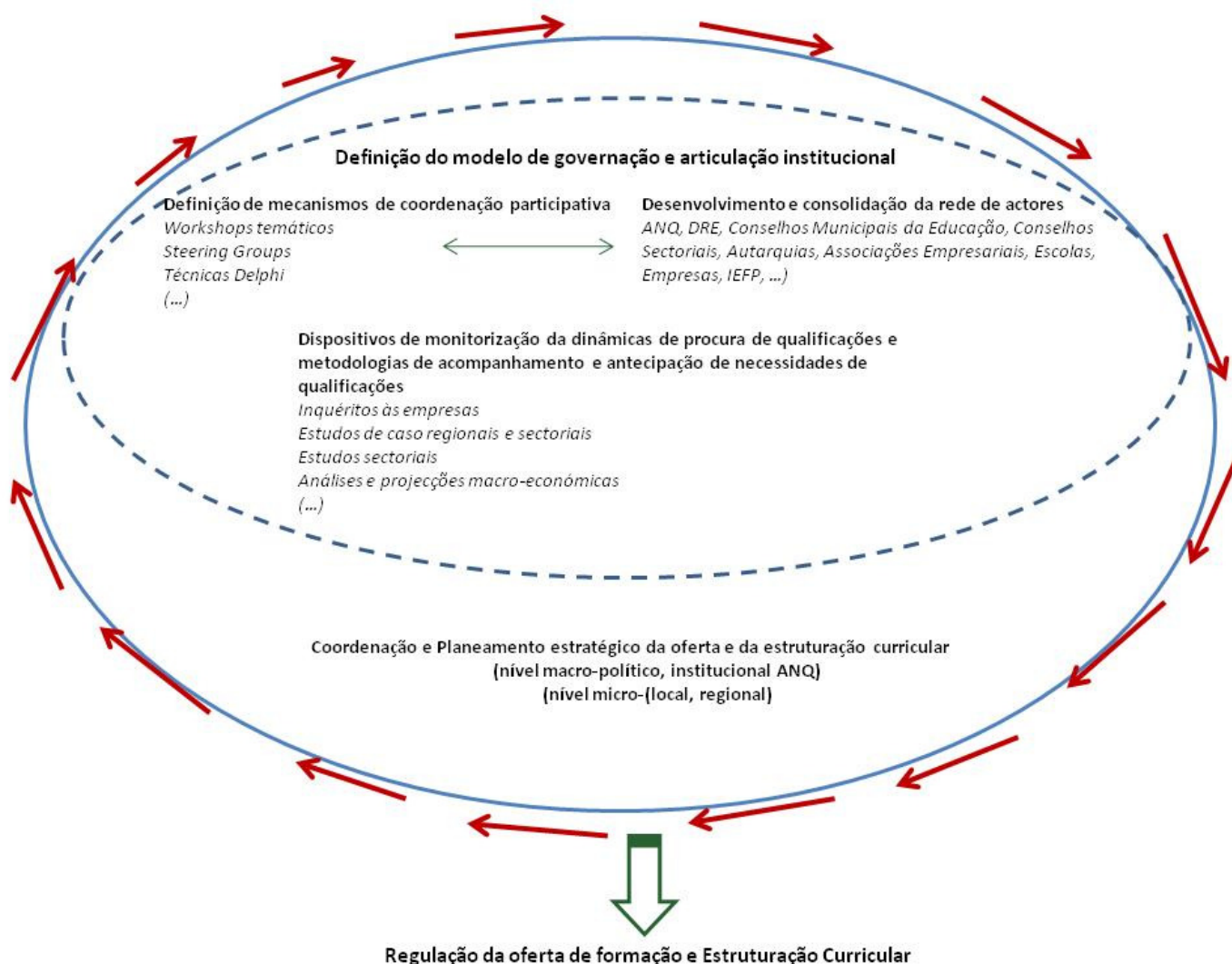
Tal como se constata na figura seguinte, a capacidade de monitorizar a dinâmica de procura de qualificações deve apoiar-se na definição de mecanismos de coordenação participativa da rede de actores, no sentido de criar condições para uma efectiva e desejada regulação da oferta, na medida em que importa garantir condições para que essa análise, de fundo mais estratégico, tenha reflexos no processo de decisão.

Para além disso, um modelo de governação não se esgota numa coordenação macro da oferta de formação, mas deve constituir-se num espaço de produção de sinergias com os dispositivos de coordenação regional, onde melhor potenciará contextos de articulação institucional capazes de planear a oferta no plano local. Isto não obstante a possibilidade de desenvolver outros mecanismos flexíveis e robustos de coordenação da rede, no sentido de aprofundar e desenvolver diagnósticos que afirmem a evolução dos empregos, a partir da intensificação e diversificação de estratégias de colaboração em rede.

Este exercício integrado de governação não pode ser estático nem unitemporal. O processo de renovação e actualização do modelo deve ser constante e configurado como ciclo, interessando definir, em sede das estruturas de coordenação, quais os espaços temporais em que a actualização deve ser efectuada, tendo em conta as diversas mutações e dinâmicas nas estruturas produtivas locais e regionais (novos investimentos, novos factores de competitividade, novas formas de organização do trabalho, ...) ou as flutuações conjunturais do mercado de trabalho.

⁷ CEDEFOP (2008), *Systems for anticipation of skills needs in the EU*, Discussion paper.

Figura 6. Modelo lógico de estruturação da oferta de Cursos Profissionais



Do ponto de vista empírico, as evidências configuram já o sentido do estipulado nestas disposições. Os contactos com as Direcções Regionais de Educação e os Estudos de caso revelaram que nas transições anuais, as decisões sobre a oferta podem ser estrategicamente diferentes, evoluindo entre extremos:

- (a) *Continuidade da oferta*, quando têm muita procura por parte dos jovens e consideram que a oferta disponível responde às oportunidades de emprego existentes;
- (b) *Descontinuidade da oferta*, i.e., quando optam estrategicamente por variar o leque de cursos disponíveis na Escola, procurando evitar a sobrecarga do mercado de trabalho, assim como adequar a oferta ao mercado de trabalho. Um exemplo ilustrativo desta situação é o caso dos cursos de Informática, que constituíram a

“bandeira” da fase de *boom* da expansão desta oferta (representavam cerca de um quinto das vagas criadas), mas que têm vindo a diminuir, sobretudo, quando pensados enquanto qualificação e não como domínio transversal de competências.

- (c) *Renovação estratégica da oferta*, onde se sinalizam áreas que tanto as dinâmicas de emprego criado, como as análises prospectivas de evolução das necessidades de qualificação apontam como de evolução positiva. São disso exemplos as áreas da Construção civil, do Comércio, Secretariado e Trabalho administrativo, Electricidade e Energia, Electrónica e Automação, Metalurgia e Metalomecânica, Turismo e Ambiente compreendendo algumas das áreas profissionais emergentes como, p.e., as Energias Renováveis.

Neste contexto, convém sublinhar o esforço da ANQ na construção de referenciais na lógica sectorial concelhia através de um trabalho em rede com Escolas, Centros de formação e Empresas. A este propósito, assiste-se já a um potencial de estruturação de oferta baseado na montagem de ferramentas integrantes que se aproximam do modelo lógico anterior.

Do ponto de vista da definição da oferta, mesmo na dimensão Escola, são vários os factores que influenciam a decisão das Escolas acerca do leque de cursos a oferecer, nomeadamente a informação reunida pelo “Levantamento prospectivo do mercado junto de entidades empregadoras” e pelo “Inquérito aos alunos sobre áreas/cursos de interesse”, e, por fim, a tentativa de “Adequação à estrutura de Recursos Humanos e Físicos existente na Escola”. Paralelamente, o pressuposto de renovação da capacidade estratégica parece claramente necessário, sendo imprescindível a solidez e estabilidade dos dispositivos de monitorização, coordenação e regulação, entretanto, criados.

A partir da informação recolhida no Inquérito às Escolas conclui-se que estas tencionam continuar a oferecer Cursos Profissionais no ano lectivo subsequente e que prevêem a introdução de Cursos Profissionais em áreas de formação diferentes das que oferecem actualmente. Os principais motivos apresentados pelas Escolas para a alteração da oferta formativa são, em primeiro lugar, “Diversificar a oferta face à rede de ofertas formativas existente na Região” e, em segundo lugar, “Adequar a oferta às necessidades actuais do tecido empresarial”, “Adequar a oferta às necessidades futuras do tecido empresarial” e “Adequar a oferta à procura dos candidatos”.

Não obstante a noção, por parte das Escolas, segundo a qual a diversificação da oferta deve ser o factor a privilegiar na definição futura dos cursos a disponibilizar, o perfil da oferta existente noutras entidades formadoras constitui o factor que menos influencia a definição da oferta educativa das Escolas.

Nesta lógica, os cursos/áreas de formação em que as Escolas vão apostar premeiam, sobretudo, as áreas das Energias Renováveis, Restauração, Hotelaria e Turismo, Segurança e

Higiene no Trabalho, Geriatria, Análises Laboratoriais, Desporto e Gestão dos Equipamentos Informáticos.

A importância das especificidades regionais, aliada com as expectativas da procura compõe um aspecto determinante para o eficaz planeamento da oferta. Importa, a este propósito, sinalizar a existência de cursos que não possuem o nível de procura suficiente por parte dos alunos, mas que revelam níveis substanciais de procura por parte de empresas que se dirigem às Escolas para recrutar diplomados ou estagiários. Deste modo, na Região do Alentejo identifica-se maior dificuldade em garantir o alargamento, dado a definição da oferta enfrentar dois tipos de constrangimentos: (i) o número reduzido de alunos, que impede a abertura de um leque diversificado de cursos; e (ii) a falta de capacidade financeira para investir em equipamentos. Já na Região do Algarve, na qual estes constrangimentos aparentemente não se observam, existem áreas de formação que se encontram mais desfalcadas de técnicos (hotelaria, serralharia, jardinagem, cortiça, ...) por não registarem procura por parte dos jovens.

Embora exista um leque de ofertas muito abrangente, verifica-se que em algumas áreas não existe a oferta pretendida ou considerada necessária ao perfil de especialização produtiva de determinada Região. Para fazer face a esta situação, existem propostas no sentido de criar cursos nessas áreas e as Escolas estão a fazer esforços nesse sentido (as Escolas tomaram a iniciativa de criar o *curriculum* e estabelecer a rede). Por tal, torna-se importante interpretar junto das Escolas os estudos sectoriais no sentido de perceber as estratégias produtivas futuras das diferentes Regiões.

Uma outra intenção orientadora vai no sentido da mudança da natureza dos cursos a oferecer e a aposta numa formação de abrangência nacional oferecida regionalmente, através da atracção de alunos de outras Regiões. A estratégia de especializar formandos e devolvê-los ao resto do país está em desenvolvimento no Alentejo, nomeadamente nas áreas da viticultura e “marketing” agrícola.

As situações de desfasamento entre a procura dos cursos por parte dos alunos e as áreas com maior oferta de emprego estão, em alguns casos, associadas à desvalorização de certas profissões, que aos olhos dos jovens são pouco atractivas. A este propósito, é de valorizar as iniciativas de divulgação da oferta que associam, de forma apelativa, os cursos existentes às profissões a que dão acesso, de que o *Kit das profissões* é um bom exemplo.

Por fim, importa referir a existência de instrumentos de gestão da oferta, designadamente, a Plataforma SIGO - Sistema de Informação e Gestão de Ofertas, usada pelas Escolas para efeitos de preenchimento das candidaturas de Cursos Profissionais, que permite a recolha de alguns indicadores globais de avaliação da evolução do processo de expansão da oferta,

designadamente, no que respeita à distribuição da oferta pelo território e por áreas de formação.

C.3.2. Capacidade estratégica - estruturação curricular

A apreciação dos interlocutores dos Estudos de Caso e das DREs quanto à adequação das componentes de formação dos Cursos Profissionais é, no cômputo geral, positiva, não obstante dois tipos de considerações frequentes: (i) a necessidade de melhorar a adequação dos Programas relativos às componentes de natureza teórica, no sentido de os aproximar às especificidades da oferta e interesses dos alunos; e (ii) a possibilidade de flexibilizar os *curricula* com vista à introdução de conteúdos que correspondam a necessidades locais ou sectoriais específicas. Apenas 20% das Escolas não vê necessidade de reajustar ou criar novos referenciais de formação de Cursos Profissionais e mais de metade procederá a reajustamentos com vista a melhor adequar a oferta às necessidades do tecido produtivo (37%) e a responder a solicitações específicas das empresas (15%).

Quadro 12. Necessidade de criação ou reajustamentos de referenciais de formação de Cursos Profissionais

	N.º	%
Sim, para melhor adequar a oferta às necessidades do tecido produtivo da região	79	37,3
Sim, para responder ao interesse dos alunos	58	27,4
Sim, para responder a solicitações específicas das empresas	32	15,1
Não considera necessária	43	20,3
Total	212	100,0

Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

O esforço das Escolas para responder às expectativas do tecido económico encontra-se exemplificado na Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro que recorre a “aulas abertas” nas empresas com vista a aproximar os cursos às reais necessidades destas procurando, dessa forma, colmatar a desadequação dos referenciais.

Neste âmbito, importa assinalar o processo de construção dos *curricula* dos Cursos Profissionais, de modo a formar uma compreensão mais analítica da apreciação dos actores.

Os Cursos Profissionais passaram por uma Reforma, em 2004, mercê da qual a grande maioria possui actualmente programa homologado, correspondente à componente técnica. No entanto, 15% dos cursos têm programas construídos mas ainda não se encontram homologados porque estão a ser alvo de revisão; existem, ainda, dois casos pontuais (cursos das áreas de Sistemas de Informação Geográfica e Música) que ainda não possuem programas definidos (correspondem a cursos leccionados por uma Escola).

A actualização ou revisão dos referenciais dos Cursos Profissionais tem-se revelado um processo moroso que depende essencialmente da dinâmica de algumas áreas. Este processo concretiza-se de formas diferentes de acordo com a situação de partida.

Novos cursos

Quando uma Escola solicita a abertura de um novo curso, a ANQ verifica se a saída profissional associada a esse curso se encontra abrangida pelo CNQ. Se sim, a Escola é aconselhada a adoptar o referencial existente. No caso dos referenciais mais antigos é pedido à Escola que faça uma actualização dos conteúdos, caso estes já se encontrem ultrapassados.

Caso a saída profissional não exista e se se considerar pertinente a sua criação são elaborados os dois referenciais, cuja componente técnica é igual, um para constar no CNQ e outro para o Curso Profissional que deverá ser enquadrado legalmente.

A pertinência deste novo curso é avaliada numa primeira instância pela ANQ que verifica se o mesmo faz sentido, se há necessidade por parte do mercado e a que nível de qualificação deverá corresponder.

A definição dos perfis e respectivos referenciais não é realizada pela ANQ nem pelos Conselhos Sectoriais. De um modo geral, a definição da componente técnica do referencial é subcontratada através de prestação de serviços à entidade que propõe o curso.

Cursos existentes

A ANQ ainda não iniciou o trabalho de reformulação dos referenciais de formação dos Cursos Profissionais existentes, excepto dos que pertencem a áreas de formação alvo de revisão, como é o caso da área de electrónica cujos referenciais do CNQ estão a ser objecto de uma revisão completa com consequências em todas as tipologias de formação, nomeadamente nos Cursos Profissionais.

Os actores que participam na revisão/actualização técnica dos referenciais são: as Escolas Profissionais que estiveram na origem dos cursos, os Centros de Gestão Participada do sector de actividade associado à qualificação, autoridades competentes que regulam algumas certificações (p.e., ANACOM), e actores-chave/peritos dos sectores.

A aprovação de novos referenciais e a revisão/actualização de referenciais já existentes (sempre submetidos à apreciação do respectivo Conselho Sectorial) é crucial porque muitas das áreas necessitam de enquadramento legal e porque em muitos cursos se verifica uma elevada especialização a qual contraria a lógica de definição dos novos referenciais de formação que devem promover a mobilidade entre saídas profissionais.

No que respeita à estrutura modular assumida por esta oferta, a mesma é encarada como uma vantagem, na medida em que é através da flexibilidade modular, que existe actualização dos objectivos pedagógicos e dos conteúdos programáticos dos cursos face à evolução dos perfis profissionais. As vantagens apontadas a este modelo prendem-se, igualmente, com as seguintes possibilidades:

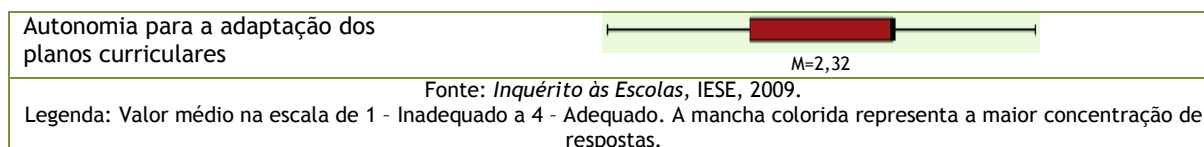
- (a) Corresponder mais eficazmente às expectativas e motivação dos jovens (p. e., dar primeiro o módulo de energias renováveis em vez do módulo de mecânica, ou ensinar primeiro como criar software de jogos antes de ensinar como criar software de gestão), assim como dos professores (conseguem acompanhar mais regularmente

a progressão das aprendizagens de cada aluno e desenvolver estratégias de apoio individualizadas);

- (b) Prosseguir para módulos seguintes mesmo com módulos em atraso (e assim evitar retenções), e regularidade e diversidade dos momentos de avaliação (cada módulo tem um momento de avaliação, o que permite que os alunos sejam avaliados pouco tempo após a conclusão do módulo e com menos concentração de matéria num único elemento de avaliação; além disso, a exigência de mais momentos de avaliação leva os professores e procurarem diversificar os instrumentos de avaliação, recorrendo a fichas de trabalho, trabalhos de grupo, testes..., em vez de se limitarem ao tradicional teste de avaliação final). Cabe às Escolas definir as modalidades de recuperação disponíveis para concluir os módulos em atraso, sendo que a maior afluência aos momentos de recuperação ocorre no 1.º ano e no decorrer do curso verifica-se a tendência para os jovens regularizarem os módulos em atraso.
- (c) Organizar em módulos o *curriculum*, solução que contribui para promover a progressão das aprendizagens, mas exige que os alunos “aprendam” a gerir os seus processos de aprendizagem.

Não obstante a adequação deste modelo, os professores salientam a necessidade de proceder a ajustamentos curriculares, sobretudo em cursos cujos referenciais curriculares utilizados se encontram desadequados, reclamando uma maior margem de autonomia na gestão do *curriculum*.

Gráfico 13. Posicionamento das Escolas quanto à adequação/inadequação do grau de autonomia para a adaptação dos planos curriculares



C.3.3. “*Matching*” da oferta dos Cursos Profissionais às necessidades sectoriais e territoriais de qualificações

O ensaio de *Dispositivo de Matching da oferta dos Cursos Profissionais* realizado pelo Estudo parte do pressuposto de o espaço de coordenação regional constitui a sede que melhor potenciará contextos de articulação institucional capazes de planear a oferta no plano local. Esta abordagem poderá contribuir de forma estratégica para a avaliação da sustentabilidade da rede de oferta educativa, numa perspectiva de articulação, cooperação e complementaridade com a restante composição das redes locais de educação e formação (Autarquias, Empresas, ...).

Nesta lógica, considerou-se fundamental recolher o contributo/perspectiva dos Núcleos Empresariais Regionais (NER's) e das Autarquias Locais com vista a produzir informação empírica de suporte para operacionalizar um quadro metodológico com tipologias de *matching* (oferta-necessidades do tecido empresarial), segundo duas componentes distintas de inquirição:

- ↳ *Matching da oferta à procura* (Grau de adequação da oferta às necessidades do tecido empresarial); e
- ↳ *Sustentabilidade e estratégia futura* (Áreas de formação/cursos em que se deveria apostar para um reforço/criação.)

Do ponto de vista da apreciação global das Autarquias e dos NER's relativa à rede de Cursos Profissionais (públicos e privados) existente nos vários concelhos, constata-se que, tendo em conta a estrutura económica/produziva de cada concelho, parece estar assegurado o *matching* da oferta relativamente às necessidades actuais (Padrão de recursos/actividades potenciais vs. Perfil de especialização produtiva actual). Na verdade, os níveis de percepção sinalizam graus razoáveis de adequação para aproximadamente 70% destes actores.

A adequação da oferta disponível no que respeita à capacidade de atracção de novos investimentos e na renovação dos factores de competitividade (design, marketing, inovação, ...), apresenta-se menos razoável, com a categoria “pouca adequação” a ser referenciada por mais de um quarto das Autarquias e NER's.

A Caixa seguinte sinaliza algumas orientações específicas sugeridas por alguns Municípios.

- ✓ **Cascais.** A constituição de plataformas locais integrando as Escolas, os principais agentes económicos e actores sociais e culturais, as Autarquias, o IEFP e a ANQ, afigura-se-nos essencial para a produção de conhecimento com vista a uma intervenção mais informada na definição da oferta e na qualificação desta modalidade de ensino. No entanto, tal oferta não deve limitar-se aos padrões do tecido produtivo actual mas atender aos desafios dos perfis de interesses e expectativas dos jovens potenciando o desenvolvimento das suas capacidades. As Escolas deveriam criar condições para que a componente técnica das formações tenha uma maior participação das empresas ou dos seus agentes mais significativos, os quais podem e devem ser convidados para leccionar determinados módulos mais especializados.
- ✓ **Santarém.** Na Região existe um défice de qualificação de recursos humanos, nomeadamente ao nível técnico, que decorre da dificuldade de formar ou atrair os recursos humanos necessários para dotar as empresas e outras organizações de novas competências. Por outro lado, parece existir pouca sensibilização para a inovação e para o empreendedorismo, o que se repercute na falta de dinamismo empresarial. O reforço das competências na área da inovação, nomeadamente, o fomento de uma cultura favorável à inovação na Região, que possa sustentar a estratégia de inovação e competitividade no futuro, a par do incentivo ao espírito empreendedor e de condições gerais de apoio à criação de empresas, representam iniciativas susceptíveis de mudar a face dos défices assinalados. Com a criação de um espírito empreendedor será possível criar uma maior apetência nas pessoas para a criação do seu próprio negócio; também o desenvolvimento da capacidade tecnológica permitirá a criação de condições para o desenvolvimento de competências tecnológicas na Região e para o reforço da capacidade tecnológica das empresas e outras organizações. Para ser possível atingir estes objectivos, devem os estabelecimentos de ensino apostar em áreas que apoiem recursos humanos mais competentes, orientados para o desenvolvimento regional.

- ✓ **Montijo.** A oferta de Cursos Profissionais e /ou de outros percursos formativos deve reflectir o incremento de uma gestão integrada e concertada entre os vários estabelecimentos de ensino público/privado do Concelho do Montijo, de modo a alcançar a máxima equidade e eficiência na cobertura do território e na satisfação das necessidades e interesses da população residente. A estruturação da oferta entre os parceiros, para constituir uma mais-valia, deverá ter em conta a articulação entre os interessados e as necessidades da população com as efectivas necessidades do mercado de trabalho, cada vez mais exigentes relativamente à procura de trabalhadores qualificados, e os recursos disponíveis nas Escolas.
- ✓ **Vila Real.** A diversificação da oferta, introduzindo e alargando os Cursos Profissionais no sector da Agricultura, da Indústria e da Construção civil, surge como uma necessidade. Alguns concelhos dos distritos de Vila Real, Bragança, Guarda e Castelo Branco, p.e., têm uma dimensão muito pequena. Estes concelhos devem ser tidos em conta para efeitos de atribuição de cursos, sempre em ligação com outros concelhos e ouvidas as Associações Empresariais, de modo a formar uma rede muito alargada de acordo com o número de jovens existentes, em que haja empregabilidade e não haja concorrência por sobreposição.

Este tipo de orientações aproxima-se do modelo lógico definido na Figura 6 **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, revelando o papel fundamental deste tipo de actores como parte integrante da capacidade estratégica do Sistema, nomeadamente no processo de estruturação da oferta e no respectivo *matching* às necessidades de qualificações por parte das empresas.

Numa dimensão mais operacional, a análise do *matching* às necessidades de qualificações por parte das empresas conduz a um exercício de tipificação de perfis territoriais (concelhos) a nível do território de Portugal continental. Nesta perspectiva, revelava-se importante proceder a uma primeira aproximação a todo o território no sentido de se obter uma visão mais macro de áreas territoriais aparentemente mais homogéneas e heterogéneas entre si.

O exercício de definição de perfis de *matching* na sua estreita relação com o território é, em si mesmo, um desafio bastante complexo, mas com grandes potencialidades. A avaliação que tem sido feita noutros países dos resultados da utilização de mapas sociais por organismos públicos tem evidenciado o seu potencial como instrumento de orientação da política educativa, nomeadamente:

- por ilustrar a distribuição geográfica da oferta e da apreciação da mesma face às dinâmicas de procura;
- para canalizar as intervenções/investimentos de forma diferenciada em função dos problemas identificados nos territórios; e
- para reduzir a duplicidade de esforços e criar condições para integrar e coordenar melhor a rede de oferta de Cursos Profissionais.

O reconhecimento deste leque de potencialidades não deixa, no entanto, de estar associado a um conjunto de dificuldades que se prendem com razões de natureza diversa, e tornam problemático, nomeadamente: dificuldade em captar os processos e situações multidimensionais que exigem uma leitura cruzada e onde esta exigência implicaria compreenderem a contribuição das características territoriais nas formas e nas dinâmicas da oferta; e dificuldade em moderar o elemento de subjectividade associado ao avaliador do quadro de oferta disponível em cada concelho, na medida em que a adopção de um determinada matriz conceptual condiciona as apreciações obtidas.

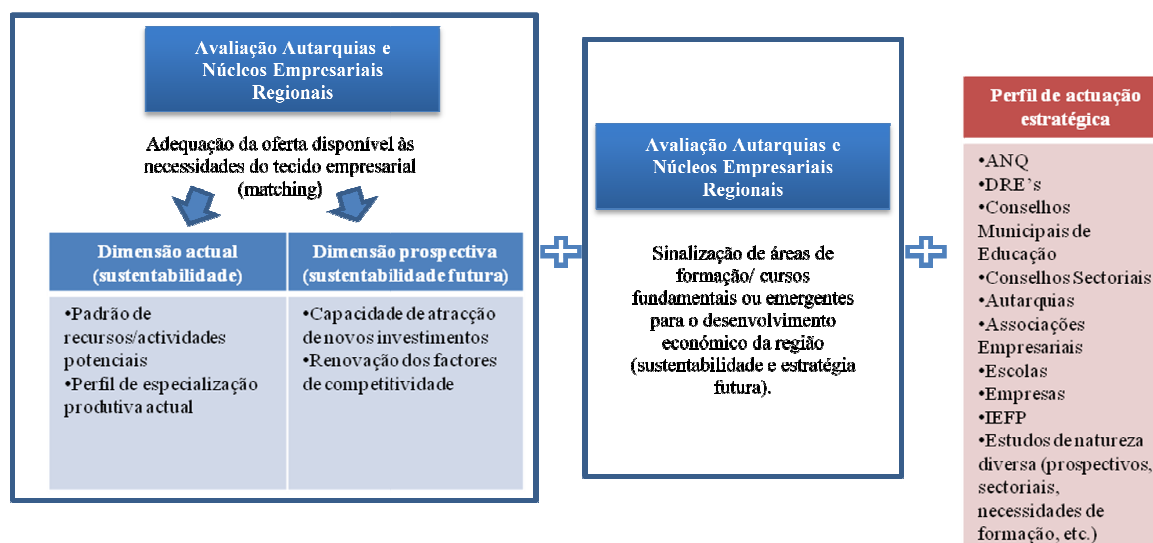
Neste enquadramento, os perfis identificados devem ser interpretadas num sentido puramente lógico, a partir da construção conceptual da Equipa de Avaliação. A análise efectuada teve por base o tratamento triangulado e compósito entre os seguintes elementos base:

- Análise estatística de dados, recolhidos através da base da oferta do SIGO/GEPE - Ministério da Educação (oferta disponível reencaminhada para as Autarquias e NER's);
- Avaliação cruzada do resultado dos Inquéritos às Autarquias e NER's, em dois domínios: a adequação da oferta disponível às necessidades do tecido empresarial, tanto numa dimensão de sustentabilidade actual (padrão de recursos /afectividades potenciais e perfil de especialização produtiva), como numa dimensão de sustentabilidade futura (capacidade de atracção de novos investimentos e renovação dos factores de competitividade) e na sinalização de áreas de formação fundamentais ou emergentes para o desenvolvimento económico das regiões (numa óptica de sustentabilidade e estratégia futura);
- Potencial perfil de actuação estratégica por parte do sistema de actores em cada uma das situações identificadas.

Para este exercício concorreu, ainda, a diferenciação dos Municípios/NER's que estrategicamente sinalizam propostas de áreas de formação lacunares ou de possível reforço e o respectivo perfil de resposta orientado tanto para alimentar competências no perfil de especialização actual das regiões, como para criar/consolidar competências para a renovação dos factores de competitividade⁸.

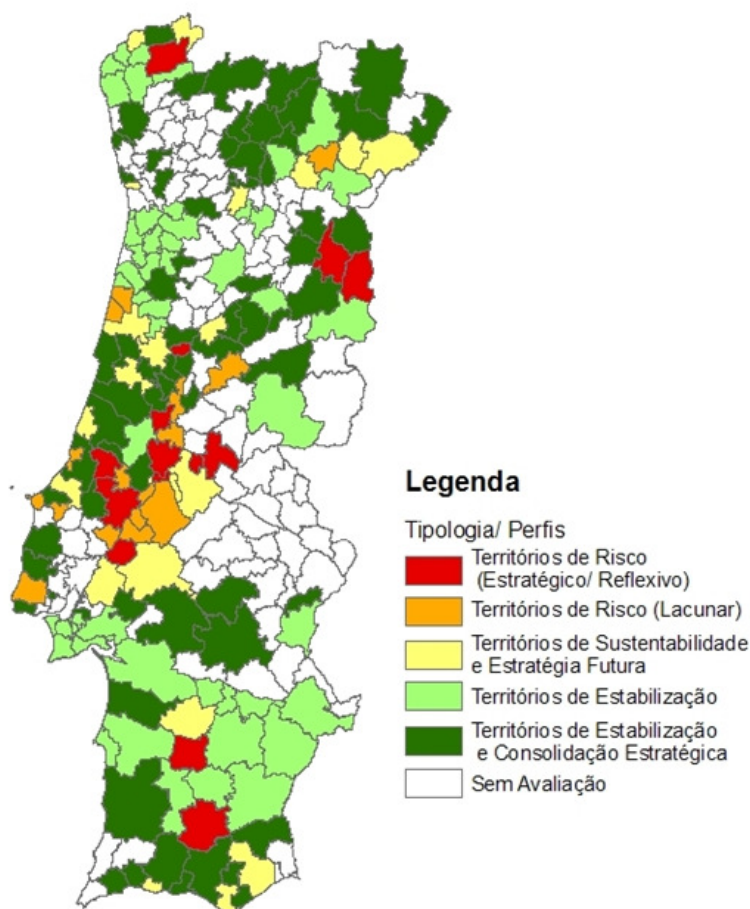
⁸ Salvaguarda-se a dimensão subjectiva deste exercício exploratório.

Figura 7. Elementos de estruturação da construção tipológica dos perfis territoriais



A transformação dos dados nas cinco tipologias identificadas resulta na identificação de cinco perfis distintos de territórios, devidamente caracterizados nos quadros seguintes.

Mapa 5. Tipologia de *matching* entre a oferta dos Cursos Profissionais e as necessidades territoriais



Fonte: Inquérito às Autarquias e Núcleos Empresariais Regionais, IESE, 2009.

Tipologia/Perfil	Elementos de estruturação	Concelhos	Perfil de actuação estratégico dos actores (ANQ e outros)
A. Territórios de RISCO (ESTRATÉGICO/REFLEXIVO)	<p>Territórios cuja avaliação indica uma <i>adequação negativa</i> dos cursos/áreas formativas às necessidades do tecido empresarial</p> <p>Actual - nomeadamente quanto: a) Padrão de recursos/actividades potenciais; e b) Perfil de especialização produtiva actual; e</p> <p>Futuro - nomeadamente quanto: c) Capacidade de atracção de novos investimentos; e d) Renovação dos factores de competitividade (design, marketing, inovação, ...).</p> <p>Nestes territórios <i>não são apresentadas áreas</i> de formação fundamentais ou emergentes para o desenvolvimento económico da Região (sustentabilidade e estratégia futura).</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aljustrel Almeida Almodôvar Alvaiázere Arcos de Valdevez Mação Pinhel Porto de Mós Salvaterra de Magos Santarém Sardoal Tomar Vila Nova da Barquinha Vila Nova de Poiares 	<ul style="list-style-type: none"> Abordagem pró-activa da estruturação da oferta, potenciando complementaridades (ANQ). Envolvimento dos parceiros empregadores (públicos e privados) na dinamização da oferta, no interface com oportunidades económicas e do emprego (NER's e AL's).

Tipologia/Perfil	Elementos de estruturação	Concelhos	Perfil de actuação estratégico dos actores (ANQ e outros)
B. Territórios de RISCO (LACUNAR)	<p>Territórios cuja avaliação indica uma <i>adequação negativa</i> dos cursos/áreas formativas às necessidades do sistema empresarial:</p> <p>Actual - nomeadamente quanto a) Padrão de recursos/actividades potenciais; e b) Perfil de especialização produtiva actual;</p> <p>Futuro - nomeadamente quanto: c) Capacidade de atracção de novos investimentos; e d) Renovação dos factores de competitividade (design, marketing, inovação, ...).</p> <p>As Autarquias e os Núcleos Empresariais Regionais <i>apresentam</i> áreas de formação fundamentais ou emergentes para o desenvolvimento económico da Região (sustentabilidade e estratégia futura).</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alcanena Almeirim Alpiarça Bombarral Cartaxo Chamusca Ferreira do Zêzere Figueiró dos Vinhos Golegã Mira Nazaré Pampilhosa da Serra Peniche Sintra Vagos Vila Flor 	<ul style="list-style-type: none"> Abordagem pró-activa da estruturação da oferta, potenciando complementaridades (ANQ). Envolvimento dos parceiros empregadores (públicos e privados) na dinamização da oferta, no interface com oportunidades económicas e do emprego (NER's e AL's).

Tipologia/Perfil	Elementos de estruturação	Concelhos	Perfil de actuação estratégico dos actores (ANQ e outros)
C. Territórios de SUSTENTABILIDADE E ESTRATÉGIA FUTURA	<p>A avaliação indica uma <i>adequação positiva</i> (dos cursos/áreas formativas às necessidades do sistema empresarial:</p> <p>Actual - nomeadamente quanto: a) Padrão de recursos/actividades potenciais; e b) Perfil de especialização produtiva actual;</p> <p>Porém, a avaliação indica uma <i>adequação negativa</i> dos cursos/áreas formativas às necessidades do sistema produtivo no</p> <p>Futuro - nomeadamente quanto: c) Capacidade de atracção de novos investimentos; e d) Renovação dos factores de competitividade (design, marketing, inovação, ...).</p> <p>Nestes territórios <i>apresentam-se áreas de formação</i> fundamentais ou emergentes para o desenvolvimento económico da Região (sustentabilidade e estratégia futura).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Abrantes • Alfândega da Fé • Benavente • Caldas da Rainha • Cantanhede • Carrazeda de Ansiães • Coimbra • Constância • Coruche • Entroncamento • Faro • Ferreira do Alentejo • Lagoa • Lamego • Marinha Grande • Melgaço • Mogadouro • Porto • Soure • Tábua • Tavira • Valença 	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem de qualificação das ofertas com ajustamentos de perfis de formação e reforço das complementaridades de especialização (ANQ). • Envolvimento dos parceiros empregadores (públicos e privados) nas estratégias de empregabilidade dos diplomados (AER's e AL's).

Tipologia/Perfil	Elementos de estruturação	Concelhos	Perfil de actuação estratégico dos actores (ANQ e outros)
D. Territórios de ESTABILIZAÇÃO	<p>A avaliação indica uma <i>adequação positiva</i> dos cursos/áreas formativas às necessidades do sistema empresarial:</p> <p>Actual - nomeadamente quanto: a) Padrão de recursos/actividades potenciais; e b) Perfil de especialização produtiva actual;</p> <p>Futuro - nomeadamente quanto: c) Capacidade de atracção de novos investimentos; e d) Renovação dos factores de competitividade (design, marketing, inovação, ...).</p> <p>As Autarquias e Núcleos Empresariais Regionais <i>não apresentam</i> áreas de formação fundamentais ou emergentes para o desenvolvimento económico da Região (sustentabilidade e estratégia futura).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Alandroal • Albergaria-a-Velha • Alcácer do Sal • Alijó • Almada • Alvito • Anadia • Arouca • Aveiro • Barreiro • Beja • Caminha • Castelo Branco • Castelo de Paiva • Castro Verde • Cuba • Espinho • Estarreja • Gouveia • Ílhavo • Mealhada • Mértola • Mirandela • Moimenta da Beira • Moita • Moura • Oliveira de Azeméis • Oliveira do Bairro • Ourém • Ourique • Ovar • Palmela • Paredes de Coura • Ponte da Barca • Ponte de Lima • Sabugal • Santa Maria da Feira • Santiago do Cacém • São João da Madeira • Seixal • Serpa • Sesimbra • Setúbal • Sever do Vouga • Sines • Tarouca • Torre de Moncorvo • Vale de Cambra • Viana do Castelo • Vidigueira • Vila Nova de Cerveira • Viseu 	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem de qualificação das ofertas com ajustamentos de perfis de formação e reforço das complementaridades de especialização (ANQ). • Envolvimento dos parceiros empregadores (públicos e privados) nas estratégias de empregabilidade dos diplomados (AER's e AL's).

Tipologia/Perfil	Elementos de estruturação	Concelhos	Perfil de actuação estratégico dos actores (ANQ e Outros)
E. Territórios de ESTABILIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO ESTRATÉGICA	<p>A avaliação indica uma adequação positiva (3 ou 4) dos cursos/áreas formativas às necessidades do sistema empresarial:</p> <p>Actual - nomeadamente quanto: a) Padrão de recursos/actividades potenciais; e b) Perfil de especialização produtiva actual;</p> <p>Futuro - nomeadamente quanto: c) Capacidade de atracção de novos investimentos; e d) Renovação dos factores de competitividade (design, marketing, inovação, ...).</p> <p>As Autarquias e Núcleos Empresariais Regionais <i>apresentam áreas</i> de formação fundamentais ou emergentes para o desenvolvimento económico da Região (sustentabilidade e estratégia futura).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Águeda • Albufeira • Alcobaca • Alcoutim • Ansião • Arganil • Arraiolos • Barcelos • Batalha • Bragança • Cascais • Chaves • Cinfães • Condeixa-a-Nova • Évora • Figueira da Foz • Figueira de Castelo Rodrigo • Fundão • Grândola • Guarda • Lagos • Leiria • Loulé • Lousã • Macedo de Cavaleiros • Mafra • Mangualde • Manteigas • Matosinhos • Mêda • Mesão Frio • Miranda do Corvo • Miranda do Douro • Monção • Mondim de Basto • Montalegre • Montemor-o-Novo • Montemor-o-Velho • Montijo • Murça • Óbidos • Odemira • Odivelas • Olhão • Oliveira de Frades • Oliveira do Hospital • Paredes • Pedrógão Grande • Penacova • Penela • Peso da Régua • Pombal • Portimão • Póvoa de Varzim • Ribeira de Pena • Rio Maior • Sabrosa • Santo Tirso • São Brás de Alportel • Seia • Silves • Terras de Bouro • Torres Novas • Torres Vedras • Trancoso • Valpaços • Vila Pouca de Aguiar • Vila Real • Vila Viçosa 	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem de qualificação das ofertas com ajustamentos de perfis de formação e reforço das complementaridades de especialização (ANQ). • Envolvimento dos parceiros empregadores (públicos e privados) nas estratégias de empregabilidade dos diplomados (AER's e AL's).

Síntese



Reforço da oferta em áreas de formação menos exploradas e para as quais não existe oferta, como a Saúde, o Desporto e o Apoio Social;

Aposta em áreas a partir das perspectivas de evolução das necessidades de qualificações (energias renováveis, electrónica, construção civil,...)

Trabalho prévio de preparação da rede de ofertas em consórcio com autarquias, escolas, empresas e entidades formadoras locais;

Desenvolvimento de estratégias e mecanismos para proceder à avaliação da continuidade e/ou descontinuidade dos cursos, de forma a garantir a sustentabilidade e a atractividade destes.



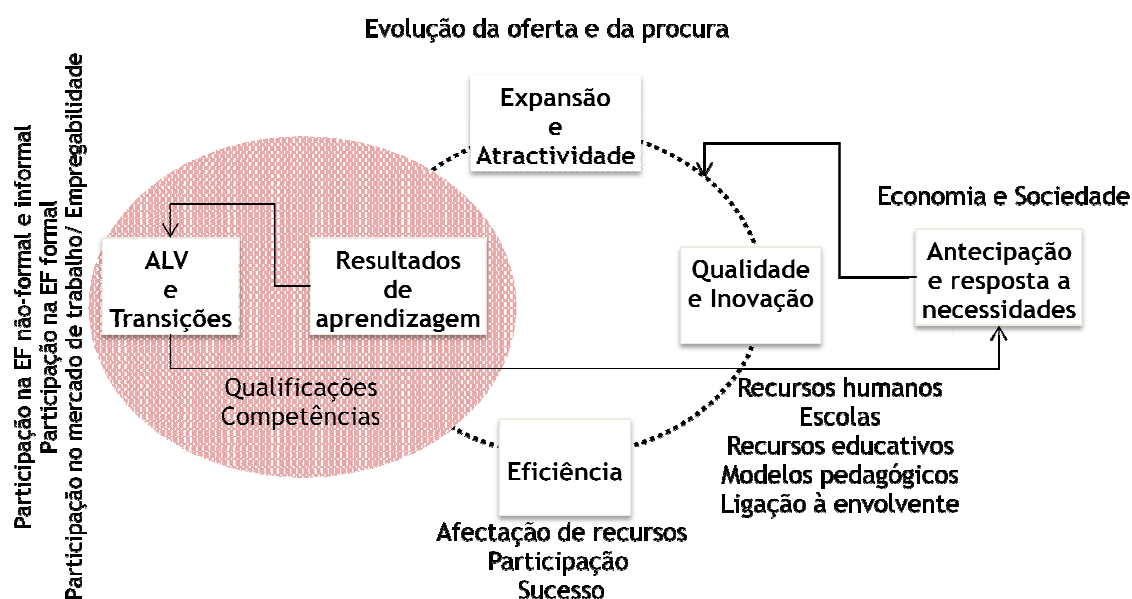
Fragilidade e ausência de Dispositivos de monitorização das dinâmicas de procura de qualificações e de aferição da evolução das necessidades de competências (suportados por inquéritos a empregadores, estudos sectoriais e regionais, etc.).

C.4. Mecanismos de monitorização da qualidade da oferta

Conquistado o desafio da expansão da oferta de Cursos Profissionais, torna-se necessário enfrentar um próximo desafio, o da qualidade da implementação do ensino profissional. De facto, o factor mais crítico para o crescimento do sistema reside no momento em que se avaliar os resultados dos primeiros diplomados em termos de empregabilidade, de prosseguimento de estudos e de incorporação efectiva de competências. São esses resultados que irão alicerçar a relevância desta via de ensino.

Para garantir esse acompanhamento, é necessário criar mecanismos que devolvam os *inputs* necessários para a reflexão em torno do sucesso desta modalidade de educação-formação em relação aos resultados do ensino e das trajectórias de inserção profissional e de aprendizagem ao longo da vida dos alunos abrangidos, dimensão de análise que se situa no último patamar da avaliação do processo de expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações.

Figura 8. Quadro lógico de articulação dos objectivos específicos/dimensões de análise da expansão dos Cursos Profissionais no SNQ



Neste enquadramento lógico, são identificáveis dois tipos de mecanismos de acompanhamento fundamentais:

- Dispositivos de Monitorização da Qualidade da oferta*, que abrangem o acompanhamento de proximidade às Escolas, através das visitas de acompanhamento e a implementação de sistemas de avaliação dos impactes do ensino profissional, e
- Dispositivos de Acompanhamento dos alunos pós-formação*.

No plano institucional, a Agência Nacional para a Qualificação, através do Departamento de Gestão Integrada de Sistemas de Qualificação (DGISQ), tem vindo a realizar um conjunto de visitas de acompanhamento a várias Escolas com ofertas de Cursos de Educação e Formação de Jovens e de Cursos Profissionais, de onde resulta a produção de orientações dirigidas às Escolas.

Este processo de acompanhamento tem a colaboração, a nível regional, das Direcções Regionais de Educação, que anualmente, participam na estruturação da oferta de Cursos Profissionais e fazem acompanhamento, presencial e à distância, junto das Escolas, de forma a aferir o decurso das actividades inerentes à formação, esclarecer eventuais dúvidas e identificar necessidades. A DRE Norte, para além destas visitas, desenvolve outros mecanismos de monitorização e acompanhamento inovadores: procura envolver as Escolas em reuniões inter-escolas temáticas; tenta introduzir o “currículo integrado” e promove a

partilha de experiências para sensibilizar parceiros. A proporção de Escolas que já participou em algum evento de difusão de boas-práticas no âmbito das ofertas qualificantes, ronda os 80% das Escolas inquiridas, das quais 40% foi convidada para partilhar a sua experiência em seminários ou outro tipo de encontro para troca de experiências.

Ao nível das Escolas, cerca de 60% não criou dispositivos de acompanhamento e avaliação da qualidade da formação e de aferição dos resultados dos Cursos Profissionais, devido, sobretudo, à alegada ausência de tempo para a produção de resultados, mas há um reconhecimento alargado da importância deste tipo de mecanismos com efeitos na constituição de equipas de auto avaliação, cuja dinâmica se encontra numa fase experimental.

Nas Escolas que dispõem desse tipo de mecanismos, a reflexão em torno da qualidade e inovação dos Cursos Profissionais assenta em momentos de reflexão interna das equipas pedagógicas, em que se discutem estratégias de articulação curricular, métodos pedagógicos a privilegiar e estratégias individualizadas de resolução de problemas dos alunos. As Escolas investem especialmente na percepção das causas associadas ao abandono/insucesso e sucesso nas aprendizagens dos alunos, mobilizando para o efeito os professores e técnicos dos gabinetes de psicologia; num dos exemplos apontados nos Estudos de caso, em cada final de período, em reunião de Conselho Pedagógico, são apresentados os resultados escolares dos alunos da Escola (aprovações e retenções, com base nas pautas de avaliação). Esses dados são tratados pelos professores dos Departamentos e, em sede de Conselho Pedagógico, são sugeridas estratégias de intervenção específicas, como sugestões e métodos de gestão de conflitos.

Nesta tendência, destacam-se alguns elementos que apesar de pouco frequentes revelam uma forte matriz inovadora, como a auscultação das empresas/entidades que participam na formação, ou a criação de equipas de acompanhamento que constroem e analisam indicadores estatísticos (p.e., sucesso dos alunos em termos de aproveitamento, indicadores de satisfação recolhidos por via de questionários aos alunos e outros intervenientes. Uma das Escolas abrangidas nos Estudos de caso recorre a um sistema de informação específico (Truncatura) de gestão diária dos Cursos Profissionais que permite facilitar processos administrativos como registos de faltas, sumários, perfil dos alunos, módulos em falta, notas, etc.

Em matéria de trajetórias dos alunos após a conclusão do curso, a percepção dos resultados dos Cursos Profissionais é, naturalmente, incipiente devido à ausência de tempo suficiente para a produção de impactes, mas também porque os mecanismos de acompanhamento da situação dos diplomados após o curso são inexistentes (56,6%) ou apresentam fragilidades. Não obstante, mais de 40% das Escolas inquiridas estabelece contactos com os ex-alunos

com vista a favorecer a sua inserção profissional (16%), a dispor de informação actualizada acerca da situação dos jovens após o curso (10%) ou ambas as situações (17%).

Quadro 13. Mecanismos de acompanhamento dos alunos após a conclusão do curso desencadeados pelas Escolas

	%
Não dispõe de mecanismos	56,6
Dispõe de mecanismos	43,4
- contacta os ex-alunos quando tem conhecimento de ofertas de emprego	16,0
- contacta os ex-alunos para aferir a sua situação face ao emprego/prosseguimento de estudos	10,4
- ambas as situações	17,0
<i>Total</i>	<i>100,0</i>

Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

As Escolas reconhecem a importância do apoio aos jovens num momento tão crucial das suas vidas como o período de procura de emprego ou de tomada de decisão em relação às suas trajetórias de prosseguimento de estudos. Porém, as formas de apoio mais frequentemente mobilizadas pelas Escolas restringem-se a acções de divulgação da oferta formativa existente quer junto das entidades empregadoras (47% das Escolas), quer da oferta de cursos do ensino superior junto dos jovens (39%), ou da disponibilização de contactos de potenciais empregadores aos alunos (25%). Cerca de 28% das Escolas refere ter formas de colaboração regular (protocolos) com empresas para este fim e ensinar técnicas de procura de emprego.

Quadro 14. Formas de apoio prestado pela Escola aos diplomados dos Cursos Profissionais na procura de emprego ou no prosseguimento de estudos

Formas de Apoio	N.º	% de escolha de cada uma das estratégias
Divulga os cursos junto das entidades empregadoras	99	46,7
Divulga a oferta de cursos no ensino superior	83	39,2
Tem formas de colaboração regular (protocolos) com empresas para este fim	59	27,8
Ensina técnicas de procura de emprego	59	27,8
Divulga listas de contactos de potenciais empregadores	53	25,0
Tem formas de colaboração regular com o Centro de Emprego (divulgação dos cursos, colocação de diplomados,...)	35	16,5
Não presta este tipo de apoio	31	14,6
Divulga uma bolsa de empregos disponíveis	24	11,3
Encaminha para uma UNIVA	21	9,9
Envia currículos	3	1,4
Outra	42	19,8

Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

A este propósito vale a pena ilustrar alguns exemplos de mecanismos favorecedores do acompanhamento dos alunos durante e após o curso:

- Criação de um Gabinete de Apoio aos Estágios, constituído por directores de curso, que serve de elo de articulação da Escola com as entidades acolhedores do estagiário no âmbito da Formação em Contexto de Trabalho;
- NINFE - Núcleo de Informação sobre Empregabilidade, responsável pela realização de inquéritos para avaliar a qualidade da oferta formativa e pela criação de uma base de dados com os formandos e ex-formandos, a fim de facilitar a colocação no mercado de trabalho;
- Criação de um dispositivo que consiste num sistema de monitorização de acompanhamento pós-colocação dos diplomados/ observação do percurso dos alunos.

CAPÍTULO D - ELEMENTOS DE IMPACTO DA EXPANSÃO DOS CURSOS PROFISSIONAIS

O sistema de actores do Ensino Profissional tem constituída uma visão positiva e de utilidade objectiva dos Cursos Profissionais em que se salienta:

- (i) receptividade à oferta de Cursos;
- (ii) aproximação da dinâmica dos Cursos Profissionais por parte das Escolas; e
- (iii) atractividade gradual dos Cursos pelas Escolas e público, com exemplos de sucesso de integração no mercado de trabalho.

Esta visão pouco difere da dos professores e dos alunos entrevistados que, de uma forma geral, valorizam a pertinência desta oferta por ir ao encontro das motivações dos jovens e permitir o desenvolvimento de competências fundamentais para o ingresso na vida activa (aspectos mais valorizados por alunos e professores).

Não obstante esta visão globalmente positiva dos actores, não existem ainda indicadores e mecanismos de avaliação de impactes dos Cursos Profissionais ou, quando existem, não estão suficientemente apurados. Todavia, importa ter presente que o primeiro ano do “boom” da expansão foi o ano lectivo 2006/2007, constituindo o ano lectivo 2008/2009, quando praticamente se duplica o número de alunos comparativamente com 2006/2007, o ano terminal do ciclo para a maior parte dos alunos abrangidos, pelo que a interpretação dos resultados da expansão dos Cursos Profissionais, na óptica dos impactes nas trajectórias dos alunos após a sua formação, são, nesta fase, bastante preliminares.

O processo de expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações estabelece três níveis de produção de resultados:

- *macro* (dimensão formal/política educativa);
- *meso* (dimensão Escola/organização); e
- *micro* (dimensão de contributo para a inserção profissional e prosseguimento de estudos dos jovens).

A Avaliação Externa do Impacto da Expansão dos Cursos Profissionais no Sistema Nacional de Qualificações concentrou-se nos dois primeiros níveis.

Figura 9. Níveis de análise abrangidos no Estudo de Avaliação



As alíneas seguintes procedem a uma sistematização de um conjunto relativamente consolidado de efeitos sinalizáveis, por mais consolidados, do impacto da expansão dos Cursos Profissionais em variáveis-chave do Sistema Nacional de Qualificações e da sua envolvente operacional e estratégica.

🔗 *Novos desafios para a Escola Pública*

O processo de implementação da oferta de Cursos Profissionais apresenta novos desafios a que as Escolas têm procurado dar resposta. A Escola Pública conheceu um longo período em que assumiu um carácter predominantemente generalista, com as vias profissionalizantes a ficarem confinadas a Escolas Profissionais Privadas, Centros de Formação da rede do Instituto do Emprego e Formação Profissional e outros operadores associativos e privados de formação. Daqui resultou um Sistema de Formação Escolar demasiado diferenciado, segundo a tipologia das ofertas e natureza dos operadores.

No âmbito da operacionalização da Iniciativa Novas Oportunidades (pós-2005), assistiu-se a um forte investimento no alargamento da oferta qualificante na rede de Escolas Secundárias Públicas. A coexistência dos Cursos Profissionais e da via de prosseguimento de estudos nas Escolas Públicas tende a contribuir para a democratização das ofertas de ensino profissionalizante, criadas com o intuito de responder a orientações, interesses e capacidades dos jovens que não encontram resposta na via de prosseguimento de estudos.

A Escola e os actores educativos são hoje o palco e os principais intervenientes de um período de mudança impulsionado pela abrangência de novos públicos, pela natureza

profissionalizante dos cursos que acarreta novas exigências em relação aos recursos disponibilizados e estratégias pedagógicas desenvolvidas, e pela necessidade de articulação com um diversificado leque de actores, outrora afastados da Escola Pública.

A consolidação do processo de expansão dos Cursos Profissionais alicerça-se, sobretudo, na capacidade de as Escolas responderem a estas novas exigências, mais do que ao aumento quantitativo do número de cursos e vagas, sendo este um primeiro plano a destacar no âmbito da produção de resultados: as Escolas responderam positivamente ao desafio da expansão e podemos estar a assistir ao início de um combate sério à estigmatização social deste tipo de oferta.

Maior diversidade de oferta qualificante de nível secundário e mais jovens na Escola

A elevação da qualificação dos portugueses continua a ser uma prioridade nacional, tornada evidente na decisão recente de fazer do 12º ano o referencial mínimo de escolaridade para todos os jovens, com os Cursos Profissionais a desempenhar um importante contributo para a concretização deste objectivo, situando o aumento dos jovens no nível secundário de educação como um primeiro patamar de resultados em matéria de política educativa.

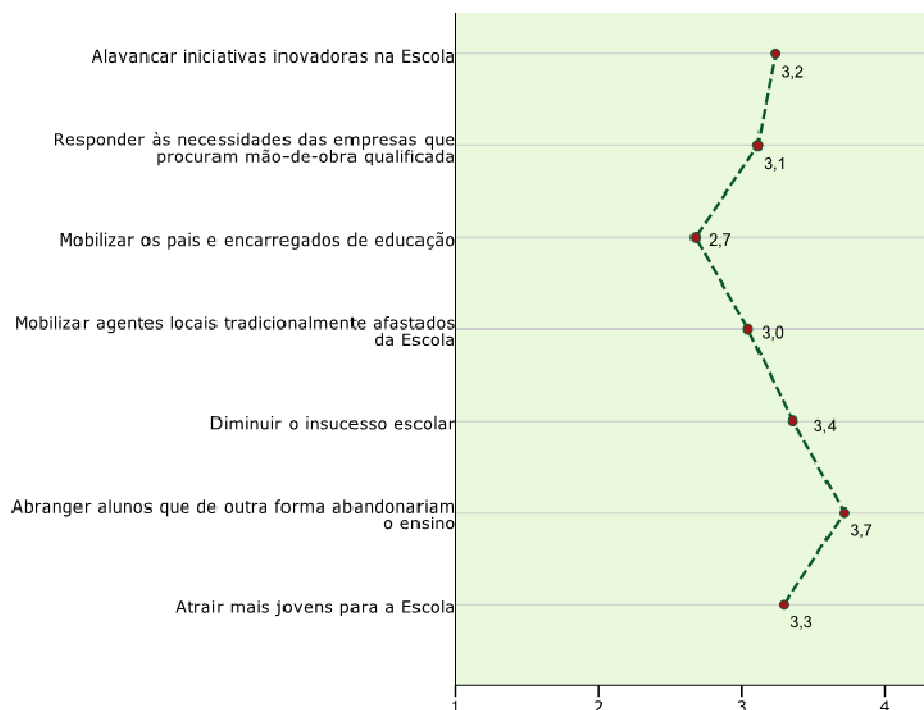
A tendência actual no quadro das políticas de educação e formação vai no sentido de expandir a oferta de cursos de dupla certificação, com grande ênfase no nível secundário de educação, por via, sobretudo, do alargamento da rede de Cursos Profissionais, opção que visa o alinhamento com as prioridades das políticas europeias de educação e formação. No nível secundário de educação, é nos Cursos Profissionais que se concentra a oferta de natureza qualificante e a proporção de jovens que ingressam nesses cursos tem revelado uma tendência gradualmente crescente: 5,5% em 2006/2007, 21,7% em 2007/2008 e 28,0% em 2008/2009 (GEPE - Ministério da Educação).

Esta oferta parece atrair jovens com trajectórias escolares diversificadas, com percursos contínuos e descontínuos, destacando-se a incidência de um número significativo de jovens que tem 17-18 anos quando se matricula pela primeira vez num curso profissional. Entre os professores, as apreciações diferem entre aqueles que consideram que esta oferta abrange, sobretudo, jovens com trajectórias de insucesso (e, por isso, assume um carácter de “segunda oportunidade”) e os que valorizam a diversidade de públicos abrangidos, que têm em comum a motivação pela aprendizagem de uma profissão. Cerca de 78% das Escolas inquiridas afirmam que os cursos profissionais permitem dar uma nova oportunidade de formação aos jovens que abandonaram o ensino regular.

Não obstante estas diferentes visões, parece consensual que: (i) esta oferta permite atrair mais jovens para o ensino, nomeadamente, jovens que de outra forma abandonariam a Escola sem concluir o 12.º ano; e (ii) as Escolas estão mobilizadas para encontrar estratégias

facilitadoras da progressão dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e, assim, diminuir o abandono e insucesso escolar.

Gráfico 14. Percepção do potencial dos Cursos Profissionais face às restantes ofertas de nível secundário de educação quanto ao seu contributo para alguns factores



Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Legenda: Valor médio na escala de 1 - Potencial Nulo a 4 - Potencial Elevado

A proporção de desistências nos Cursos Profissionais é considerada normal face ao total de desistências que ocorrem no Ensino Secundário: a maior incidência de desistências ocorre no 1.º ano (15,9%), sobretudo devido a situações de mudança de curso ou transferências de Escola⁹.

A dimensão da visibilidade dos cursos perante as famílias revela que continua a ser necessário empreender esforços no sentido de reforçar a sua mobilização, assim como outros agentes da comunidade local. Esta dimensão vem dar destaque a um dos vectores mais inovadores da existência de ofertas qualificantes nas Escolas Públicas: a relação que se estabelece entre a Escola e as entidades externas, tradicionalmente afastadas do contexto escolar.

⁹ A tendência para os jovens iniciarem um curso diferente, quando experimentam fracasso no seu primeiro curso, é evidente num grande número de países. Na Áustria, o aumento da idade média dos aprendizes deve-se, em grande parte, a desistências de outros cursos; na Inglaterra, mais de um terço dos que abandonam os avançados General National Vocational Qualification (GNVQ), começam imediatamente outro curso, enquanto na Finlândia os jovens que não conseguiram obter vagas na Universidade entram em escolas profissionais de alto nível, como uma estratégia de “espera” enquanto se recandidatam à Universidade, sem a intenção de seguir essas profissões (Leney, T. e M. Deluca (2000), Trends of convergence and divergence in the systems of education and vocational education and training of the Member States of the European Union, In: Lauterbach, U. e B. Sellin (2000), *Comparative Vocational Education and Training Research in Europe: Balance and perspectives*, Thessaloniki: CEDEFOP).

🔗 *Articulação entre os vários níveis de ensino*

A diversidade de ofertas em determinado nível de ensino acentua a necessidade de mecanismos de articulação, vertical e horizontal, entre as várias modalidades disponíveis, flexibilizando os percursos de educação-formação, preocupação que é assumida pela Iniciativa Novas Oportunidades que prevê a criação de condições de permeabilidade entre as ofertas “permitindo que o percurso de formação possa ser iniciado num determinado curso e concluído noutro, através de um processo célere de equivalência ou mecanismo de reconhecimento das competências adquiridas” (Programa da Iniciativa Novas Oportunidades).

No que respeita à articulação entre os diferentes níveis do Sistema, a auscultação dos actores permite sistematizar algumas observações:

- *Articulação vertical entre os Cursos de Educação Formação e os Cursos Profissionais:* o perfil de competências adquirido pelos diplomados de Cursos de Educação-Formação de Jovens de nível básico é insuficiente para a progressão para um Curso Profissional, dada a diferença no nível de exigência das duas ofertas. A este propósito, os interlocutores propõem que se mantenha a oferta de Cursos de Educação-Formação de nível secundário como um percurso alternativo, pensado como a garantia social de que o jovem adquire as competências básicas necessárias à sua integração profissional.
- *Articulação vertical entre os Cursos Profissionais e o Ensino Pós-secundário:* perante a dificuldade de ingressar no Ensino Superior e com vista a aprofundar as competências desenvolvidas nos Cursos Profissionais, os Cursos de Especialização Tecnológica são uma oferta cuja procura tende a crescer, por via da expansão dos diplomados dos Cursos Profissionais. Em algumas situações, servem como uma etapa intermédia para a progressão para o Ensino Superior.
- *Articulação vertical entre os Cursos Profissionais e o Ensino Superior:* esta relação apresenta fragilidades que decorrem de desfasamentos entre o *currículo* dos Cursos Profissionais e as disciplinas específicas exigidas para a entrada neste nível de Ensino. Para superar estes desfasamentos, as Escolas organizam aulas extra dedicadas aos alunos que pretendem candidatar-se ao Ensino Superior.

🔗 *Capacidade de resposta organizacional das Escolas*

No plano organizacional são vários os elementos de resultado a referir que se prendem, em grande medida, com elementos de qualidade e inovação decorrentes da implementação dos Cursos Profissionais, os quais foram sendo abordados nos pontos anteriores e que são aqui retomados:

- *Novos perfis de actores e novas exigências.* As ofertas profissionalizantes representam duas novas exigências fundamentais em relação ao trabalho docente: proporcionar novas especializações e organizar esquemas de formação em contexto de trabalho. A organização do corpo docente afecto aos Cursos Profissionais prevê a contratação a tempo parcial de formadores, cujos critérios mais importantes de recrutamento estão relacionadas com a experiência profissional na área de formação em causa. Estes profissionais não dominam as rotinas da Escola, mas em contrapartida possuem conhecimentos específicos da profissão e da área de actividade e conferem às equipas pedagógicas maior diversidade de experiências. Além dos formadores, passam também a participar na formação dos alunos, monitores enquadrados em empresas acolhedoras da formação em contexto de trabalho, que são devidamente acompanhados por um professor responsável por apoiar os alunos nesse período; este também passa a ter novas responsabilidades, como estabelecer vias de articulação com as empresas, incluindo visitas e reuniões com os responsáveis das entidades, de forma a potenciar a aprendizagem decorrente desse período formativo.

Este é, sem dúvida, um nível de resultados significativos, mas tem implicado algumas situações críticas: (i) dificuldade de recrutamento de professores, por via do concurso nacional, em áreas técnicas específicas, porque há poucos professores profissionalizados para as necessidades de contratação, nomeadamente nos grupos disciplinares de “Informática” e “Contabilidade e Economia”; (ii) processo de contratação de pessoal docente, por via de contratos a termo, não favorece a criação de dinâmicas duradouras entre as equipas pedagógicas; (iii) legislação que prevê a contratação de formadores só pode ocorrer através de contrato de prestação de serviços a tempo parcial, com um vencimento pouco atractivo; (iv) formadores recrutados com pouca experiência profissional, na maior parte dos casos, sobretudo recém-licenciados que acumulam a prestação de serviços em mais do que uma Escola.

- *Definição de rede interna articulada, assente numa figura de coordenação intermédia.* As novas exigências decorrentes da presença de novos actores nas equipas educativas e da necessidade de melhorar a articulação entre os professores das várias disciplinas, de forma a permitir uma maior coerência entre os vários conteúdos formativos, leva as Escolas a reorganizar as equipas pedagógicas, assentes num elemento de coordenação que se afigura essencial para: veicular informação entre os vários elementos, definir estratégias de acompanhamento dos alunos; criar mecanismos de partilha e uniformização de práticas; e favorecer a produção conjunta de recursos didácticos;... Este elemento articulador é um professor a quem

é reconhecida competência técnica e relacional, que serve de articulação entre os professores, entre estes e o órgão de gestão da Escola e, por vezes, entre a Escola e as Empresas/comunidade local, em representação de uma *equipa* pedagógica. Em termos simbólicos, os professores reconhecem uma nova forma de organização interna em que o elemento unificador é a turma/curso, que substitui o modelo de organização com base nos departamentos disciplinares, que continua a ser usual na via de prosseguimento de estudos.

- *Necessidade de desenvolvimento de redes com a comunidade local e o tecido empresarial.* A procura de entidades, públicas ou privadas, disponíveis e capazes de garantir a formação em contexto de trabalho é o ponto de partida para a abertura da Escola a outras organizações, tradicionalmente afastadas, como as empresas. Esse terreno parece estar a produzir bons resultados, havendo sinais interessantes de mudança de atitude das empresas face à Escola e desta perante o mundo empresarial. A esta dimensão está associado um cariz inovador, na medida em que é por via do alargamento dos cursos de natureza profissionalizante (não exclusivamente os Cursos Profissionais, mas com o forte contributo destes) para as Escolas Secundárias Públicas que se gera a necessidade de alargar a rede de entidades que participam na estruturação e operacionalização da oferta de educação-formação de nível secundário. A Escola assume um papel de charneira entre a restante rede de actores, nomeadamente entre os mais directos na operacionalização dos cursos (Empresas) e os mais estratégicos nos processos de estruturação da oferta (Autarquias e Direcções Regionais de Educação).

A relação entre a Escola e outros actores, nomeadamente as Empresas, Autarquias e outras entidades formadoras, situa-se num segundo patamar de contributos dos Cursos Profissionais, e posiciona-se, igualmente, como uma condição de reforço da qualidade desta oferta.

Quadro 15. Percepção do potencial contributo dos Cursos Profissionais face às restantes ofertas de nível secundário de educação

Dimensões de Contributos	Factores	Média
1ª Dimensão: Do lado da procura dos jovens	Abranger alunos que de outra forma abandonariam o ensino	3,71
	Diminuir o insucesso escolar	3,35
	Atrair mais jovens para a Escola	3,29
2ª Dimensão: Do lado da mobilização dos actores externos para a oferta	Alavancar iniciativas inovadoras na Escola	3,23
	Responder às necessidades das empresas que procuram mão-de-obra qualificada	3,11
	Mobilizar agentes locais tradicionalmente afastados da Escola	3,04
	Mobilizar os pais e encarregados de educação	2,67

Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Legenda: 1 - Potencial Nulo a 4 - Potencial Elevado

Esta dimensão é apreciada pelas Escolas com níveis médios inferiores a 3 (numa escala de adequação que varia entre 1: nada adequado e 4: adequado), revelando uma apreciação global menos positiva face à que os actores traçam da adequação dos factores internos da Escola (actividades de ensino-aprendizagem, estratégias de estruturação curricular, capacidade das equipas pedagógicas e recursos disponíveis).

➤ *Trajectórias dos diplomados após a formação - contributos para uma leitura preliminar de resultados*

A educação não pode ser encarada apenas como um processo restrito no qual os indivíduos participam durante um período determinado, normalmente enquanto são jovens e antes de ingressarem no mercado de trabalho. Com efeito, as mudanças económicas, sociais e tecnológicas ditaram a necessidade de acolher diferentes “transições” entre os períodos e contextos de aprendizagem e trabalho.

A formação inicial deve ser, idealmente, seguida por um emprego, no âmbito do qual os indivíduos precisam adquirir formação para complementar o que já aprenderam¹⁰. Estudos sobre a aprendizagem ao longo da vida¹¹ defendem que a qualidade da formação inicial é o factor-chave do sucesso do investimento dos indivíduos na formação contínua: i.e., a probabilidade de os indivíduos apostarem em formação contínua, aumenta em relação directa com o nível de qualificação inicial dos indivíduos, constituindo um factor potencial para reduzir o risco de desemprego.

Neste enquadramento, é importante ter presente que: (i) os Cursos Profissionais são uma modalidade especialmente vocacionada para o ingresso no mercado de trabalho; porém (ii) o acesso e sucesso dos jovens no mercado de trabalho também se encontra relacionado com a capacidade de os mesmos se manterem “aprendentes” ao longo da vida, com as Escolas a poderem desempenhar um papel importante no incentivo ao prosseguimento de estudos como, aliás, acontece em algumas das Escolas visitadas no âmbito do Estudo.

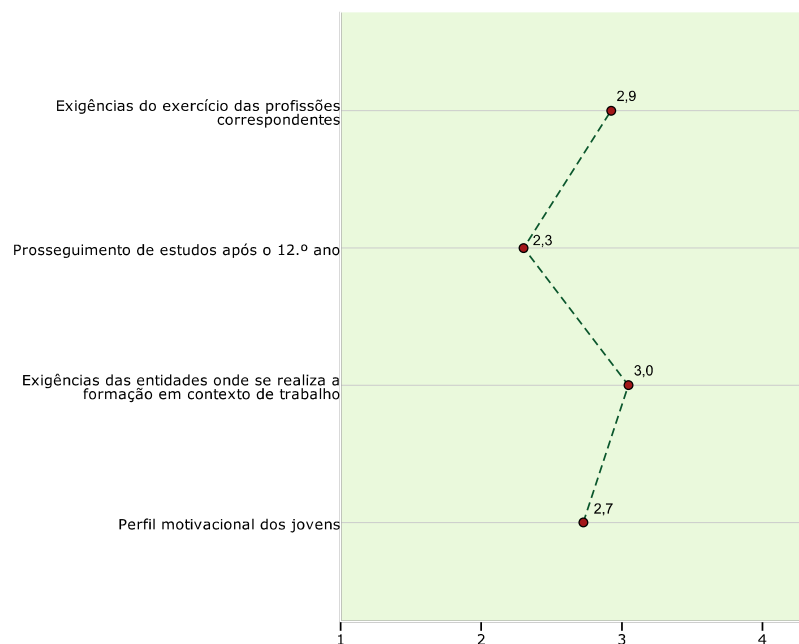
A opinião das Escolas é inequívoca quanto ao posicionamento privilegiado dos Cursos Profissionais para o ingresso no mercado de trabalho.

A opinião dos interlocutores acerca do contributo dos Cursos Profissionais para o prosseguimento de estudos é clara: os alunos destes Cursos têm mais dificuldade para ingressar no Ensino Superior porque o *currículo* não está totalmente adaptado aos conteúdos exigidos nos exames nacionais.

¹⁰ Klaus Schömann, *Transitional labour markets' between the vocational-training system and the employment system*, In. CEDEFOP (2000).

¹¹ Tuijnman, Albert C. e Schömann Klaus, *Life-long Learning and Skill Formation*, In. CEDEFOP (2000).

Gráfico 15. Adequação dos objectivos pedagógicos e conteúdos curriculares dos Cursos Profissionais



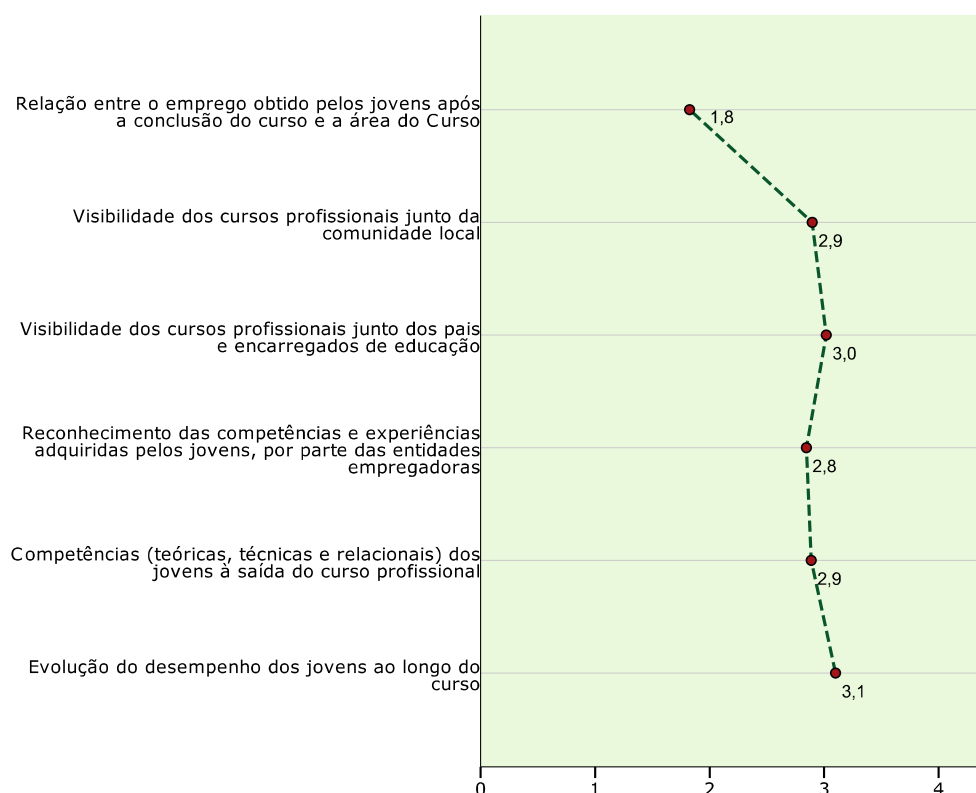
Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Legenda: Valor médio na escala de 1 - Nada Adequado a 4 - Totalmente Adequado

Porém, ultrapassada a dificuldade do acesso, os professores defendem que a preparação obtida no Curso Profissional é facilitadora do processo de aprendizagem, sobretudo quando a opção escolhida tem correspondência com a área do Curso. Acresce que, são vários os exemplos de Escolas que mobilizam estratégias pedagógicas especialmente desenhadas para proporcionar respostas aos alunos que pretendem prosseguir estudos, as quais passam, sobretudo por aulas de apoio extra destinadas à preparação dos alunos para a realização dos exames nacionais.

A evolução do desempenho dos jovens ao longo do Curso é um dos aspectos mais valorizados na apreciação global das Escolas acerca dos Cursos Profissionais, o qual está intimamente relacionado com a aquisição de competências de natureza teórica, técnica e profissional.

Gráfico 16. Apreciação global das Escolas acerca dos Cursos Profissionais

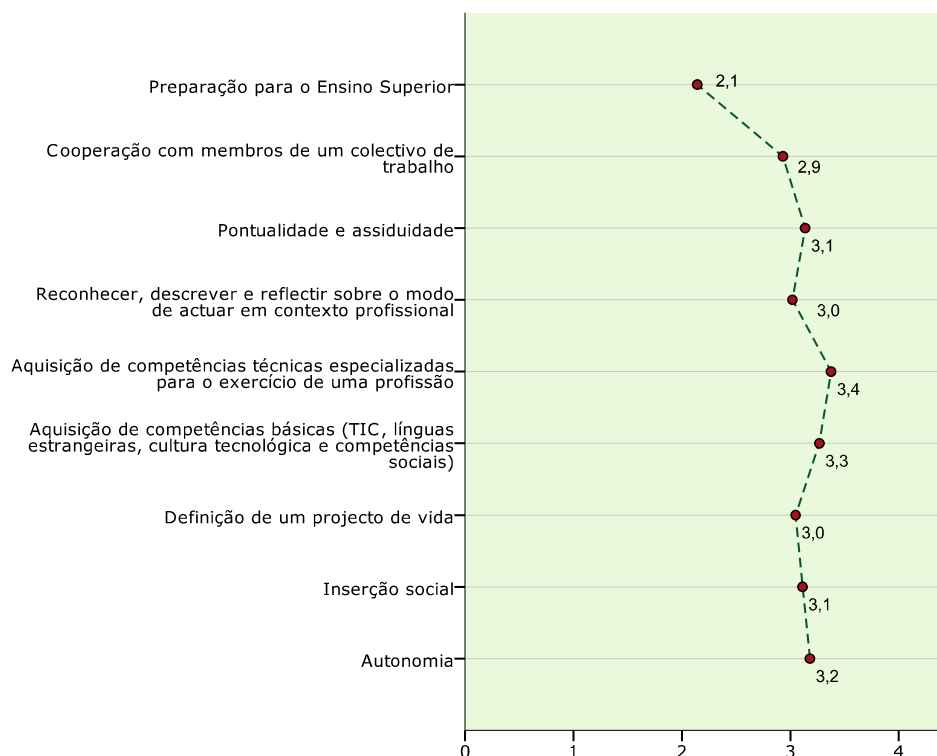


Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Legenda: Valor médio na escala de 1 - Totalmente Negativa a 4 - Totalmente Positiva

Esses três níveis de competência são valorizados de forma muito semelhante pelas Escolas, o que revela um balanço bastante satisfatório da coerência dos referenciais curriculares, no que respeita à articulação de saberes de natureza teórica e prática e, naturalmente, da adequação das práticas pedagógicas implementadas, na ausência das quais os saberes não adquirem sentido.

Gráfico 17. Apreciação das Escolas quanto ao contributo dos Cursos Profissionais para o desenvolvimento pessoal e escolar dos jovens



Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Legenda: Valor médio na escala de 1 – Nenhum Contributo a 4 – Elevado Contributo

A maior coerência entre “o que são hoje” os Cursos Profissionais e o “que deveriam ser”, respeita, precisamente, à articulação entre os níveis de saberes teórico e prático, o que significa um efectivo benefício do potencial dos conhecimentos de natureza experiencial para a introdução e desenvolvimento de conhecimentos teóricos, contextualizados.

Gráfico 18. Perspectiva actual e futura acerca dos Cursos Profissionais

Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

Os actores revelam-se mais cépticos do lado da relação entre a formação e o emprego, nomeadamente em relação à capacidade da oferta para responder às necessidades do mercado de trabalho e para atrair as empresas para a formação.

Os jovens são os interlocutores mais críticos em relação aos referenciais curriculares, nomeadamente no que respeita à ligação com o perfil de conhecimentos exigidos no mercado de trabalho, defendendo, normalmente, um maior aprofundamento de conteúdos técnicos. Não obstante, são os primeiros a valorizar a importância da formação em contexto de trabalho como um período fulcral de preparação para o mercado de trabalho, tanto pela aquisição de conhecimentos e métodos de trabalho empresariais, como pelo contacto com instrumentos e técnicas específicas da profissão e, também, pelo desenvolvimento de competências relacionais, fortemente valorizadas pelos empregadores, como a autonomia, a responsabilidade e a capacidade de comunicação.

O cepticismo dos actores educativos acerca da relação entre a formação e o mercado de trabalho não será alheio ao contexto de crescimento de desemprego e precariedade do mercado de trabalho, que afecta de forma particular os jovens¹².

Como referido anteriormente, não constitui objectivo desta Avaliação determinar o sucesso dos Cursos Profissionais na dimensão micro, relativa aos impactes nas trajetórias pós-formação dos diplomados. Ainda assim, torna-se evidente que há dois grandes motores de motivação dos jovens que optam por um Curso Profissional: obter o 12.º ano e começar a trabalhar após o Curso. Os resultados indicam que a proporção de jovens que entra no

¹² Dados do INE, relativos ao 2.º trimestre de 2010, revelam que a taxa de desemprego da população portuguesa cifrou-se em 11,2%, ao passo que nos jovens com menos de 25 anos, o desemprego atingiu os 20,3%.

mercado de trabalho após o Curso é superior face àqueles que optam por prosseguir estudos.

Quadro 16. Caracterização das trajetórias dos diplomados que concluíram o curso no ano lectivo 2007/2008

	Total	%
N.º de alunos que concluíram o Curso	613	100,0
N.º de alunos que concluíram o Curso e que até um ano após a conclusão do Curso obtiveram um emprego	143	23,3
N.º de alunos que concluíram o Curso e que prosseguiram estudos no Ensino Superior	79	12,9
Sem informação relativa à trajetória pós-curso	391	63,8

Fonte: *Inquérito às Escolas*, IESE, 2009.

O Inquérito às Escolas revelou as fragilidades decorrentes da ausência de sistemas de monitorização do percurso dos diplomados, pelo que os dados apresentados têm que ser interpretados com a devida cautela: em 613 diplomados em 2007/2008 (no total de 188 Escolas que responderam a esta questão), as Escolas identificam 143 casos de diplomados que em menos de 1 ano encontraram emprego e 79 casos de alunos que optaram por continuar a estudar, ou seja, nas 222 respostas que indicam conhecimento da trajetória pós obtenção do diploma, 35,6% prosseguiram estudos e 64,4% ingressaram no mercado de trabalho.

Os Estudos de caso sugerem que a opção dos jovens após a conclusão do curso é influenciada pela procura do mercado, sendo que os diplomados de cursos onde a oferta de emprego é menor tendem a apostar na continuação dos estudos, designadamente, nas áreas de Secretariado, Animação Sociocultural, Turismo,... Ao invés, nos cursos de carácter mais técnico, como Mecânica, Electrónica, Electricidade e Climatização, revelam uma maior tendência para a entrada imediata no mercado de trabalho.

CAPÍTULO E - TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO E ACTUAÇÕES RECOMENDÁVEIS

A informação processada ao longo do Estudo reflecte em grande medida as perspectivas do universo das Escolas inquiridas e das entidades empregadoras associadas nas diferentes envolventes territoriais. Essa informação foi racionalizada à luz dos objectivos e dimensões de análise do Estudo pela Equipa de Avaliação e os capítulos B a D procuraram traduzir de forma coerente os principais resultados de resposta aqueles objectivos e vertentes analíticas.

Neste último Capítulo, trata-se de referenciar sucintamente e contextualizar os principais elementos de balanço (na óptica das tendências de evolução) e, em simultâneo, evidenciar um conjunto de vectores de mudança anunciada. Esta visão é construída, nomeadamente, com base na reflexão da Equipa de Avaliação Externa acerca do estatuto dos Cursos Profissionais, no contexto da qualificação inicial dos jovens e da melhoria da respectiva empregabilidade.

(a) A procura satisfeita de Ensino Profissional deverá mudar drasticamente

Nas últimas décadas a procura de ensino e formação profissional inicial ao nível das qualificações intermédias (e do Ensino Secundário) esteve remetida para o exterior das Escolas Públicas sendo encarada como um segmento minoritário e tendencialmente desligado do Ensino Secundário, embora com ele se articulasse.

Na sequência da Reforma do Ensino Secundário de 2004 e do lançamento da Iniciativa Novas Oportunidades - vertente Jovens, em 2005, com a consequente aposta na generalização dos Cursos Profissionais nas Escolas Públicas, o panorama de qualificação escolar dos jovens está estruturalmente transformado.

O crescimento muito rápido das turmas e, em particular, o envolvimento de um número largamente maioritário das Escolas Secundárias nesta oferta, transformou numa legislatura: (i) o Ensino Profissional, numa via de qualificação inicial e escolarização disponível a nível nacional; e (ii) as Escolas Secundárias, em Escolas com os dois tipos de ensino, evolução independente da sua experiência e vocação anterior para as vias profissionalizantes.

A expansão do número de inscritos em Cursos Profissionais em escolas públicas terá efeitos: (i) *sobre as próprias escolas*, que passam a ter alunos com diferentes aspirações vocacionais; (ii) *sobre as escolas profissionais* privadas e centros de formação profissional, que deixam de ser os únicos grandes operadores da educação e formação profissional inicial, passando a contar-se também com o contributo de novos actores; e (iii) *sobre os alunos que ingressam de facto no ensino profissional*, que deixam de ter de sair da Escola Pública para poder frequentar esta modalidade.

Como a procura acompanhou o crescimento da oferta e, em simultâneo, melhoraram as taxas de escolarização no secundário, conclui-se que a expansão dos Cursos Profissionais nas Escolas Públicas suscitou um aumento real da procura de Ensino Secundário e a procura satisfeita deve estar hoje mais perto da procura potencial.

O *up-grade* desta evolução poderá consistir em promover social e economicamente o “novo nível 4” do CNQ (com reconhecimento pelos parceiros sociais e sector empregador), beneficiando da circunstância de as progressões no sistema educativo se encontrarem, entretanto, bastante agilizadas.

(b) O Ensino Secundário Público vai transformar-se

A coexistência de Cursos Científico-humanísticos e Cursos Profissionais, tendencialmente em todas as Escolas Secundárias, vai mudar todo o Ensino Secundário, induzindo maior heterogeneidade nos públicos e maior diversidade de alunos. Paralelamente, colocará novos desafios à gestão das Escolas Secundárias.

A informação empírica recolhida e processada nesta Avaliação reforça a perspectiva de que há que tomar medidas significativas ao nível da orientação vocacional dos alunos. De facto, grande parte do abandono nos Cursos Profissionais ocorre logo à entrada e entre os motivos para esse abandono surge a desadequação entre o Curso e as expectativas. Não era objectivo deste Estudo a avaliação de como esta questão é vivida do lado de quem frequenta o ensino geral, mas é de admitir que haja um efeito reflexo e surjam também nos Cursos Científico-humanísticos alunos cuja orientação vocacional poderia conduzir ao Ensino Profissional, provocando, num caso e noutro, desperdício de recursos e, na óptica dos jovens, de tempo de formação em percursos não adequados.

Alguns estudos de Avaliação anteriores¹³ demonstram a influência dos pares e das famílias nas opções escolares dos jovens e evidenciam a necessidade de investir na reorientação das estratégias familiares, em duas principais dimensões:

- (i) aposta em estratégias de valorização do ensino profissionalizante, p.e., com reforço dos mecanismos existentes de informação e divulgação das várias ofertas de nível secundário, assim como iniciativas de revalorização e desmistificação das profissões, baseadas em evidências de sucesso, ao nível dos resultados dos cursos; e
- (ii) análise das estratégias familiares como elemento estruturante da procura de Cursos Profissionais de modo a envolvê-los como actores do modelo de estruturação da oferta (p.e., por via do envolvimento das Associações de Pais).

¹³ IESE (2006), *Estudo de Avaliação do Impacte do Projecto Pense Indústria*; e IESE/Quatenaire (2007), *Estudo de Avaliação do Sistema de Aprendizagem*.

As Escolas Secundárias, até aqui organizadas para um tipo de Ensino Secundário centrado na própria Escola e nos seus modelos mais tradicionais de ensino, vão ter que:

- apetrechar-se (equipamentos, formadores, ...) para novos tipos de ensino;
- adaptar-se a uma diversidade de novos perfis de formação; e
- procurar novos parceiros para poderem desempenhar de modo eficaz a sua função.

O apetrechamento das Escolas assume uma importância que foi sub-valorizada em experiências profissionalizantes passadas que envolveram Escolas Públicas e é essencial para a credibilização desta oferta nas Escolas Secundárias. Aliás, as Escolas que desenvolverem ofertas tendo como suporte os equipamentos que já dispõem, podem aperfeiçoar a sua vocação pré-existente para certas áreas profissionais, mas o desafio geral a todas as Escolas e não apenas às que agora aderem à oferta profissional, é o da diversificação e inovação. Todas são chamadas a desenvolver novas ofertas para poderem captar novos públicos e essas ofertas têm que ser adequadas ao tipo de equipamentos e recursos que consigam reunir. A este nível, importa ainda ter em conta que os equipamentos das Escolas são muitas vezes um elemento de atracção das empresas, as quais sustentam, nas condições físicas da Escola, a primeira impressão da qualidade da formação desenvolvida, sobretudo em cursos com forte componente técnica.

Esta dimensão representa necessidades acentuadas de mobilização de recursos financeiros, bem sinalizadas pelas Escolas (destinadas, p.e., à aquisição de licenças de softwares, consumo de matérias-primas e consumíveis informáticos e electrónicos, desgaste de equipamento, ...). Estes investimentos, que actualmente têm enquadramento de financiamento público (nomeadamente, via POPH), confrontam-se com dificuldades operacionais de gestão financeira corrente das Escolas derivadas do modelo e prazos de reembolso fixados pelo Programa.

Os Cursos Profissionais têm, por outro lado, requisitos organizativos e induzem formas de gestão pedagógica que desafiam as Escolas, sendo indispensável que seja assegurado:

- (i) o recrutamento de novos formadores, em áreas técnicas diversificadas;
- (ii) a flexibilização dos processos de contratação de formadores técnicos, no sentido de favorecer o recrutamento de profissionais experientes e a renovação de contratos que potenciem a estabilidade do ciclo de formação (três anos);
- (iii) a formação dos professores, através da adequação dinâmica das respostas de formação de aperfeiçoamento e reciclagem quer às necessidades específicas dos profissionais que leccionam os Cursos Profissionais, quer às necessidades de formação em apoio a estratégias de diversificação pedagógica;

- (iv) a revisão dos mecanismos de acreditação de formadores técnicos, valorizando a experiência e *know-how* técnico associado às diferentes áreas de formação, em detrimento da rigidez de critérios associados à habilitação escolar dos profissionais;
- (v) reestruturação do corpo docente das Escolas mediante uma gestão eficaz e eficiente dos recursos docentes existentes nas Escolas, adequando-os melhor às novas exigências e necessidades das novas áreas disciplinares e percursos;
- (vi) a gestão de lógicas de organização distintas (p.e., o Departamento/Área disciplinar e o Curso/Área profissional); e
- (vii) a formação de pessoal auxiliar, em adaptação às necessidades de renovação de instalações e equipamentos em novas áreas disciplinares.

Uma das novidades importantes do reforço do ensino profissionalizante na vida das Escolas é a introdução de modo sistemático de formas de alternância que levarão as Escolas a estabelecer plataformas de colaboração com empresas e agentes exteriores, de um modo não esporádico e no quadro de uma troca de serviços sem precedentes no passado.

(c) A identidade do Ensino Profissional vai transformar-se

O desenvolvimento do Ensino Profissional, da periferia para o centro do sistema educativo, implicará necessariamente uma mudança da sua imagem. O Ensino Profissional, mantido periférico (em Escolas separadas e como modalidade de segunda oportunidade) nas últimas duas décadas, apesar dos esforços em contrário, nomeadamente de Escolas Profissionais Privadas, é ainda visto como uma segunda oportunidade e não como uma alternativa igualmente valorizada e que atrai os mais vocacionados para as suas ofertas.

Os dados apurados são inequívocos quanto a isto: o perfil modal de entrada no Ensino Secundário Profissional é o do aluno que acumulou repetências e, em muitos casos, interrompeu mesmo o percurso escolar.

A coexistência nas mesmas Escolas de Ensino Geral e Profissional acomoda tensões cujo resultado é, ainda, desconhecido. Essas tensões poderão evoluir para a forte segregação entre alunos de diferentes vias, especializando os Cursos Profissionais em segunda oferta (p.e., de menor qualidade e dirigida a alunos menos aptos para o Ensino Geral) ou, pelo contrário, para uma diferenciação não segregadora, especializando-o em áreas de excelência reconhecida (p.e., de igual qualidade e dirigida aos alunos com projecto profissional mais delineado).

Por razões pedagógicas e por razões de equidade, deve procurar-se reforçar a segunda tendência, criando progressivamente uma imagem autónoma e própria do Ensino Profissional, em vez da imagem subordinada à do Ensino Geral. Um traço de evolução é

seguro: o Ensino Profissional vai deixar de ser o Ensino “de fora” e a passar a ser parte do Sistema-Escola Secundária.

Ao longo da Avaliação foram recolhidos testemunhos que lamentam a não existência de uma articulação entre Cursos de Educação-Formação de 3º ciclo e de nível secundário, que inevitavelmente produziriam uma via pobre de ensino e não dispositivos de suavização da transição entre a Escola e a vida activa, para alunos com problemas de insucesso escolar. Trata-se de sinais que suscitam preocupação quanto à expressão da tentação segregadora. A transferência dessa tentação para os Cursos Profissionais pode levar a especializá-lo como modelo para os “maus alunos”, pondo em causa a lógica inerente ao modelo adoptado. De facto, os CEF de nível básico deverão consolidar-se como uma via de recuperação de alunos para qualquer modalidade de nível secundário.

Nesta perspectiva, é importante acautelar a continuação dos Cursos de Educação e Formação de Jovens de nível secundário, como modalidade alternativa de conclusão do Ensino Secundário especialmente dirigida a jovens com trajectórias de insucesso e em risco de abandono escolar, o que permitiria atribuir aos Cursos Profissionais uma posição mais igualitária em relação à via de prosseguimento de estudos.

As estratégias de sustentação da captação de alunos para o Ensino Profissional (e para o Ensino Geral) terão um papel a desempenhar no desenho das tendências futuras. Este aspecto merece particular acompanhamento e monitorização estratégica, nomeadamente porque a tendência para a segregação do Ensino Profissional é nesta fase uma ameaça real à sustentação desta via.

(d) As Escolas terão que ser acompanhadas para o desempenho da sua nova missão

O projecto de generalização do Ensino Profissional recebeu nos últimos anos um forte impulso político, que não é alheio à capacidade de atracção de novas Escolas da rede pública para esta modalidade de ensino. Algumas terão hoje uma inserção nesta oferta com reserva de consciência ou pelo menos uma atitude de resistência que pode ser passageira ou cristalizar-se sob a forma perigosa da existência de operadores de Ensino Profissional que não acreditam neste projecto.

A expansão muito rápida do “novo” Ensino Profissional nas Escolas Públicas tem que conseguir encontrar um lugar que os seus antecessores, desde o Ensino Técnico-Profissional, nunca conseguiram e isso pressupõe um trabalho intenso e persistente de apoio às Escolas na construção de projectos pedagógicos do Ensino Profissional.

A construção de um projecto de Ensino Profissional em cada Escola é um dos requisitos para o sucesso e sustentabilidade de médio prazo da sua expansão. Esse projecto implica uma reconstrução da visão, da missão e dos objectivos operacionais de cada Escola, que terá

intensidades diferenciadas segundo os contextos, mas carece de apoio para se materializar nas condições adequadas. As Escolas terão, nomeadamente, que:

- (i) desenvolver um conhecimento significativo do funcionamento do mercado de trabalho nas suas áreas de influência, que deve beneficiar de uma articulação mais eficaz com a rede de serviços de apoio ao emprego e à formação profissional, e que também pode impulsionar a criação e participação de novas estruturas/actores na Escola, integrados em Gabinetes de Informação Escolar e Profissional e/ou Gabinetes de Apoio à Inserção na Vida Activa;
- (ii) conhecer não apenas a procura “à entrada” (a procura de ensino por jovens e respectivas famílias) como a procura “à saída” (a procura de qualificações por parte das empresas e outros agentes empregadores, melhorando os níveis de articulação com o mercado de trabalho); e
- (iii) construir uma diferente cultura educativa e até outro modelo de organização dos ritmos curriculares e dos tempos lectivos.

(e) A transformação do Ensino Profissional na grande via de qualificação inicial implica uma nova programação da oferta educativa

Nos últimos anos afirmou-se um novo operador na produção de qualificações profissionais em Portugal. Ao contrário dos Centros de Formação Profissional, não nasceu para esse fim, e ao contrário das Escolas Profissionais Privadas, não está especializado nesse exercício. Mas também, ao contrário destes, não recruta a sua procura em função de uma identidade de projecto profissional pré-definido ou de uma especialização já construída, antes se organiza tendencialmente para satisfazer procuras internas “à entrada” e tende a subsumir a oferta ao perfil dessas procuras.

Os riscos que tal cultura pode arrastar são evidenciados, p.e., pelo excesso de cursos de informática que se desenvolveram nos últimos anos, não sendo, todavia, de desvalorizar o risco oposto que consiste na tentativa de produção de uma oferta “adequacionista” subsumida a uma procura actual de qualificações que pode revelar-se desajustada das perspectivas de desenvolvimento e das expectativas dos actores, nomeadamente em relação a trajectórias de mobilidade dos jovens que tendem a ser cada vez mais frequentes.

A consolidação da rede de Ensino Profissional passa por mecanismos de prospectiva territorializada das qualificações e por colocar os mesmos ao serviço do planeamento da oferta educativa que ainda não existem e podem prevenir a formação de distorções na estrutura da oferta que diminuiriam o impacto positivo deste projecto.

O planeamento da oferta terá que procurar ajustar-se às perspectivas dos jovens e famílias, à oferta local de qualificações por outros actores, ao perfil de especialização das economias

locais e aos dinamismos do mercado de trabalho. Este exercício tinha menos importância quando a oferta de qualificação era minoritária e inferior à procura a prazo, aumentando com a inversão desta situação o risco de saturação dos mercados de trabalho locais em certos perfis de qualificação.

A iniciativa europeia “*New skills for new jobs*” disponibilizou publicamente os estudos de 18 sectores de actividade: cenários de evolução e necessidades de novas qualificações e competências. Portugal necessita de aproveitar o trabalho feito a este nível e investir seriamente num sistema de identificação e antecipação de necessidades de qualificações e competências. A integração desta componente na regulação da oferta de dupla certificação dirigida aos jovens e na gestão e actualização do Catálogo Nacional de Qualificações, é uma necessidade, amplamente reportada, p.e., no Estudo *Dispositivo de Antecipação de Necessidades de Competências e de Capital Humano* (CEPCEP, 2009).

O *matching* entre a oferta e a procura de qualificações, a nível regional e sectorial, será certamente muito mais facilitado se se alicerçar num Dispositivo nacional de antecipação de necessidades neste domínio. A oferta não pode, por sua vez, alinhar-se apenas pela expressão da procura, sob o risco da saturação de determinadas áreas com impactes negativos na empregabilidade ou na qualidade da inserção no mercado de trabalho, ou sob o risco de reproduzir os padrões de especialização formativa que as Escolas Públicas já têm ou poderão, com mais facilidade, poder vir a desenvolver, riscos claramente apontados pelo Estudo.

O interesse geral em apostar em determinadas áreas, emergentes, inovadoras ou de grande investimento tecnológico, deve permitir, por outro lado, o ajustamento necessário dos recursos: mais Escolas e Cursos Profissionais especializados, mais investimento em equipamentos e infra-estruturas, mais parcerias com empresas, universidades ou centros de investigação de referência. A possibilidade de estimular a actividade/trabalho de redes locais para a qualificação, preenche aqui um papel crucial de aprofundamento da qualidade das ofertas e de ajustamento potencial aos segmentos de procura a satisfazer.

(f) As Escolas têm de ser dotadas de mecanismos de garantia de qualidade

A expansão do Ensino Profissional criou uma expectativa sem precedentes em torno da qualificação profissional inicial de jovens. Para responder à expectativa de modo adequado, é muito importante o investimento na qualidade da oferta formativa, sendo de destacar as intervenções aos seguintes níveis:

- ✓ *Equipamentos escolares.* Atendendo à relevância da Parque Escolar para a consolidação e estruturação da rede de ofertas, na óptica da criação de condições de suporte estrutural, torna-se crucial que esta intervenção seja articulada, a montante, com a definição do modelo de governação dos Cursos Profissionais,

privilegiando as orientações de regulação da oferta ao nível da rede, através da coordenação e planeamento da oferta e estruturação curricular. Esta nota é bastante relevante para a sustentabilidade e eficiência da mobilização de recursos públicos a dois níveis, por um lado, evitando desajustamentos entre o investimento e as reais necessidades de qualificações e de procura e, por outro lado, para garantir a racionalização do investimento público na renovação do equipamento escolar, única actuação que permitirá reforçar os níveis de investimento nas instalações e demais infra-estruturas das Escolas, corrigindo situações em que a ausência (ou menor dotação) de recursos condiciona o desenvolvimento da oferta.

- ✓ *Dispositivos de acompanhamento.* À medida que vão sendo produzidas vagas de diplomados, deve assegurar-se a percepção de que estes adquiriram de facto uma qualificação profissional adequada ao perfil desenhado. Se os mecanismos de certificação dão a garantia de uma compatibilidade mínima entre intenções e resultados, importa acompanhar de modo sistemático a qualidade dos processos formativos e agir para a sua melhoria. Os dispositivos de qualidade de que as Escolas dispõem actualmente não estão orientados para esta missão e terão que ser adaptados à mesma. A função de apoio à qualidade do sistema deve desenvolver uma metodologia adequada de consultoria à garantia de qualidade.

A operacionalização destes mecanismos e da divulgação dos resultados alcançados, pode contribuir para a construção de uma identidade equitativa e valorizadora desta oferta.

- ✓ *Mobilidade internacional dos formandos.* Este elemento é crucial para atrair novas gerações de formandos no futuro, elemento muitíssimo explorado a nível europeu nos sistemas de Educação e Formação Profissional. Portugal deveria promover esta dimensão, como elemento de valorização e qualidade da oferta - do ponto de vista da formação técnica dos alunos, mas sobretudo da sua formação social e cultural, mais ampla e consentânea com a diversidade do mundo actual e com a mobilidade exigida pelos actuais mercados de trabalho - e das próprias profissões de nível intermédio.

(g) Uma nova realidade na qualificação inicial

O panorama da transição de jovens para a vida activa estará profundamente alterado dentro de poucos anos, nomeadamente por efeito da actual política.

No passado recente, os problemas de transição de jovens eram identificados com o abandono escolar precoce e a falta de qualificações, mesmo dos que concluíam o Ensino Secundário. Os índices de abandono escolar têm vindo a melhorar e a generalização do Ensino Profissional, se sustentada e bem sucedida, levará a que parte substancial dos jovens

que entram na vida activa seja, nesse momento, detentores de uma qualificação escolar inicial.

Esta mudança estrutural lança desafios em diversas direcções:

- ✓ **Às políticas de recrutamento dos empregadores:** que passarão a ter disponível uma força de trabalho qualificada e parcialmente formada em contexto de trabalho, por força da prática da alternância, uma força de trabalho mais conhecedora da vida empresarial, mais qualificada e com expectativas mais elevadas.
- ✓ **Ao sistema de qualificações:** hoje toda a oferta de qualificação fora do Ensino Superior está orientada para a produção de qualificações de nível III e a conclusão do Ensino Secundário. Se, dentro de alguns anos, grande parte dos jovens for detentora deste nível, a oferta de qualificações terá que adaptar-se ao novo perfil da procura. Acresce que os outros operadores do sistema de qualificação (em particular os Centros de Formação Profissional) terão que incorporar esta nova realidade nas suas estratégias, alterando o seu perfil de ofertas.
- ✓ **À capacidade de adequação do CNQ:** aumenta a legibilidade e a mobilidade, com modularização e qualificações amplas e flexibilidade nos conteúdos e nos percursos. Os cursos do Sistema de Aprendizagem, no âmbito da sua recente reforma, já fizeram esta opção. O CNQ pode efectivamente ser um instrumento útil para dar resposta às preocupações levantadas pelos entrevistados no que respeita à estruturação curricular, nomeadamente adaptando a componente teórica do Curso ao tipo de público e flexibilizando o *curricula*, p.e., respondendo a necessidades locais específicas. A integração dos Cursos Profissionais no CNQ permitiria a regulação curricular desta oferta qualificante, à semelhança do que já se verifica com as ofertas de adultos e com os cursos do Sistema de Aprendizagem.
- ✓ **Às modalidades de formação:** tem-se assistido a uma tendência longa de convergência entre sub-sistemas de formação para a aproximação de *curricula* e metodologias de formação. O Ensino Profissional e o Sistema de Aprendizagem aproximaram-se a um ponto que se coloca a questão de saber se os distingue a identidade pedagógica ou apenas a natureza do operador. Se se entender que devem persistir modalidades alternativas e pedagogicamente diferenciadas de produção de qualificações iniciais, terá que se visitar os perfis de formação e afirmar os pontos de convergência e de diferenciação entre vias alternativas. Este processo pode estender-se aos Cursos Científico-humanísticos, possibilitando a todos os alunos contactos com o mundo do trabalho, mais que não seja com intensidade mínima.

(h) A necessidade de repensar as políticas activas de emprego dirigidas a jovens

Se a procura satisfeita de Ensino Profissional se aproximar da procura potencial e se o respectivo número de diplomados crescer significativamente nos próximos anos, toda a focalização da política de emprego a jusante deve ser reequacionada.

As medidas de política activa de emprego dirigidas a jovens foram desenhadas na óptica da resposta à falta de escolarização de base e de qualificações profissionais. A prazo, o seu público-alvo predominante será, tendencialmente, escolarizado e qualificado profissionalmente, implicando respostas centradas noutras dimensões dos problemas de acesso dos jovens ao emprego.

A generalização do Ensino Profissional criará, por outro lado, enormes expectativas sociais em torno do potencial de inserção profissional desta modalidade de ensino. Ora, por razões histórica e sociologicamente identificáveis, a atracção pela via geral do Ensino Secundário é muito grande e as famílias vêm nesta a porta de acesso ao Ensino Superior, patamar a atingir a todo o custo. Esta visão das famílias foi corroborada pela Avaliação dado que os Cursos Profissionais se articulam com o Ensino Superior, em geral, pior que os Cursos Científico-humanísticos.

Para que o Ensino Profissional se afirme, é importante que os seus diplomados possam ter uma vantagem no mercado de trabalho sobre os seus colegas dos Cursos Científico-humanísticos. Em abstracto, essa vantagem reside intrinsecamente na qualificação. No entanto, convém ter presente os efeitos acumulados da estigmatização do Ensino Profissional (identificado com os maus alunos), de estratégias de recrutamento empresarial centradas na aprendizagem do posto de trabalho interior à empresa e o facto de os alunos do Ensino Secundário Geral, embora não qualificados profissionalmente, tenderem a dispor de maior capital social, facilitador da sua transição para o mercado de trabalho.

Neste contexto, seria de ponderar a criação de um mecanismo de acção positiva para as dezenas de milhares de jovens que optam pelo Ensino Profissional, sob a forma de incentivos específicos à sua contratação ou através de outras medidas de política activa de emprego, consagrando uma discriminação positiva dos diplomados do Ensino Profissional no acesso ao emprego coerente com o investimento na expansão dos Cursos Profissionais e com as apostas da Iniciativa Novas Oportunidades - vertente Jovens.

UNIÃO EUROPEIA



Fundo Social Europeu

